

ROGÉRIO LUSTOSA VICTOR

O INTEGRALISMO NAS ÁGUAS DO *LETE*:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

GOIÂNIA
2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O INTEGRALISMO NAS ÁGUAS DO *LETE*:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, na área de História, Memória e Imaginários Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Noé Freire Sandes.

Rogério Lustosa Victor
ORIENTADOR: Prof. Dr. Noé Freire Sandes

GOIÂNIA
2004

Para Raquel

AGRADECIMENTOS

Por mais solitária que a atividade intelectual possa às vezes nos parecer, é certo que se dela chegamos a extrair algo, isto se deve ao engajamento de inúmeras pessoas. Com esta dissertação não foi diferente. Fruto de um esforço empreendido entre 2002 e 2004, ela chega a seu termo com a colaboração de muitos, a quem declaro, agora, a minha dívida.

À CAPES, pelo apoio financeiro que a mim concedeu naquele período.

Ao meu orientador, professor Dr. Noé Freire Sandes, pelo apoio, pela paciência e pelas reflexões que, sem dúvida alguma, foram decisivos para a elaboração desta dissertação.

Aos professores Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva e Dra. Maria Zaira Turschi que, com brilhantismo conduziram suas respectivas disciplinas e forneceram, a todos nós que fomos seus alunos, um estímulo poderoso a um exercício intelectual não raro árduo.

Ao pessoal do Arquivo Histórico La Salle – Canoas (RS), especialmente a Cleusa Graebin, pela receptividade e presteza, e também pelas mesmas características, aos funcionários do Arquivo Municipal de Rio Claro (SP) e aos colegas Rodrigo e Alexandre, funcionários do Centro de Documentação AIB/PRP – Porto Alegre (RS).

Às diversas pessoas cujo apoio foi-me fundamental ao longo daqueles dois anos: o colega e professor Dr. Eduardo José Reinato, por suas preciosas sugestões e pelas horas de reflexão conjunta em um momento tão crítico e decisivo quanto foi o da escolha do objeto de pesquisa e da elaboração do respectivo projeto; Cleiton Oliveira, por sua indispensável e desinteressada ajuda no que concerne à documentação integralista; o amigo Bueno, que me acompanhou mais de perto e com quem compartilhei os dilemas próprios da elaboração de uma dissertação; e, finalmente, Mário Rosa, funcionário do programa de mestrado em História da UFG, sem o qual não teria superado as dificuldades nos trâmites burocráticos.

Aos meus pais, Edivaldo e Jeane, por tanto.

Enfim, à Raquel, a quem confesso minha admiração, pelo seu companheirismo, lucidez e inestimável auxílio ao longo daquele período.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	8
RESUMO E ABSTRACT	9
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – CONSTRUINDO A MEMÓRIA	19
1ª PARTE – O INTEGRALISMO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA	19
1.1 A Ação Integralista Brasileira e o golpe de 1937	19
1.2 O golpe integralista	24
1.2.1 <i>A revolta</i>	24
1.2.2 <i>O plano</i>	28
1.2.3 <i>A ação</i>	30
1.3 O Estado Novo, a imprensa e o golpe integralista	34
1.4 O PRP e a herança do integralismo	43
1.4.1 <i>O fim do Estado Novo</i>	43
1.4.2 <i>O integralismo volta à cena</i>	45
1.4.3 <i>O PRP e a imprensa</i>	46
1.4.4 <i>Os relatos de Severo Fournier e a imprensa</i>	50
2ª PARTE – MEMÓRIA HISTÓRICA E LIVROS DIDÁTICOS: O LUGAR DO INTEGRALISMO	60
1.1 Memória histórica e livro didático	60
1.2 O integralismo e os livros didáticos.....	63
1.3 O golpe integralista de 1938 nos livros didáticos.....	71
1.4 A perpetuação da memória.....	74
CAPÍTULO II – A MEMÓRIA INTEGRALISTA	81
2.1 A permanência da memória	81
2.1.1 <i>Os novos integralistas: a memória atualizada</i>	81
2.2 Integralismo e fascismo: entre o fascínio e o repúdio	90
2.2.1 <i>Getúlio Vargas, Plínio Salgado e o golpe de 1938 no</i> <i>enquadramento da memória</i>	100
2.2.2 <i>Plínio Salgado: em nome da memória integralista</i>	103
2.3 Rememorando o golpe de 1938 ou a memória reabilitada	106

2.4 Permanência e exclusão: os difíceis caminhos da memória integralista	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
FONTES	122
BIBLIOGRAFIA.....	124

LISTA DE SIGLAS

- ABC – Associação Brasileira de Cultura
- AIB – Ação Integralista Brasileira
- CEDI – Centro de Estudos e Debates Integralistas
- CEPH – Centro de Estudos Históricos e Políticos
- DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
- FPU – Frente Pátria Unida
- PRP – Partido de Representação Popular
- PSD – Partido Social Democrático
- SEP – Sociedade de Estudos Políticos
- TSN – Tribunal de Segurança Nacional
- UDN – União Democrática Nacional

RESUMO E ABSTRACT

RESUMO: O presente estudo trata das distintas representações acerca do movimento integralista presentes nas memórias, vez que a existência de diferentes memórias (a memória histórica e a memória integralista) e a disputa entre elas é traço privilegiado para se desvendarem lutas políticas em que as forças em jogo tentem impor sua própria temporalidade. Assim, a partir de um fato privilegiado – o golpe integralista de maio de 1938 – e da equivalência simbólica entre integralismo e fascismo, essa pesquisa busca desvendar os caminhos do veto à memória integralista ou, noutras palavras, busca saber como discursos sucessivos emitidos por fontes variadas (agentes do Estado Novo, imprensa e livros didáticos) rearticulam o passado e o enquadram numa narrativa lógica em que as múltiplas possibilidades, os conflitos viáveis ou imaginados como viáveis, cederam lugar à temporalidade do triunfador, síntese da memória histórica. Num outro percurso, mas imbricado na discussão anterior, procedeu-se a análise da produção da memória integralista que, banida, regressará, ainda que tímida, ao debate político.

ABSTRACT: This study is about the distinct representations concerning the presence of the integralist movement in the memories. The existence of different memories (the historical and the integralist) and the dispute between them are privileged points to find out the reasons for political fights in which the forces at stake try to impose their own temporality. Therefore, from an exceptional fact – the integralist coup of May/1938 – and the symbolic equivalence between integralism and fascism, this research intends to find out the reasons for the veto to the integralist memory, in other words, it intends to know how successive discourses, issued by various sources (*Estado Novo* agents, the press and textbooks) rearticulate the past and put it into a logical narrative in which the several possibilities, the feasible conflicts or the ones imagined as feasible, give place to the temporality of the winner, a historical memory synthesis. In another sense, but still linked to the previous discussion, the analysis of the production of the integralist memory was made and even banned it will return, though timidly, to the political debate.

INTRODUÇÃO

No início dos anos 1930, mais precisamente em outubro de 1932, Plínio Salgado fundou a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento político que, em muito pouco tempo, transformou-se no primeiro partido de massas do Brasil. Durante um breve espaço de tempo, entre 1932 e 1937, os camisas-verdes¹ fundaram núcleos políticos em dezenas de cidades espalhadas por quase todo o território brasileiro e estabeleceram uma vasta rede de imprensa pelo país.

Em 1937, já ambicionando alcançar o cargo máximo do executivo nacional, Plínio Salgado candidatou-se à presidência da República. Entretanto, as eleições não chegaram a ocorrer. Em 10 de novembro, Getúlio Vargas desfecha um golpe, suspende a Constituição de 1934 e implanta uma ordem ditatorial no país. Os integralistas tiveram uma complexa e ambígua relação com o golpe e com a ditadura em suas primeiras semanas de existência. De qualquer modo, dias depois, em 2 de dezembro, um decreto presidencial viria a extinguir todos os partidos políticos – o integralista inclusive.

Daquela data em diante, a relação entre o governo e os integralistas se deteriora rapidamente. Agitações ocorrem em diversos locais e, na cúpula integralista, trama-se uma ação de força com o intuito de derrubar a ditadura varguista, até que, na madrugada de 11 de maio de 1938, explode o golpe integralista. Fracassados, os camisas-verdes foram, a partir de então, duramente perseguidos pela ditadura. O movimento se desorganiza e se desintegra. Mais tarde, durante o pós-guerra, o integralismo se rearticula no Partido de Representação Popular (PRP), mas sem a natureza e o poder de sedução que tivera nos anos 1930.

Assim, o ano de 1938 apresenta-se como um marco na história integralista. A partir do *putsch*, o movimento será liquidado e, derrotado politicamente, sofrerá uma segunda e mais perene derrota na disputa entre as memórias: a memória integralista não conseguirá se impor, tendo sido, portanto, o movimento dos camisas-verdes lançado ao *Lete*, o mítico rio do esquecimento.

Esta metáfora é, para Harald Weinrich (2001, p. 24), “a mais eficiente de todas as imagens e comparações do esquecimento”. Sua origem está em um mito dos primeiros tempos gregos, no qual “*Letes* é uma divindade feminina que forma um par contrastante com Mnemosyne, deusa da memória (...)”. Assim, a partir da interpretação deste mito, tem-se em *Lete* um rio que confere esquecimento às almas dos mortos.

Aqui, no entanto, a evocação deste mesmo mito grego explica-se face à busca da compreensão de como, “em seu macio fluir”, o movimento integralista brasileiro teve desfeitos “os contornos duros da lembrança da realidade” (*idem, ibidem*), até serem os integralistas liquidados. Assim, essa pesquisa aborda a construção da memória no que concerne ao movimento integralista que, a partir de 1938, foi liquidado e mesmo, mais tarde, esquecido (eis aí a simbologia do *Lete* se explicitando), ainda que, antes daquela data, o integralismo tenha se apresentado não apenas como um movimento bastante significativo – capaz de seduzir

milhares de pessoas –, mas também como uma organização política cujo ideário fora amplamente compartilhado pela sociedade brasileira sua contemporânea.

Mas se, por um lado, nos anos 1930, a defesa de um certo ideário constituiu um dos atrativos mais fortes do integralismo, contribuindo de forma bastante relevante para a popularidade que então alcançou aquele movimento, é certo que, por outro, ela esteve, depois, igualmente na base de um movimento de estigmatização dos camisas-verdes, a ponto de, a partir de meados da década de 1940, a associação integralismo-fascismo vir a tornar-se nefasta para a imagem do movimento liderado por Plínio Salgado. Tomado como o fascismo brasileiro, o integralismo foi se constituindo um tema tabu e os olhares que para ele se voltaram estiveram, a partir de então, imbuídos de forte desconfiança. É provável que isso tenha envolvido a história do Brasil dos anos 1930 em grande opacidade. Seja como for, o fato é que o integralismo não se encontra presente de forma substantiva na memória histórica.

Assim sendo, qualquer um que se indague sobre quais os caminhos que levaram o integralismo a ser liquidado no “macio fluir do *Lete*”, ocupando-se apenas com os percursos do *Lete*, verá *Mnemosyne*, o seu par contrastante, emergir como questão central. São sempre paralelas as trajetórias da memória e esquecimento: na medida em que procuramos traçar o percurso da memória, detectaremos também o do esquecimento, ao menos no que concerne ao integralismo (o geógrafo Pausânias – século I d.C. – descreveu que o *Lete* corria ao lado da fonte da memória, *Mnemosine*).

Após esta explanação sobre a memória e o esquecimento, cabe agora lembrar que não habitamos o tempo em que os “historiadores viviam num respeito pueril e devoto pelo fato” (Febvre, 1992, p. 22). Pelo contrário, estamos num tempo em que “se não há problemas, não há história. Apenas narrações, compilações” (*idem, ibidem*).

Daí que nossa história busca ser, dentro da melhor herança dos *Annales*, uma “história-problema”. Nela, o problema citado pouco atrás adveio de uma suspeita e de uma constatação. A constatação é a de que em grande parte da história dos anos 1930 – 1940 o que se tem é quase que uma epopéia do vencedor, cujo agente dominante é Getúlio Vargas. Os grandes momentos em que se apóiam as reflexões sobre aquela época a ele se relacionam: a Revolução de 1930, a implantação do Estado Novo em 1937 etc., bem como todo um processo em que se entrevê a modernização-urbanização-industrialização do país. Desta forma, os outros agentes do período foram ofuscados e a multiplicidade do passado se perdeu. Mesmo assim, é provável que o tensionamento com a memória permita, a partir de testemunhos dos integralistas (derrotados), a observação de um passado que não esteja com direção pré-determinada, que não seja, portanto, teleológico, mas que possa ser repensado na enorme gama de possibilidades entrevistadas pelos diferentes atores no seu próprio tempo.

A suspeita, por sua vez, se sustenta no fato de que os integralistas, sempre tratados como “eles” para diferenciá-los do “nós”, estariam mais próximos do “nós” do que do “eles”. Em outras palavras, os integralistas não eram alienígenas na sociedade brasileira dos anos 1930, integravam-se nela e com ela compartilhavam de uma rede de cultura política de ampla circulação no país, instrumentalizada pelo

movimento do sigma. Daí, um problema de grande dimensão para a nossa história: não estaria sendo o poder capaz de dizer o que é memorável?

A percepção que se construiu acerca do integralismo, ao menos de 1938 para cá, é a de que aquele foi um movimento de fanáticos, covardes, golpistas, fascistas, nazistas (que não somos “nós”, mas sempre “eles”), ou seja, um movimento repulsivo que merece o esquecimento. No entanto, os integralistas apresentavam características bastante aceitas pela sociedade brasileira da época e nela presentes de forma significativa. Além disso, é sabido que o integralismo apresentava um projeto político que foi, em grande parte, adotado pelo Estado Novo. Neste caso, Getúlio Vargas (e o que ele representou) não seria *o outro* na alteridade com os integralistas, mas seria *o mesmo*, ou seja, ele teria uma relativa proximidade com a proposta integralista (ao menos em suas linhas gerais). Getúlio Vargas não foi, porém, condenado ao esquecimento. Muito pelo contrário, ele permanece bastante presente na memória – se não como herói, ao menos como “o melhor presidente que o Brasil já teve”. Sob tal perspectiva, o integralismo possuía, sim, características pelas quais “um vencedor é condecorado e um perdedor vai para o patíbulo” (Bauman, 1998, p. 38).

Tal problemática encerra uma das questões consideradas pelo sociólogo Zygmunt Bauman como as mais pungentes do século XX: a de que “o poder diz o que é certo” (*idem, ibidem*), ou, numa tradução aqui mais pertinente, o poder diz o que é memorável. Assim, a partir do Estado Novo e do *putsch* integralista, os agentes do poder vão definindo as representações – que serão as dominantes – acerca do integralismo, representações estas que caricaturizarão o movimento dos camisas-verdes e que não serão condizentes com a percepção da época.

Tal idéia encontra apoio em testemunhos de nomes não pouco expressivos. Dois deles serão aqui reproduzidos. O primeiro, de Goffredo Telles Júnior, militante integralista na década de 1930, que concedeu uma entrevista à revista *Teoria e Debate*, em 1990, e nela, teceu algumas considerações bastante sugestivas sobre o integralismo. Vejamo-las:

Entrevistador: O senhor acabou fazendo uma opção pelos de esquerda. O senhor é socialista?

Telles Júnior: Sou socialista sim. [...] Em resumo: meu espírito e meu coração tendem para a esquerda. [...] Eu tinha 22 anos de idade em 1937, quando Vargas fechou a Ação Integralista e os demais partidos, e implantou a ditadura do Estado Novo. Em 1938, muitos de meus companheiros entraram para a clandestinidade, na extrema esquerda. Roland Corbisier, extraordinário companheiro integralista, querido amigo o maior líder estudantil da Faculdade de Direito e de toda a universidade, por exemplo, foi um desses. Orador fantástico. Foi para o comunismo. Muito natural essa evolução. Como nós éramos contra os melancólicos partidos da burguesia, que não significavam nada e que estavam estorvando a vida nacional, o que nos restava? Fomos caluniados torpemente.

[...] Devo dizer que os comunistas e os integralistas eram bons estudantes: liam muito e discutiam muito. Hoje, quando penso sobre esses fatos, verifico que, na verdade, todos eram idealistas, sonhando com um Brasil melhor. Quando nos encontramos na rua, abraçamo-nos comovidos, e com muita saudade. Quanto sonho, quanta pureza, quanto patriotismo, naqueles tempos! (Azevedo; Maués, 1997, p. 209-215)

Com uma maior distância e um olhar menos apaixonado é possível levar a sério a já citada suspeita: o fio que separava os integralistas – “eles”- da sociedade – “nós” – era tão tênue que chegava mesmo a desaparecer. O testemunho de Antonio Candido é, neste sentido, bem expressivo:

A distância mostra que o integralismo foi, para vários jovens, mais do que um fanatismo e uma forma de resistência reacionária. Foi um tipo de interesse fecundo pelas coisas brasileiras, uma tentativa de substituir a platibanda liberalóide por algo mais vivo. Isso explica o número de integralistas que foram transitando para posições de esquerda – da cisão precoce de Jeová Mota às abjurações do decênio de 1940, durante a guerra e depois dela. Todos sabem que nas tentativas de reforma social cerceadas pelo golpe de 1964 participaram antigos integralistas identificados às melhores posições do momento. Ex-integralistas que chegaram aos vários matizes da esquerda, desde a “positiva”, batizada assim por um dos mais brilhantes dentre eles, até às atitudes abertamente revolucionárias – enquanto, de outro lado, alguns dentre os que antes formavam à esquerda acabaram por virar espoletas ativíssimas da reação. (Candido *apud* Holanda, 1997, p. 12).

A leitura do passado feita por Candido e por Telles Júnior dá conta de que as fronteiras entre os diversos grupos políticos, situados no Brasil dos anos 1930 aos anos 1960, não eram tão rígidas. Candido, de certa forma, exagera quando, na mesma oportunidade, afirma que “todos sabem que nas tentativas de reforma social cerceadas pelo golpe de 1964 participaram antigos integralistas (...)”. Poucos sabem. O lugar reservado ao integralismo nas representações dominantes não permite tal saber. Construiu-se uma memória na qual o integralismo foi, a princípio, um mal (organização política de extrema direita, fascista etc.), para ser, depois, esquecido.

Estas são, portanto, questões instigantes. Assim, não se pretende, na presente dissertação, reescrever a “história do integralismo” e o seu respectivo “contexto histórico” dos anos 1930. Trata-se, aqui, tão somente, da história das representações acerca do integralismo. Ignorar estas histórias (as presentes na memória) é “ilusório e absurdo, porque elas têm uma realidade, a exemplo das crenças, ou da fé, ou do poder” (Ferro, 1994, p. 298). Obviamente, também não se intenciona, nesta pesquisa, fazer história com histórias perpassadas pela memória, pois isto seria igualmente absurdo. Na verdade, o que se pretende é analisar os

meios pelos quais se normatiza uma percepção de passado, em que o integralismo não tem o espaço que outrora tivera.

Em função disto, o presente trabalho se divide em dois capítulos: o primeiro, intitulado *Construindo a Memória*, e o segundo, *A Memória Integralista*.

Dadas as correlações entre os conteúdos, o primeiro capítulo se divide em duas partes. A primeira delas, *O integralismo e a construção da memória histórica*, retrata uma busca de compreensão do processo de formação da memória histórica, entendida como “a presença constante da memória do vencedor em nossos textos e considerações” (Vesentini, 1986, p. 01). Neste contexto, as reflexões desenvolvidas por Carlos Alberto Vesentini foram decisivas: pensar a instauração da temporalidade simultaneamente à organização da memória histórica, à afirmação da memória do vencedor no lugar do campo da pluralidade e da luta.

Na referida primeira parte, situaram-se a relação do integralismo com a gestação do Estado Novo, o desentendimento entre Plínio Salgado e Getúlio Vargas e, finalmente, o *putsch* integralista de maio de 1938 daí decorrente que, por constituir um dos cerne do presente trabalho, recebeu tratamento especial mediante a narração do fato. A revolta, o plano e a ação foram reconstruídos no início do primeiro capítulo, diferentemente do que ocorre em grande parte das narrativas que, partindo de representações de tal episódio, trataram o integralismo como movimento patético, formado por covardes etc. Na verdade, o que mais se vê são discursos performativos que constroem, especialmente a partir do *putsch*, uma história que define os fracassados, os não agentes da história que devem, naturalmente, ser esquecidos.

Além disso, o golpe integralista de maio de 1938 mereceu um tratamento especial porque se apresenta como marco também na medida em que define decisivamente a oposição dos camisas-verdes à ditadura recém-instalada. A partir dele, dentro da ordem ditatorial estabelecida, o Estado abrirá fogo contra o movimento do sigma e o vencerá. Ocorre que a singular situação de vencido do movimento integralista descortina um viés curioso: vencido, ele não é, no entanto, o vencido idealizado. Não se trata de um movimento que as representações dominantes do passado enaltecem (como a esquerda de Luís Carlos Prestes). Tal condição parece essencial para a construção do esquecimento: não há lugar para o integralismo, já que ele não é o outro entrevisto como a alternativa idealizada.

Assim sendo, o objetivo central da primeira parte do primeiro capítulo é mapear e analisar a rede discursiva que decidiu a sorte do integralismo na memória. Inúmeros discursos sucessivos lançados na grande mídia em 1938 e retomados entre os anos de 1945-1947 foram cruciais na elaboração da memória histórica. Em razão disso, a imprensa de ampla circulação, como os mais lidos jornais da época e a revista *O Cruzeiro* (revista de bastante prestígio no período estudado), constituem fonte privilegiada. Tal documentação foi pesquisada na Biblioteca do Senado (Brasília – DF), no Memorial La Salle (Canoas – RS) e nos arquivos de Rio Claro – SP (Arquivo Municipal) e de Porto Alegre – RS (CD – AIB/PRP²).

Já a segunda parte do primeiro capítulo, *Memória Histórica e Livros Didáticos: o lugar do integralismo*, trata da continuidade da análise da construção da memória histórica. Desviando agora o olhar

para os discursos dos livros didáticos, busca-se não só constatar neles a presença da memória histórica, mas também entender os complexos caminhos pelos quais os livros didáticos de história corroboram a construção-transmissão daquela memória.

Embora nesta pesquisa o livro didático não tenha sido um objeto privilegiado, optou-se por incluí-lo na segunda parte do primeiro capítulo porque ignorá-lo seria deixar de lado uma história que tem forte realidade. Afinal, as histórias presentes nos livros didáticos “não são nem distorções, nem inocentes, mas conformam uma filosofia da história que alimenta visões de mundo (...)” (Miceli, 2000, p. 33) e contribuem sobremaneira para a construção e transmissão da memória histórica.

Fora dos bancos escolares, a possibilidade de se ter acesso a qualquer informação histórica é, em nossa sociedade, praticamente desprezível. E como a principal fonte para o ensino da história na escola é o livro didático, é de se supor que o texto nele presente, bem como a natureza de seu discurso, seja ingrediente fundamental no processo de conformação de uma percepção geral de passado. Uma percepção que, mais que história, é memória, ou melhor, é memória histórica, pois que expressa a memória do vencedor.

Assim, o objetivo da segunda parte do primeiro capítulo é, por meio da análise dos livros didáticos de história, demonstrar a amplitude do esquecimento que envolve o integralismo e compreender esses outros caminhos que contribuíram para que o movimento do sigma fosse lançado nas águas do *Lete*. Para tanto, as fontes pesquisadas foram os próprios textos dos livros didáticos (foram consultadas obras representativas de um período relativamente longo, compreendido entre os anos 1940 e a década atual).

Já o segundo capítulo, *A Memória Integralista*, trata de uma outra questão que se apresenta. Se, para os antigos, as almas bebiam das águas do rio *Lete* para esquecer de sua existência anterior e reencarnar em um novo corpo, teria sido este também o caso dos integralistas? Lançados ao *Lete*, eles teriam bebido de suas águas ou não? Em caso afirmativo, aceitariam eles um outro passado que estivesse em conformação com a memória histórica; em caso negativo, estariam eles esquecidos, sem, no entanto, terem eles próprios se esquecido de seu passado não condizente com a percepção de passado mais compartilhada, ou seja, com a memória histórica. Numa outra formulação do problema, tem-se: esquecido o movimento integralista, não estando ele presente de forma substantiva na memória histórica, ter-se-iam esquecido também os integralistas de seu próprio passado? Esta foi a pergunta que se buscou responder no desenvolvimento de *A Memória Integralista*, o segundo capítulo desta dissertação.

Também neste caso, um recorte temporal um pouco mais longo foi necessário, pois o que se pretendeu observar foi a memória integralista numa trajetória ampla, desde o golpe de 1938 até os dias atuais. Esse recorte permitiu o que de outro modo não teria sido possível: captar as diversas nuances da memória integralista, especialmente a partir de duas questões: uma primeira, o enquadramento da memória integralista na memória histórica, e, uma segunda, a permanência da memória integralista.

Tal enfoque se prendeu ao fato de que, no processo de enquadramento da memória integralista, uma violência simbólica atua no sentido de conformar a noção de passado dos próprios integralistas à

percepção hegemônica. A memória histórica não aceita memórias rivais e age a fim de destruir representações do passado que não condizem com a representação dominante. O integralista estará então sujeito a uma violência que o induzirá a negar-se a si próprio para ser aceito. Com a memória assim enquadrada, o integralista aceita a temporalidade do vencedor e o passado perde sua multiplicidade. Observa-se também, entretanto, um esforço dos próprios integralistas neste processo de enquadramento da memória integralista na memória histórica, nuançando, assim, a violência simbólica sofrida pelos camisas-verdes.

Acredita-se que as expectativas (o futuro) dos integralistas, as quais eram bastante promissoras, nos anos 1930, acabaram por não se materializar com a derrota de 1938. Mais tarde, já no final dos anos 1940 e, mesmo, posteriormente, na rememoração de militantes ou ex-militantes do sigma, levar-se-á sempre em conta o “futuro passado”.³ Pode-se dizer que, diante do conhecido desfecho do jogo político passado (no qual o movimento do sigma é derrotado) e, ainda, diante da memória histórica, o integralista tenderá a aproximar sua memória da memória do vencedor, sendo que aquelas expectativas existentes no passado não serão entrevistas como possibilidades que se apresentavam como reais – elas perderão nitidez. Ou seja, a memória é enquadrada e o passado, simplificado.

Na abordagem da outra questão problematizada no segundo capítulo – a permanência da memória integralista –, elegeram-se dois núcleos integralistas existentes na atualidade para realizar a devida análise. Facilmente se percebe que esses grupos não são levados a sério e que seus militantes mais afoitos são vistos como patéticos. Interessa aqui compreender esse olhar, supondo que a memória histórica se impôs como memória compartilhada e que o integralismo foi empurrado ao *Lete*. Tanto os camisas-verdes que não beberam daquelas águas – tendo, inclusive, transmitido suas memórias – quanto os seus herdeiros não teriam lugar no mundo inteligível. Estão sempre envoltos em um ar fantasmagórico. Ainda assim, a memória integralista sobrevive: grupos contemporâneos prestam homenagens a Plínio Salgado e aos mártires integralistas, comemoram o aniversário do *putsch* de 1938 etc. Exatamente por isso, a permanência e a exclusão da memória do sigma constituem os dilemas que aqui serão traçados.

Frente aos objetivos desta pesquisa sobre a memória integralista, levou-se em consideração, principalmente, a teoria desenvolvida por Maurice Halbwachs (1990), sendo a maior ênfase dada ao aspecto coletivo da memória, aos seus quadros sociais. Foi por este caminho que se pôde analisar o distanciamento da memória integralista em relação à memória histórica, pois que esta se apóia na história aprendida, e aquela, na história vivida. Por outro lado, ao se analisar o enquadramento da memória integralista na memória mais compartilhada, ou seja, na memória histórica, foram aqui tomados como apoio tanto os estudos de Michael Pollak quanto os de Pierre Bourdieu; este no que concerne ao “poder simbólico”, aquele, ao “enquadramento da memória”.

Para efeito do desenvolvimento das referidas análises constantes do segundo capítulo desta dissertação, foi necessário trabalhar com uma vasta documentação: memórias de camisas-verdes que atuaram no movimento nos anos 1930, discursos de Plínio Salgado ao longo de sua trajetória como parlamentar,

periódicos de grupos de militantes integralistas da atualidade etc. Tais documentos foram encontrados especialmente no Arquivo Público Municipal de Rio Claro (SP), no Centro de Documentação – AIB/PRP (Porto Alegre – RS) e no acervo particular do militante Cleiton de Oliveira (Goiânia – GO).

Por fim, de uma forma geral, essa dissertação sinaliza para um esforço de releitura da história brasileira dos anos 1930, especificamente no que concerne ao lugar do integralismo. Não se trata de reescrever a história do integralismo nos anos 1930 no sentido tradicional do termo, mas de problematizar as representações dominantes que constituem a memória histórica. Memória esta que funda uma temporalidade em que se situam os grandes personagens, marcos e fatos do período. Cada uma dessas referências está disponível a todos e é sobre elas que se projeta o olhar que se volta para aquele passado – incluindo-se aí mesmo complexas análises historiográficas.

Enfim, trilhar o caminho percorrido pelo integralismo até o *Lete* pode levar a uma reflexão sobre o trabalho de *Clio* e sua perturbadora relação com *Mnemosyne*. Mais que verificar “hipóteses”, tal reflexão talvez ajude cada um de nós a desconfiar das representações do passado e, por conseguinte, de nós mesmos.

NOTAS

- ¹ O movimento se inspirou em muitos aspectos do fascismo italiano, inclusive no que concerne à plástica do movimento. Entre outros apetrechos, os militantes integralistas usavam como uniforme, camisas verdes, de onde a expressão “camisas-verdes” referente aos seguidores de Salgado. Vale lembrar que os inimigos políticos dos integralistas, notavelmente os militantes de esquerda, os chamavam ironicamente de “galinhas verdes”.
- ² Centro de Documentação – Ação Integralista Brasileira/Partido de Representação Popular.
- ³ Para pensar a problemática envolvendo “futuro passado”, partimos da reflexão de Reinhart Koselleck (1993).

Capítulo I

CONSTRUINDO A MEMÓRIA

1ª Parte

O INTEGRALISMO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA

“Ao redor dos heróis tudo se torna tragédia, em torno dos semi-deuses, drama satírico [...]”

NIETZSCHE

1.1 A Ação Integralista Brasileira e o golpe de 1937

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi lançada por Plínio Salgado em outubro de 1932, sendo que meses antes, em março, Salgado houvera criado a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), que reunia intelectuais preocupados com as indagações então feitas acerca da nacionalidade brasileira. Na solenidade de fundação da SEP, Salgado discursa apontando os princípios que deveriam nortear os debates políticos da entidade, entre os quais se destacam:

Somos pela unidade da nação; Somos pela expressão de todas as suas forças produtoras no Estado; Somos pela implantação do princípio de autoridade [...]; Somos pela consulta das tradições históricas e das circunstâncias geográficas, climatéricas e econômicas que distinguem nosso país [...] (Salgado, 1958, p. 266).

Mais tarde se viu que tais princípios não difeririam muito dos da AIB, expressos no *Manifesto de Outubro*.¹ Efetivamente, Salgado objetivava criar um movimento político de caráter nacional² e só retardara esse processo até outubro em função das dificuldades geradas pela revolução de 1932.

Com o intuito de fundar a AIB, Salgado articula grupos de direita de caráter regional, fazendo-os convergir para o seu movimento. Entre esses grupos, estavam principalmente, a Legião Cearense do Trabalho, liderada por Severino Sombra, e o Partido Nacional Sindicalista, sediado em Minas Gerais e liderado por Olbiano de Mello.

A essa primeira articulação se segue um esforço de Salgado para estruturar a direção nacional do movimento, mas sempre tendo em vista o vínculo daquela direção nacional com as diversas regiões

brasileiras. Diante da preocupação com o aspecto nacional, Salgado trata de nomear as chefias provinciais, arregimentar nelas os militantes e de dar unidade à doutrina.

Em fevereiro de 1934, ocorreu o Congresso de Vitória, fundamental no processo organizacional da AIB. Acerca da importância desse Congresso para o integralismo, escreve Gilberto Calil:

O Congresso de Vitória estabeleceu as diretrizes integralistas, criou a milícia partidária e definiu posição sobre a religião. Foram elaborados naquele congresso também os estatutos da AIB e um plano de ação, e criados os departamentos de Doutrina, de Propaganda, de Milícia, de Cultura Artística, de Finanças e de Organização Política. Foi definido ainda, com maior precisão, o estatuto do Chefe Nacional (Calil, 2001, p. 29).

Posteriormente, verificou-se intensa campanha de arregimentação de militantes. Em busca de novos adeptos, a AIB utiliza “uma rede constituída pela palavra impressa, através do livro e do jornal, pela palavra falada, através das sessões doutrinárias e do rádio e pela ritualização e simbologia, através dos ritos e dos símbolos integralistas” (Cavalari, 1999, p. 211).

O movimento teve, então, espantosa ascensão nos anos seguintes, chegando, em 1937, a contar com milhares de adeptos.³ Dispondo de excepcional rede de imprensa e aproveitando a descrença nas instituições democrático-liberais existentes na década de 1930, a AIB, com suas posições autoritárias, consegue fundar núcleos por quase todo país, tendo se tornado “o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional” (Trindade, 1974, p. 09).

No ano de 1937, a AIB lança a candidatura de Salgado à Presidência da República. Para aquele pleito, que deveria ocorrer em 1938, havia dois outros concorrentes: Armando de Salles Oliveira e José Américo de Almeida. Tal eleição, como se sabe, não ocorreu. Getúlio Vargas, em novembro de 1937, desfecha um golpe e se mantém na presidência como ditador por mais oito anos.

A AIB em tudo corrobora para a implantação daquela ditadura, tanto pela concepção integralista (e difusão) do papel do Estado,⁴ quanto pela participação direta que teve nas articulações que, depois, culminariam no golpe.

Ao pensar a instalação da ditadura estadonovista no Brasil, Aspásia Camargo afirma que “O golpe de 1937 a ninguém surpreende: urdido em silêncio, reúne os segmentos mais expressivos da comunidade política (...)” (in: D’Araújo, 1999, p. 31). Assim, vendo no integralismo uma força política significativa naquele momento, Vargas busca uma aproximação com o Chefe Nacional da AIB, Plínio Salgado, para neutralizá-lo politicamente – a ele e a seu movimento, claro –, diante do golpe que se conspirava.

Não terá sido por outra razão que, em setembro de 1937, em nome de Getúlio Vargas, Francisco Campos estabelece um primeiro contato com Salgado, já pedindo apoio para o golpe de Estado que ocorreria brevemente. Francisco Campos garante para Salgado que o integralismo será a base da futura organização ditatorial que se almejava construir.

Dias depois, em 25 de outubro de 1937, Vargas encontra-se com Salgado e anota em seu diário: “Na noite última, fui com o Macedo à casa do Rocha Miranda – Renato –, onde encontrei-me com Plínio Salgado, que de muito procurava falar-me. Caipira astuto e inteligente, mas entendemo-nos bem” (Vargas, 1995, p. 78). Esses entendimentos se deram a partir de promessas de Vargas quanto às ações futuras que promoveria e, também, quanto ao status do integralismo na nova ordem que se constituiria. Dentre essas promessas, destacam-se a substituição gradual dos governadores por “sangue novo”, questão cara aos camisas-verdes em função de suas posições favoráveis à centralização política,⁵ a reorganização da milícia integralista e a entrega da pasta da educação a algum quadro do movimento chefiado por Salgado.

O resultado dessa relação amistosa – que promove em Salgado grandes expectativas em relação ao espaço que seria ocupado pelo seu movimento na nova ordem política que se constituiria – foi o apoio do Chefe Nacional dos camisas-verdes ao golpe urdido por Vargas. O famoso desfile do dia 1º de novembro, quando milhares de integralistas, em perfeita ordem, marcham diante do ditador que se encontra no Catete, é símbolo inequívoco do apoio de Salgado às pretensões continuístas de Vargas.

Entretanto, Salgado se vê surpreendido pelo discurso proferido por Vargas pouco mais de uma semana depois, na noite do golpe. Nele, segundo o próprio Salgado em carta dirigida a Getúlio, “não se escuta nenhuma palavra para o integralismo ou para os integralistas. (...) Por todo o país, ouvindo o rádio, um milhão e meio de brasileiros baixavam a cabeça amargamente”.⁶

Na mesma carta, Plínio Salgado assim descreve a nova situação:

[...] Logo os jornais, havendo censura oficial, começaram a me atacar, a ridicularizar o movimento integralista. Alguns diretores de jornais me informaram que recebiam ordens diretas de autoridades para abrir fogo contra nós.

Em todas as rodas de políticos da cidade só se falava então no tombo que V. Exa. nos dera; no novo ‘pirarucu’ que V. Exa. pescara; na rasteira que V. Exa. passara no integralismo [...].

Momento decisivo no tocante ao estremecimento das relações entre o integralismo e o Estado Novo se configura com o Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, em que se proibia a existência de partidos políticos no Brasil. Antes da promulgação daquele decreto, Salgado, a par de que tal medida seria tomada e tendo a promessa de que a AIB poderia sobreviver enquanto sociedade civil, antecipa-se àquela determinação e extingue, no dia seguinte ao golpe, em 11 de novembro de 1937, a feição política da AIB, transformando-a em “sociedade cultural e educacional, esportiva e beneficente” (*idem*).

O Decreto-Lei de nº 37, entretanto, trazia um artigo em que se proibia toda a mística do integralismo, uniformes, distintivos e gestos, e exigia que os partidos que se transformassem em sociedades civis teriam que mudar de nome. Salgado esforça-se para enquadrar a extinta AIB à nova situação, inclusive mudando-lhe o nome para Associação Brasileira de Cultura (ABC). Mas, a ABC, mesmo com seu estatuto

enquadrado no tal decreto, depois de demorado trâmite no Ministério da Justiça, não consegue seu registro. O Ministro da Educação e Saúde do Estado Novo, Gustavo Capanema, no início dos anos 1940, explicita a posição do governo: “Decretada que foi a extinção dos partidos políticos, a Ação Integralista Brasileira pretendeu sobreviver, disfarçada em associação de fins beneficentes, desportivos e culturais, mas o Governo não consentiu nesta farsa” (in: Schwartzman, 1983, p. 107). Efetivamente, o que estava em curso, era a proibição a Plínio Salgado de dar continuidade a seu movimento, com ou sem feição política. Os camisas-verdes começam, então, a conspirar.

Ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 1938, enquanto Plínio Salgado ainda tenta uma saída política para o impasse com Getúlio, ocorre uma série de incidentes entre polícia e integralistas. No dia 10 de janeiro, foram apreendidas armas no núcleo integralista de Juiz de Fora – MG. O *Diário de S. Paulo* noticia, nos dias 19 e 20 de janeiro de 1938, por exemplo, a apreensão de muito armamento e a prisão de 24 integralistas em uma casa, em Campo Grande – RJ, após um tiroteio. Outros incidentes são registrados pela imprensa.⁷

O momento é delicado para os camisas-verdes mais envolvidos na ação política. O militante integralista Jair Tavares, assim descreve o clima predominante naquele período:

[...] a polícia do Sr. Felinto Müller desfechou contra o integralismo e os integralistas a mais tôrpe das perseguições. Os nossos núcleos onde funcionavam escolas, lactários, gabinetes médicos, cursos de corte e costura e bordado, foram vandâlicamente depredados, as casas dos integralistas invadidas, os integralistas presos, espancados, mutilados e até mortos pelas mãos dos policiais bestificados. Isso naturalmente provocou revolta [...]. (In: Salgado, 1956, p. 246).

Os ânimos se exaltam e os incidentes prosseguem. No dia 31 de janeiro do mesmo ano são apreendidas diversas armas em Niterói – RJ, na casa do integralista Major Pedro Otaviano de Oliveira. Ainda em Niterói, três dias depois, a polícia prende o proprietário de uma padaria em que foram encontrados uniformes e armas de integralistas. Embora esses incidentes não estivessem ligados a um movimento maior e articulado de ação integralista contra o Estado Novo, o fato é que a cúpula dos camisas-verdes – entre estes o Chefe Nacional – já se articulava com outros setores antigetulistas, tramando um golpe.

Olbiano de Melo que era Secretário Geral da Câmara dos 40,⁸ descreve como se deu essa tomada de posição no golpista:

Uma noite fui procurado na “A Ofensiva” pelo Comandante Vitor Pujol e um outro oficial da Marinha de Guerra. Informaram-me que a oficialidade integralista tivera uma reunião com seus camaradas do Exército e estavam todos resolvidos a pôr termo àquele “impasse”. Revoltar-se-iam desse no que desse. Pediam-me ambos que, como Secretário-Geral da “Câmara dos 40”, fôsse com

êles conversar com Gustavo Barroso, Comandante-Geral das milícias em todo o Brasil e, em seguida, com Belmiro Valverde que tudo indicava estaria de acôrdo com o levante armado. [...] Barroso concordou, então, que passássemos à ação revolucionária. Seguimos dali para a casa de Valverde. Exposto o motivo da visita combinou-se que no dia seguinte pela manhã falaríamos com Plínio Salgado. Após este último encontro iniciou-se a conspiração. (Melo, 1957, pp. 124-125).

Como se vê, o movimento integralista, mesmo tendo respaldado a ação política que implantara a ditadura estadonovista, não perdoa a “traição” de Vargas. Este parece continuar acenando para a possibilidade de um camisa-verde ocupar o Ministério da Educação, mas sem a camisa verde. Para os integralistas, isto não faria sentido. Na já citada carta de Salgado endereçada a Vargas no final de janeiro de 1938, em tom de desespero, Salgado fala na traição comentada nos meios políticos: “o tombo que V.Ex^a. nos dera; no novo pirarucu que V. Ex^a. pescara, na rasteira que V. Ex^a. passara no integralismo”. A traição de Vargas, juntamente com a abrupta interdição do integralismo na política nacional, despertara neles um tal estado de revolta que, no limite, estavam sendo levados ao levante armado.

1.2 O golpe integralista

1.2.1 *A revolta*

Em janeiro de 1938, enquanto Vargas acenava com a possibilidade de entendimento, Salgado já se encontrava em franca conspiração. Efetivamente, o golpe que meses antes implantara o Estado Novo – e a política empreendida pelo Estado nos meses seguintes – conseguiu o imponderável: a aproximação entre setores liberais e integralistas. Mais amplamente ainda, desde os seus primeiros meses, a ditadura promoveu a aproximação entre os descontentes com o novo governo Vargas, seja pela interrupção do jogo democrático e pela conseqüente frustração da perspectiva de alguns grupos que pretendiam alcançar o poder por meio das eleições que ocorreriam em 1938, seja pela exclusão de alguns do poder.

Miguel Reale, que no integralismo havia sido chefe do Departamento Nacional de Doutrina e membro do Conselho Supremo,⁹ recorda que “foi numa casa para os lados da Gávea que assisti ao primeiro encontro de Plínio com Otávio Mangabeira, ficando assentes as linhas preliminares de ação” (Reale, 1986, p. 126). Esse encontro aconteceu em fins de janeiro de 1938 e deu início à articulação entre os liberais derrotados em 1930 – e insatisfeitos com o 10 de novembro – e os integralistas. Reale, a pedido do Chefe Nacional, transfere-se em março do mesmo ano para o interior de São Paulo (Campinas), a fim de facilitar a articulação com os liberais paulistas. Mas, antes de partir, acompanha as primeiras negociações. Em entrevista concedida ao jornal *Diário da Noite*, em 28 de abril de 1945, Reale resume os acordos feitos:

Desde logo acordamos em que era necessário restabelecer a vigência da Constituição de 1934, com a formação de uma junta militar governativa provisória, incumbida de presidir as eleições. A um golpe ia se contrapor outro golpe [...].

[...] Devia o movimento vitorioso confiar o Governo a uma Junta Militar, que seria presidida pelo general Castro Júnior, então da diretoria do Material Bélico.

Dois dias depois, o jornal *O Diário da Noite* entrevistou o general Castro Júnior. Naquela oportunidade, ele concorda com as considerações de Reale, acrescenta algumas outras informações, retificando apenas que, desde o dia 12 de novembro de 1937, ele já não era mais o diretor do Material Bélico, cargo do qual pedira demissão por que se opunha ao golpe desfechado por Getúlio. Castro Júnior fala então, da amplitude das articulações que culminaram no 11 de maio de 1938: “(...) quando entramos em entendimento com o integralismo, já tínhamos muitas adesões de militares e civis a um movimento reivindicador das liberdades públicas confiscadas (...)”. E, na mesma entrevista, revela que se encontrou pessoalmente com Plínio Salgado e detalha o teor dos entendimentos que com eles mantiveram:

Ninguém fez concessões no terreno doutrinário, mas sempre me opuz a que oficiais fizessem parte do integralismo, no futuro, e a que fossem fichados e prestassem juramento de obediência a quem quer que fosse, de maneira que mais tarde viesse a colidir com os compromissos solenes que tinham e tem para com a Nação. Ainda mais: este ponto de vista foi por mim exposto ao sr. Plínio Salgado como indispensável para a colaboração com o integralismo.

Nesse ambiente conspiratório, os integralistas rebeldes se reuniam freqüentemente na residência de Plínio Salgado, na rua Voluntários da Pátria, enquanto que, no Hotel Glória, local em que se encontrava Otávio Mangabeira,¹⁰ ia se configurando a coloração do movimento. Hélio Silva assim detalha o quadro de adesões:

Mangabeira teve em volta de si os amigos fiéis ao candidato preso: Armando de Sales Oliveira. São eles: os irmãos Francisco e Júlio Mesquita Filho, Luís de Toledo Pisa. Os rio-grandenses que não formaram com Vargas [...] e remanescentes da revolução constitucionalista de 32, como o Cel. Euclides de Figueiredo [...] (Silva, 1971, pp. 147 -148).

Entre os rio-grandenses destacavam-se o ex-interventor gaúcho, Flores da Cunha,¹¹ que se encontrava no exílio, no Uruguai, e Carlos Bernardino de Aragão Bozano.¹² Este último era advogado, sócio de um filho de Flores da Cunha e deste representante na conspiração; estava em contato diário com os rebeldes e era por meio dele que Flores da Cunha enviava dinheiro para custear parte do movimento rebelde.

Dado o clima de atrito já estabelecido entre os integralistas e o governo e dado também o fato de outros conspiradores serem inimigos declarados de Vargas, portanto elementos suspeitos, não foi difícil para a polícia perceber a movimentação dos conspiradores. O próprio Getúlio Vargas narra, em seu diário, como soubera de tais indícios:

À tarde, recebi o ministro da justiça e o chefe de polícia. Mandara chamá-los para que me informassem sobre a situação. Descreveram-me um ambiente de franca conspiração no Exército, na Marinha e no elemento civil, dirigido pelos integralistas e secundado por todos os elementos descontentes. E mais, que sabiam, no Rio, um ambiente de desconfiança, de sobressalto e de alarma¹³ (Vargas, 1995, p. 113).

O plano que visava prender o ditador estava articulado em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco, além da Capital Federal, onde o levante começaria. Segundo Olbiano de Melo (1957), a ação seria iniciada na Rio, com a tomada da estação de rádio Mayrink Veiga e daí se emitiria o sinal para a sublevação em outras partes do país. Ainda segundo Olbiano de Melo, milicianos liderados pelo tenente Loyola e pelo Dr. Jair Tavares, encarregados da citada missão, ao tentarem colocá-la em prática, na noite de 10 de março de 1938, foram cercados pela polícia que já estava a par do assalto, inviabilizando o movimento conspiratório.

De qualquer modo, mesmo assim, acontece uma sublevação na Marinha, naquele mesmo dia 10 de março. Marinheiros liderados pelo almirante e integralista Jatir de Carvalho Serejo ocupam a escola naval na Ilha das Enxadas e, depois de prenderem a guarda que se encontrava na ilha e embarcaram em uma lancha quarenta fuzis e quatro cunhetes de munição, Serejo recebe uma ligação do tenente e também integralista Arnoldo Hasselmann Fairbairn – envolvido na conspiração – dando contra-ordem.¹⁴ A ação é, então, desfeita.

O que se seguiu àquele episódio foi a ação da polícia. Centenas de integralistas foram presos, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Além dos camisas-verdes, a polícia prendeu também os liberais Otávio Mangabeira¹⁵ e Euclides Figueiredo. A casa de Plínio Salgado foi vasculhada e nela foram encontrados muito armamento e munição. Entretanto, pouco antes dessa ação, Plínio Salgado¹⁶ e seu genro Loureiro Júnior já estavam escondidos.

Apesar daquela movimentação mal sucedida, alguns integralistas e outros descontentes prosseguiram com a conspiração, sendo que o levante acontecido em 11 de maio de 1938 foi basicamente organizado pelos remanescentes da conspiração de março. A coordenação política desse novo movimento foi entregue por Plínio Salgado ao médico Belmiro Valverde, que havia atuado em março e que também se encontrava foragido. Valverde era destacado membro das hostes integralistas e havia ocupado a Secretaria Nacional de Finanças da AIB de março de 1934 até a dissolução da organização em dezembro de 1937, além de ser, da mesma, membro do Conselho Supremo. Valverde foi auxiliado de perto por Raymundo Barbosa Lima, Chefe Provincial no Estado da Guanabara, posição importante dentro da AIB.

Na função que passara a ocupar, Belmiro Valverde encarregou o Tenente Severo Fournier de organizar militarmente a ação.

Severo Fournier era homem de confiança do Coronel Euclides Figueiredo¹⁷ e deste havia sido ajudante-de-ordens na Revolução Constitucionalista de 1932. Fournier irá organizar e comandar militarmente o movimento e também comandar a mais importante ação do *putsch* de maio de 1938: o assalto ao Palácio da Guanabara.

Convém aqui lembrar que, antes da entrada de Fournier para as atividades revolucionárias, já havia todo um movimento liderado pelo General Castro Júnior (que permanecia, ainda em maio de 1938, como chefe nacional do movimento rebelde) e pelo Coronel Euclides Figueiredo – um movimento que, embora tenha deixado resultados, foi desarticulado tanto pela prisão de vários envolvidos (dentre eles a do próprio Coronel Euclides Figueiredo) quanto pela apreensão de munições e armamentos. Assim sendo, após a indicação de Valverde, o trabalho de Fournier consistiria exatamente em reorganizar e readaptar os homens que houvessem demonstrado mais capacidade naquelas primeiras movimentações.

Belmiro Valverde alugou, então, duas casas para que essas operações se desenvolvessem. Primeiramente, alugou uma na estrada da Gávea, local em que Fournier desenvolverá, posteriormente, intensa atividade junto com os conspiradores, desde a manipulação de dinamite e fabricação de grandes bombas até a limpeza e lubrificação das armas. Depois, como aquela casa se tornara local restrito para tanta gente (já havia cerca de seiscentos rebeldes), Valverde alugou a residência 550 da Avenida Niemeyer, de onde depois saiu o *putsch* de 11 de maio de 1938. Essas duas casas – a da Gávea e a da Avenida Niemeyer – formavam o sistema básico do movimento dos rebeldes.

O movimento contava, nas fileiras superiores do Exército, com o apoio dos Generais Newton Cavalcante, comandante da Vila Militar, e Bertoldo Klinger (além, claro, do General Castro Júnior, chefe do movimento), bem como com o apoio do Coronel Ayrton Playsant e do Major Rodolpho Bittencourt. Na Marinha, o esteio era o capitão de Mar e Guerra Fernando Cochrane e o Comandante Faria. Na Polícia Militar, Fournier esteve, pessoalmente, com quarenta e poucos oficiais e inúmeros inferiores.

Em São Paulo, o movimento estava articulado com os partidários de Armando de Salles Oliveira, que prometiam armas para os rebeldes. Entretanto, apesar de requisição redigida pelo General Castro Júnior – como exigiam os paulistas – as armas nunca lhes foram entregues.

1.2.2 *O plano*

O plano era de enorme dimensão e contava com quatro séries de operações centrais e uma complementar, cada qual com perfil e objetivo específicos.

A primeira dessas séries era constituída pelos grupos de prisões: 25 grupos com efetivos entre quinze e trinta homens, totalizando cerca de seiscentos homens. Esses 25 grupos tinham como missão prender, no dia do golpe, à noite, o Ministro da Guerra, o Ministro da Marinha, o Chefe da Polícia (Filinto

Müller), bem como outros ministros, chefes e subchefes do Estado Maior do Exército, comandantes de Região, da Aviação, do Material Bélico, da Artilharia de Costa, da Vila Militar, além do chefe do Estado Maior da Armada, o Comandante Geral da Polícia Militar, o Delegado da Ordem Política e Social e o Inspetor Geral de Polícia.

A segunda série, por sua vez, era constituída pelos grupos de assalto: dezessete grupos, com efetivos variados, ao critério dos chefes. Esses grupos destinavam-se à tomada e à ocupação não só dos órgãos de manutenção da ordem no país (Ministérios da Guerra e da Marinha, Polícia Civil, Polícia Especial) e dos aeroportos, mas também das estações Central do Brasil, Leopoldina, Barcas e Auxiliar, do Palácio do Catete e do Palácio da Guanabara. “Os restantes desses grupos teriam ainda que controlar as linhas de vigilância, saídas da cidade e as missões defensivas e de polícia” (Fournier *apud* Nasser, 1947, p. 59).

Já a terceira série de operações consistia no entrelaçamento desses primeiros grupos já mencionados. O intuito, nesse caso, era neutralizar e desarticular as forças do governo. Portanto, essa série insere-se dentro do plano geral, pois para que o governo não conseguisse reagir fazia-se necessário prender os chefes estratégicos (tarefa dos 25 grupos de prisões) e tomar as sedes do Ministério da Guerra e outros (tarefa dos dezessete grupos de assalto). Ainda nesta série, os chamados grupos próprios, aos quais cabia se posicionarem diante de quartéis e em locais de passagem obrigatória do inimigo e, pelo fogo, neutralizarem ou retardarem a ação das tropas.

A quarta série de operações, por sua vez, se constituía de cerca de trezentos homens e visava desarticular os meios de ligação e de comunicação entre os membros e órgãos do governo (telefones oficiais e secretos, telefones particulares, rádios, luz etc.). O objetivo era tomar as estações de rádio e, por meio delas, dar a notícia do movimento e ler o manifesto do chefe integralista Plínio Salgado, na hora H + 5 minutos, enquanto outros grupos da mesma série deveriam destruir geradores particulares das repartições do governo. Nesta série, havia grupos-rádio, grupos-telefone e grupos-correio-telégrafos.

Por fim, havia a série de grupos complementares, esta se dividia em três grupos: o de terror, que buscava dar a impressão de grandiosidade e seriedade ao movimento lançando bombas em zonas de densidade de população maior, mas sem maiores prejuízos, bem como arremessando granadas de mão, a partir dos prédios elevados nas passagens obrigatórias de homens do governo; o grupo de incêndio, que colocaria fogo em vários pontos da cidade com o objetivo de atrair a atenção do Corpo de Bombeiros; e o grupo de saúde, que se encarregaria dos cuidados aos eventuais feridos.

Aquele movimento fora planejado para eclodir, portanto, na madrugada do dia 11 de maio de 1938, devendo os vários grupos agir sincronicamente à 1 hora da madrugada (hora H) daquele dia. Segundo Fournier, os motivos que corroboraram para a escolha de tal data foram a escalação do Tenente Júlio Nascimento para a guarda do Palácio Guanabara no período do dia 10 para o dia 11 de maio, e, também, a escalação do Tenente Soter para a guarda da Polícia Civil no mesmo período, além do fato de aquele dia 10 ser a data de aniversário do 6º mês do Estado Novo, o que contribuiria para que os rebeldes encontrassem as autoridades despreparadas, na medida em que elas estariam participando de comemorações.

Apesar de tudo, Fournier permanecia um tanto refratário à idéia de marcar uma data. Achava necessário receber antes os armamentos de que precisavam e que tinham sido prometidos aos grupos. Mesmo assim acaba por concordar, tendo em vista tanto as condições favoráveis aqui já mencionadas quanto as pressões de certos elementos, como Belmiro Valverde e o comandante Nuno Barbosa de Oliveira (que ansiavam por resolver logo a querela), e o estado de nervosismo geral, que, se prolongado por mais tempo, aumentaria o risco da ação.¹⁸

1.2.3 A ação

Do imenso plano traçado por Severo Fournier e corrigido pelo Coronel Euclides Figueiredo,¹⁹ apenas uma pequena parte foi realizada na madrugada daquele 11 de maio, com o intuito de atingir os objetivos previamente estabelecidos, mas em condições muito adversas às planejadas.

Em relação às dezenas de prisões que haviam sido planejadas, apenas uma absolutamente secundária foi efetuada, a do coronel Canrobert Pereira da Costa, chefe do Gabinete do Ministro da Guerra. Quanto às outras, basta lembrar o que ocorreu no assalto à residência de Góis Monteiro, Chefe do Estado Maior do Exército, missão chefiada pelo integralista Nathan (Hermes Malta Lins de Albuquerque), organizador geral dos grupos de assalto, que para tanto contava com pelos menos vinte outros integralistas.²⁰

Góis Monteiro residia no Edifício Mariante, à rua Joaquim Nabuco, 83, apartamento 12. Os rebeldes lá chegam no horário previsto, à 1:00 da madrugada do dia 11 de maio de 1938. Nathan quebra, então, o vidro da porta principal do prédio e abre-lhe o trinco, adentrando os integralistas ao prédio. O porteiro acorda com o barulho, é rendido e interrogado. Em seguida, alguns sobem, levando o porteiro até o quinto andar, onde residia Góis Monteiro. Tocam a campainha várias vezes e, não sendo atendidos, resolvem abrir a porta aos pontapés, o que não conseguem. Dentro do apartamento, Góis Monteiro já despertado, verifica da varanda a existência de cerca de quinze homens armados em frente ao prédio. Percebe que aquilo não era um simples assalto e se comunica com Filinto Müller pelo telefone oficial (pois que o outro estava cortado), descobrindo se tratar de uma ação integralista. Enquanto isso, os rebeldes dão tiros na rua e praticam depredações.²¹ Quinze minutos depois, aproximadamente, os conspiradores vão embora sem cumprir a missão.

Naquela madrugada, mais comum que este tipo de ação, abortar a missão rapidamente diante de algumas dificuldades, foi a simples não-ação. Muitos grupos de assalto nem sequer se dirigiram ao local onde deveriam agir, sendo que o próprio General Castro Júnior, chefe geral do movimento, permaneceu em sua casa, onde esperava pelas notícias. Fernando Cochrane, principal líder dos rebeldes da Marinha, também não entrou em ação, e, com outros da Armada, ficou esperando, no bar do Palace Hotel, a comunicação dos colegas do Exército.

Vinte e um anos depois, em depoimento dado ao jornal carioca *Correio da Manhã*, edição de 12 de julho de 1959, Belmiro Valverde, responsável pela articulação dos integralistas naquela conspiração, explica

o que acontecera: “Muitas das pessoas que conosco conspiraram, falharam na hora H. Oficiais comprometidos não compareceram a seus postos de combate, civis, valentes quando das discussões e planejamento, sumiram no momento do perigo”.

Em relação às outras ações do plano, apenas o assalto ao Ministério da Marinha e ao Palácio Guanabara, a tomada do cruzador Bahia e de algumas estações de rádio foram colocadas em prática.

No caso das estações de rádio, foram tomadas a Guanabara, a Vera Cruz e a do Jornal do Brasil. Nelas, foi lido o manifesto de Salgado, anunciando a deposição de Vargas e de seus ministros, bem como a ocupação da presidência por uma junta militar, presidida pelo General Castro Júnior.

Já quanto à tomada do cruzador Bahia, esta foi liderada pelo almirante integralista (Capitão de Corveta) Nuno Barbosa de Oliveira, com a participação de oficiais da Armada e os guardas-marinhas da guarnição do Bahia. O intuito dos rebeldes era conduzir Vargas até o Catete, de onde o embarcariam no tal cruzador invadido pelos rebeldes. Navegam pela Baía da Guanabara durante toda aquela madrugada do dia 11 de maio, esperando o desenrolar do golpe. Diante do fracasso das outras operações, eles se apresentam em rendição ao quartel da 1ª Região Militar de onde foram depois conduzidos presos para a fortaleza de Santa Cruz.

No que concerne à tomada do Ministério da Marinha, o responsável pela ação rebelde foi o integralista almirante Capitão-de-Fragata Arnoldo Hasselmann. Primeiro, conforme o planejado, cerca de trinta homens aprisionam as sentinelas do Ministério. Em seguida, Hasselmann entra no prédio e ordena a um sargento que reúna a guarda. Um dos integrantes dela, entretanto, acerta-o com um tiro de fuzil. Só então os outros homens que acompanhavam Hasselmann, agora comandados pelo sargento Valdemar Cavalcanti, entram no prédio e travam combate com a guarda, conseguindo aprisioná-la. O prédio da Marinha ficou sob ocupação rebelde durante toda aquela madrugada, apesar do bombardeio dos canhões do quartel da Ilha das Cobras. Ao amanhecer, os rebeldes, já cientes do fracasso da ação como um todo, se entregaram.

Quanto ao assalto ao Palácio Guanabara, planejado com o intuito de prender Vargas, foi o tenente liberal Severo Fournier quem conduziu a ação. Neste caso, os homens que participariam do assalto seriam enviados pelo almirante Fernando Cochrane e pelo Capitão Palma à Avenida Niemeyer, local em que se situava o quartel general dos rebeldes. Entretanto, isso não acontece e Fournier resolve partir com dois Sargentos (Manuel Pereira de Lima e Luiz Gonzaga) e um grupo de reservas, formado por milicianos niteroienses da extinta AIB. Assim, por volta das 23:30h do dia 10 de maio, Fournier dá ordens para que os milicianos coloquem os uniformes de fuzileiros navais e os lenços brancos que seriam o sinal de reconhecimento dos revoltosos. Depois de dispensar os mais idosos, ele passa contar com trinta e poucos homens.

Segundo Fournier (in: Nasser, 1947), só um pouco depois da 1:00h da manhã do dia 11 chega um caminhão, vindo de um sítio em Campo Grande – RJ, para transportar os rebeldes ao Palácio Guanabara, onde chegam a 1:20h.²² Logo na chegada há breve troca de tiros entre os rebeldes e os fuzileiros da guarda do Palácio. Uma sentinela da guarda é atingida, pouco depois de haver tocado o alarme.²³ Entretanto, o

integralista Tenente Júlio Nascimento reúne a guarda e fala que se trata de uma já vitoriosa revolução para depor o ditador, que não valeria derramar o sangue por uma causa perdida. A guarda se rende. Aprisionada a guarda, Fournier, entretanto, sente-se praticamente sozinho, pois os milicianos haviam se refugiado entre os arbustos perto do morro e longe da ação.

Enquanto a guarda era aprisionada, um carro entra nos jardins do Palácio: é o irmão de Vargas, Benjamin Vargas (o Bejo), que ali residia. Com ele estão o diplomata Mauro de Freitas e um membro da Casa Civil da Presidência, Fraga de Castro. Bejo fica, então, no Guanabara e manda seus colegas buscarem reforços. A resistência que os rebeldes haviam encontrado naquele momento se restringia a Isaac Cunha, homem da vigília do Palácio, e ao chefe de investigadores do Palácio, Manuel Pinto, que logo foi preso pelos conspiradores.

Dentro do Palácio Guanabara, despertados pelos primeiros tiros, Vargas e seus familiares, não podendo reconhecer com precisão a situação, buscam também reforços. Alzira Vargas telefona ao Catete e fala com o General Pinto, que promete enviar forças. Telefona, também, ao chefe de polícia Filinto Muller, e é por meio dele que Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, toma conhecimento do fato e se dirige, a pé e sozinho, ao Forte do Leme. Lá, ele reúne doze homens²⁴ que se dirigem ao Guanabara, sendo esses os primeiros reforços a lá chegarem. Os conspiradores, ao perceberem a chegada de forças pró-Vargas e ao confirmarem tratar-se do Ministro da Guerra, abrem fogo, alvejando dois homens de Dutra e a ele ferindo levemente na orelha. Há intensa troca de tiros. Minutos depois, escutam-se sirenes policiais nas proximidades do Palácio e muitos dos conspiradores fogem.²⁵

A resistência dos rebeldes parece ter ficado a cargo apenas do Tenente Júlio Nascimento e de alguns milicianos até por volta das 4:30h da manhã, quando então, Nascimento dá a causa por perdida e ordena retirada geral. A polícia, tendo a situação já sob controle, descobre alguns integralistas escondidos nos jardins do Palácio Guanabara e os fuzila sumariamente.

Mais de vinte anos depois, em entrevista ao jornal *Correio da Manhã*, em 12 de julho de 1959, Nascimento explica:

Com o correr do tempo, vi as coisas ficando pretas. Não poderíamos manter indefinidamente a posição. Mandeí um homem informar-se dos movimentos de Fournier, sabendo então do fracasso de sua tentativa. Nada mais restava a fazer. Reuni meus homens e dei a ordem de debandar.

A posterior repressão aos camisas-verdes foi brutal. Poucos dias após o levante, já se encontravam detidos na casa de correção (localizada na Ilha Grande) cerca de 1500 indivíduos suspeitos de envolvimento com o episódio ou efetivamente envolvidos.

O respectivo inquérito policial, enviado ao TSN, aponta como os cabeças do movimento os integralistas Belmiro de Lima Valverde, Raymundo Barbosa Lima, Francisco Caruso Gomes e Plínio Salgado. Estão também nele listados como “cabeças” do levante os militares, General João Cândido de Castro

Júnior, Tenente-Coronel Airton Plaisant, Capitão de Mar e Guerra Fernando Cockrane, bem como os militares reformados Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo e Tenente Severo Fournier. Além desses, os gaúchos José Antônio Flores da Cunha e Carlos Bernardino de Aragão Bozano. Como autores e cúmplices daquela ação, o inquérito lista dezenas de pessoas, entre integralistas e não-integralistas.

Durante a enérgica ação policial que se seguiu ao fracassado levante, vários envolvidos foram presos. Entre eles, Raymundo Barbosa Lima, chefe integralista da província da Guanabara e que havia ajudado Belmiro Valverde na articulação do movimento; o próprio Belmiro Valverde, articulador geral do movimento; Júlio Barbosa do Nascimento; Nuno de Oliveira; Fernando Cockrane; e os não-integralistas, generais Castro Júnior e Klinger e, semanas mais tarde, o Tenente – reformado – Severo Fournier.²⁶ Enquanto isso, Plínio Salgado, Miguel Reale e Loureiro Júnior permaneceram foragidos.

A prisão – ou a entrada na clandestinidade – das lideranças abalou a estrutura organizativa integralista. Os camisas-verdes, formados sob rígida disciplina e agora tachados de desordeiros, extremistas e foras-da-lei, passam a conviver com uma ampla campanha contrária ao movimento e suas práticas, apesar de perceberem que muito de sua ideologia fora incorporada pelo regime estadonovista.

1.3 O Estado Novo, a imprensa e o golpe integralista

Após o golpe de 1938, a imprensa encarregou-se de difundir as novas representações sobre o integralismo. Ao descrever os episódios que marcaram a frustrada tentativa de golpe, a imprensa construiu uma outra imagem do movimento integralista. No dia 12 de maio de 1938, o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, noticia o *putsch* do dia anterior, em extensa matéria com o subtítulo *Réprobos da Pátria* e, no final, uma categórica adjetivação reservada ao chefe integralista: covarde. Eis o trecho:

A Nação”, em edição especial que circulou às 12 horas de hoje, publica uma nota em que os adeptos de Plínio Salgado são taxados de réprobos da pátria ao serviço do estrangeiro. Os que ainda hontem se propunham salvar o paiz e fazer obra de paz entre os brasileiros, usaram na madrugada de hoje a technica e os systemas bolchevistas, matando, incendiando casas e fuzilando indefesos cidadãos. A nota referida que tem o título “Quem eram elles” termina dizendo que todos os brasileiros a esta hora já sabem que eram os companheiros de Plínio Salgado, o covarde chefe do integralismo no Brasil.

Freqüentemente, a imprensa da época indicava ser a covardia uma característica dos camisas-verdes, sobretudo quando se referia à ação contra Vargas, na madrugada do dia 11 de maio de 1938: um homem dormindo tranqüilo em sua residência com sua família, sendo agredido por bandos armados e reagindo ao golpe em defesa da sua residência que, certamente, representava a nação. Essa mesma imprensa tachava os revoltosos de medrosos, divulgando que muitos camisas-verdes, por simples medo, não haviam

comparecido aos locais combinados e que outros haviam fugido diante do simples tocar de sirenes etc. Isso é o que se percebe, por exemplo, em matéria intitulada *Dominada uma Revolta Integralista*, do *Jornal do Comércio*, em edição também do dia 12 daquele mesmo mês:

[...] Essa nova intentona integralista, que assumiu o caracter revoltante do attentado pessoal, causou geral indignação. [...] No Cattete, a guarda afugentou os que pretendiam penetrar no Parque daquelle palacio, fazendo alguns prisioneiros, enquanto outros fugiram amedrontados.

A ênfase dada pela imprensa à fuga dos integralistas era um artifício que se adotava para associar a noção de fragilidade àquele movimento que, diziam, fora empreendido por pessoas incapazes não apenas de conduzir as ações planejadas, mas também de assumir as conseqüências da aventura política. Os jornais, insistentemente, atribuíam covardia aos camisas-verdes que participaram do malogrado episódio. Eis um exemplo:

Logo que irrompeu o movimento, numeroso grupo de integralistas tentou assenhorar-se do Telegrapho Nacional. A guarda ali sempre destacada, recebeu-os a bala, ferindo dois assaltantes, enquanto os demais fugiam.²⁷

Um outro jornal, o *Diário de Notícias*, também de Porto Alegre, com a chamada “*Ao povo pernambucano o Sr. Agamenon Magalhães faz vibrante proclamação*” enfocava, no mesmo dia 12 de maio de 1938, o frustrado golpe sobre o qual muito se comentava naquele momento. Esse texto, além de associar a idéia de covardia àquela ação, sugere um aspecto marcante e já presente na memória histórica em formação, o de que o movimento integralista é risível.

O sr. Agamenon Magalhães, interventor federal, publicou na “Folha da Manhã”, de hoje, uma proclamação cientificando a população dos acontecimentos desenrolados no Rio.

Nessa proclamação diz s. excia. que na madrugada de hoje os integralistas assaltaram a residência do sr. Getúlio Vargas no Palácio Guanabara, sendo vencidos. Após a comedia dos punhais, recorreram agora a uma emboscada, fazendo atentados pessoais.

A técnica terrorista adotada é a mesma do Comunismo. O integralismo recorre ao mesmo processo empregado pelos comunistas, com a mesma crueldade e a mesma covardia [...]”.

Outro aspecto que vai se delineando como característica do movimento integralista é o fanatismo dos seus adeptos, embora não tenha sido essa uma pecha tão presente nos discursos quanto a covarde. Ainda na matéria que cobriu o golpe, o *Correio do Povo* (12.5.1938) publica:

Entre os detidos figura um rapaz, quasi creança, pois conta apenas 17 annos, que foi preso à rua Visconde Itauna, com uma arma, munição e camisa verde sob o paletot.

Perante o delegado especial da Segurança Política e Social o joven não parecia perturbado, fixando tranquillamente a autoridade.

À primeira pergunta exclamou: “Plínio Salgado mandou que me rebelasse”. Não foi possível arrancar-lhe mais qualquer declaração.²⁸

Neste conjunto de matérias divulgadas pela grande mídia²⁹ horas após o golpe integralista, constata-se a existência de narrativas aparentemente objetivas, que estariam relatando o real. Michel de Certeau ao analisar a instituição do real por meio da mídia, afirma:

O real contado dita interminavelmente aquilo que se deve crer e aquilo que se deve fazer. E o que se pode contrapor aos fatos? A pessoa tem que se inclinar e obedecer àquilo que “significam”, como o oráculo de Delfos. A fabricação de simulacros fornece assim o meio de produzir crenças e portanto praticantes. Esta instituição do real é a forma mais visível de nossa dogmática contemporânea. É também a mais disputada entre partidos (De Certeau, 2002, p. 287).

Ou seja, a representação da realidade é vista como a realidade. O integralismo é, então, o que o discurso autorizado acerca dele pronuncia, estabelecendo a alteridade. No caso dos jornais, percebe-se neles normalmente, a ausência de marcas de enunciação. Esse recurso aumenta ainda mais o peso da alteridade da narrativa que produzem sobre o movimento integralista: o integralista é absolutamente o outro. Dessa forma, a proximidade ideológica entre o Estado Novo e o integralismo tem sido negada. Difundiu-se, basicamente, a fragilidade do golpe que foi facilmente desbaratado pelas forças de segurança.

Assim, simultaneamente, tecia-se uma narrativa que caracterizava como algo risível o integralismo e como covardes ou fanáticos os seus militantes, inclusive o Chefe Nacional, e, como algo oposto, o Estado Novo e o seu líder, Getúlio Vargas. Nesta perspectiva, a bajulação do então interventor pernambucano Agamenon Magalhães, somada à subserviência da imprensa da época, resultou no seguinte texto:

O presidente da república não se escora na coragem alheia. Confia em si mesmo e no povo brasileiro, bravo e nobre. Só mesmo assim os integralistas poderiam atacar de surpresa, pretendendo mata-lo quando dormia, mas o encontraram de revolver em punho, defendendo a tranqüilidade de seu lar e a paz da Nação.³⁰

Junte-se a isso o que disse o *Diário de Notícias* de Porto Alegre (11.05.1938) para exaltar as mesmas serenidade e coragem:

O sr. Getulio Vargas como informamos, dirigiu a defeza, no Palacio. De revolver em punho, o proprio chefe da nação, foi enfrentar os que queriam assaltar o palacio do governo.

Depois de dirigir a ação de resistencia ao assalto, o sr. Getulio Vargas guardou o seu revolver e se sentou, a fumar tranqüilamente.

Em declarações ao representante dos *Diários Associados*, o delegado da Ordem Política e Social, dr.Israel Souto, propaga as mesmas virtudes de Getúlio: “A ordem voltou a reinar para tranquilidade do país que teve no sr. Getulio Vargas, mais uma vez o mesmo homem do elevado patriotismo e desassombrada coragem”.³¹ Obviamente, naquele período ditatorial, não se dava voz aos revoltosos (a não ser quando já dominados e presos e sob rigoroso controle da censura), sendo a repressão, por sua vez, explicada pelos seus próprios mentores.

Na verdade, o que se vê, nas diversas reportagens da época, não é apenas o contraste entre as representações de Vargas (corajoso) e de Salgado (covarde). Nelas, também há contraste entre a representação da resistência das forças ligadas a Vargas e a da fuga dos integralistas. Não há nuances. O discurso simplesmente dicotomiza o universo político: Getúlio Vargas/o Estado é detentor de todas as virtudes; Plínio Salgado/os integralistas está no campo oposto.

Em matéria intitulada *Flagrantes da Resistência Presidencial*, publicada também no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, em 12 de maio de 1938, os elogios aos familiares de Vargas que se encontravam no Palácio e, especialmente, os reservados ao próprio Vargas são intermináveis: “A pessoa que assistiu a todas essas cenas ao nos fazer a narrativa não escondia a admiração que lhe causára a bravura e calma e sangue frio, então demonstrado por todos”.

Bravura, serenidade e calma são termos utilizados repetidas vezes pela grande mídia para se referir à postura de Getúlio Vargas diante daquele episódio. O telegrama enviado a Vargas pelo interventor mineiro Benedicto Valladares, publicado em diversos jornais naquele dia 12, é, nesse sentido emblemático:

Congratulando-me vossencia pelo mallogro do nefando attentado contra o regime, graças à bravura e serenidade de vossencia, à dedicação, patriotismo e lealdade dos dignos chefes militares e de nossas forças armadas, tenho a satisfação de reafirmar em meu nome e no dos mineiros a nossa inquebrantável solidariedade.

De sua parte, o Capitão João Alberto, que auxiliou na ofensiva contra os rebeldes no Palácio Guanabara, em entrevista à imprensa no dia 11, sintetiza o discurso em vigor quanto a Vargas: “Deixe-me, porem, abrir aqui um parentesis e fazer o elogio da bravura e do sangue frio do Chefe da Nação (...)”.³²

O Capitão João Alberto, assim como o Coronel Cordeiro de Farias (que também correu ao Guanabara para socorrer Getúlio) participaram da Revolução de 1930. A partir principalmente dos trabalhos de Carlos Alberto Vesentini³³ é possível observar como o regime implantado em 1937 tenta se explicar como sendo um desfecho natural da Revolução de 1930, instaurando uma temporalidade já implícita em maio de 1938, como se pode deduzir desse texto, publicado no *Diário de Notícias*, no dia 12 de maio de 1938, com o subtítulo *Uma Coincidência Interessante*:

Por uma coincidência interessante, os capitães João Alberto, Nelson Mello e coronel Cordeiro de Farias, interventor neste Estado, que foram tres elementos de grande projecção no movimento victorioso de 1930, expontaneamente acudiram e se viram reunidos, dentro do mesmo sector, defendendo o palacio Guanabara.

Os defensores da legalidade em 1938 são os revolucionários de 1930 e são também, os que estavam ao lado de Vargas no 10 de novembro de 1937. Fica estabelecida, assim, uma continuidade, e uma temporalidade passa a envolver a vitória em 1930, a implantação do novo regime em 1937 e a luta para a sua preservação em maio de 1938. “A Revolução de 1930 fora uma ‘arrancada heróica’ do ‘povo’ que através dela ‘despertara’ e levava Vargas ao Governo da Nação” (Vesentini, 1978, p. 24)³⁴ e, 1937, fora a continuidade daquela nação que corria o risco de sair dos trilhos diante dos extremismos de esquerda e de direita. Esses dois episódios, a Revolução de 1930 e a implantação do novo regime em 1937, foram transformados em marcos, fatos que dariam inteligibilidade à história do Brasil. O 11 de maio de 1938 não se constituiu marco, mas fato sem importância. Aliás, foi assim que o então Ministro da Justiça o definiu. Interpelado sobre o *putsch* integralista, Francisco Campos responde: “O movimento não teve importancia. Está extinto e a ordem publica perfeitamente assegurada”,³⁵ produzindo, portanto, um enunciado que é discurso autorizado. Ele fala como ministro de um poder reconhecido e que reconhece a si mesmo, um poder que tem substância histórica, pois oriundo da Revolução de 1930. Se, “(...) ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as (...)” (Bourdieu, 1988, p. 114) ou, como no caso, o inverso disto: a ação integralista é arbitrária, pois que atenta ao que foi subtraído ao arbitrário.

O discurso apresentado pelos jornais da época acerca do frustrado golpe era idêntico ao do próprio governo, isto quando não eram membros do próprio governo que tinham os seus textos publicados nos mesmos jornais a título de interpretação do referido episódio. Neste sentido, vale a pena observar a leitura que, pode-se dizer, o Estado Novo fez do golpe integralista por meio de Gustavo Capanema:³⁶

Baldadas as esperanças de prosseguir em sua propaganda, o integralismo, exatamente como o comunismo a que tão ferozmente combatia, antecipou a tentativa de apossamento do poder. Na madrugada do dia 11 de maio de 1938, os integralistas da capital da República, armados e municidados, ao mesmo tempo

que atacavam outros edifícios públicos e os domicílios de altas figuras do Governo, assaltaram de surpresa, a residência do presidente da República, subjugaram a guarda do Palácio e, durante algum tempo, puseram em risco a vida do chefe do Estado, que pessoalmente empunhou armas, para defender-se dos traidores. (In: Schwartzman, 1983, p. 107).

Essa foi a perspectiva do Estado Novo que se estampou nos grandes jornais da época e que se impôs como verdade. Estava-se definindo, então, o percurso da memória, demarcando quem possuía os valores que deveriam ser lembrados. Daí por diante, traição, covardia, fanatismo e derrota se vinculam a Salgado e a seus camisas-verdes, que são banidos da memória histórica, enquanto Getúlio Vargas, com sua bravura, sua serenidade e sua vitória ocupava a cena principal e os “lugares de memória”. Nesse percurso, foram desaparecendo não só os agentes, mas também os aspectos múltiplos do passado, as suas diversas possibilidades. Na memória histórica a história é a do vencedor, mas nela ainda é possível reconhecer a presença dos derrotados.

Passado o furor que se criou com o frustrado golpe, o integralismo não mais aparecerá na grande mídia da época, exceção feita a algumas datas singulares, como quando da primeira prisão de Plínio Salgado, em 26 de janeiro de 1939, ou como 22 de outubro de 1938, dia em que os jornais anunciaram que Salgado seria denunciado como participante do movimento de 11 de maio.

Como se vê, naquele período, mais que relatar os fatos, a imprensa partilhou dos mecanismos de propaganda política por meio dos quais o Estado Novo buscava legitimar o seu poder. Maria Helena Rolim Capelato, ao tratar desse tipo de propaganda, afirma que:

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas nos de tendência totalitária ela adquire uma força muito maior porque o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula” (Capelato, 1998, p. 66).

Ainda que o regime implantado após o golpe de 1937 não tenha tido caráter totalitário, ele reuniu em seus quadros muitos simpatizantes do nazi-fascismo, entre eles, Lourival Fontes, que veio a ser diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Além disso, tudo indica que as práticas propagandísticas adotadas pelo *Reich* influenciaram sobremaneira as adotadas pelo Estado Novo.

Dessa forma, durante o período compreendido entre 1937 e 1945, “o Estado Novo se apresenta como o único sujeito histórico adequado ao país para aquele momento e, ao mesmo tempo, o corretor da sua linha de evolução histórica” (Lenharo, 1986, pp. 13-14). Configura-se, portanto, o agente criador da temporalidade que preenche o passado de ausências e define a centralização do poder como política

necessária à manutenção da ordem e à modernização do país. Longe dessa perspectiva, restam somente a desordem ou a farsa.

Desde a primeira hora, o Estado Novo foi capaz de aglutinar forças suficientes para controlar a imprensa escrita e os programas radiofônicos, ou seja, os veículos expressivos de comunicação de massa da época. Ainda em 1937, com a ditadura recém instalada, foi publicado o Código de Imprensa, que tornava ilegal qualquer referência considerada desrespeitosa às autoridades públicas. Estabeleceu-se também, a repressão às atividades integralistas, com a proibição de jornais e de propaganda do movimento, repressão essa que se torna intensa a partir de janeiro de 1938, de modo que se define uma normatização dos discursos no sentido apologético ao Estado Novo e exatamente o oposto em relação ao integralismo.

A partir de 1939, esse controle dos meios de imprensa e propaganda se intensificou, com a criação do DIP. Segundo Luiz Maklouf Carvalho:

O DIP exigia que a imprensa louvasse o ditador. Tinha a força da distribuição do papel, o dinheiro fácil das matérias pagas, a polícia política, a censura sistemática e a violência institucionalizada do regime – tudo isso materializado nas prisões cheias e nos estados de sítio e de guerra decretados em diversas ocasiões.

Com raríssimas exceções de *O Estado de S. Paulo* – expropriado à força das armas em março de 1940 e mantido sob intervenção até 1945 – e, no Rio, do *Correio da Manhã*, *A Noite*, *A Manhã* e Orlando Ribeiro Dantas com seu corajoso *Diário de Notícias*, a imprensa dobrou-se, sem espernear, e muitas vezes com indisfarçável prazer. Foi o caso de todos os veículos de Chateaubriand, com destaque para *O Cruzeiro* (Carvalho, 2001, p. 69).

Se, como coloca Pierre Bourdieu (1988, p. 166) “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem”, no Brasil, com a implantação da ditadura, o campo político se tornaria ainda menos livre e a censura explícita limitaria ainda mais o restrito campo dos discursos e das representações políticas.

Dali por diante, o integralismo será tratado pela imprensa, ao menos até o início de 1945, como um movimento patético, sem escrúpulo, com um chefe covarde, enfim, sem a importância e a seriedade que se exigiria de qualquer movimento que tivesse a pretensão de ser uma alternativa efetiva de governo. Ao “cidadão comum, reduzido ao estatuto de consumidor” (Bourdieu, 1988, p. 164), restava a opção de aderir às representações acerca do integralismo construídas pelo Estado Novo e pela grande mídia ou distanciar-se do mundo político. Enquanto isso, a oposição ao Estado Novo refugiava-se na clandestinidade ou no exílio, aguardando o desenlace do avanço dos regimes autoritários no Brasil e na Europa.

O nosso interesse se prende a perceber a construção de uma percepção geral do passado que expressa a memória do triunfador (memória histórica), silenciando as outras possibilidades. Com rigor, o

Estado Novo realizou esforços no sentido de enquadrar as memórias, unificá-las, ou melhor, uniformizá-las, combatendo qualquer projeto que não lhe estivesse subordinado. Pretendendo a hegemonia, Getúlio Vargas desqualifica seus opositores. O não entendimento entre Salgado e Vargas, a ação da repressão estadonovista aos integralistas, as conspirações integralistas de março e maio de 1938, revelam uma posição de não alinhamento dos camisas-verdes à ditadura de Vargas. O movimento integralista passa a ser, então, alvo dos ataques do Estado. A partir da própria imprensa – submetida –, constrói-se uma narrativa bem elaborada acerca do integralismo e fixam-se as idéias-imagens que marcarão as representações relativas ao movimento dos camisas-verdes.

Nesse sentido, o golpe de maio de 1938 se apresenta como acontecimento privilegiado, por ter sido, em tantos momentos distintos – 1938, 1945-1947 –, revisitado pela imprensa, sendo fato central na construção da memória histórica. O golpe de 1938 se transformou numa espécie de acontecimento modelo, em fato, compreendendo este como nos define Carlos Alberto Vesentini (1986, p. 02): “O fato aparece como o local onde a política se efetiva. O fato transparece como expressão do geral, nele identificado”. Mas, mesmo nessa condição, o golpe de 1938 carrega certa ambigüidade. Ao ser recordado, o que se anuncia é o seu esquecimento, uma vez que, a derrota dos integralistas, apagou as marcas do movimento de massa que ocupou papel de destaque nos anos 1930. Assim sendo, como fato, o golpe de 1938, opera um corte na história do integralismo. Depois dele, o que se vê é um movimento organizado para a conquista do poder ser lançado ao esquecimento. Houve um veto aos integralistas que, derrotados internamente, sofrerão um novo revés com a queda dos regimes totalitários na Europa. Na verdade, um esquecimento relativo, pois memória e esquecimento formam um par tenso. A enunciação do que deve ser esquecido ativa o mecanismo da lembrança. Enuncia-se o integralismo na perspectiva de condená-lo como opção de ordem societária e o fracasso de 1938 ordena a percepção do futuro.

1.4 O PRP e a herança do integralismo

1.4.1 *O fim do Estado Novo*

Mais de sete anos após o golpe de 1938, mais precisamente na noite de 29 de outubro de 1945, Getúlio Vargas renuncia à presidência, deixando o caminho livre para as eleições marcadas para 2 de dezembro do mesmo ano. Foi neste contexto de democratização do país que o integralismo encontrou a possibilidade de se reordenar e de retomar as atividades políticas, agora usando a sigla PRP (Partido de Representação Popular).

A crise do Estado Novo culmina, portanto, na renúncia de Vargas e nas eleições de dezembro, inserindo-se num amplo processo no qual as questões externas ocuparam um espaço central. A respeito disto, Antônio Mendes de Almeida Júnior entende que:

Parece não haver dúvidas de que a Segunda Grande Guerra (1939-1945) e a luta contra o nazi-fascismo a nível mundial constituíram-se num elemento-chave para o entendimento do processo de declínio sofrido pela ditadura getulista, bem como o fortalecimento das oposições internas e a mudança de atitude das Forças Armadas, deixando de apoiar Vargas (Júnior, 1986, p. 227).

Cabe, então, mapear alguns fatos que apontam para a abertura política, tomando como ponto de partida a campanha de mobilização popular, no início dos anos 1940, que exigia a declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo.

Embarcações brasileiras haviam sido afundadas pela marinha alemã e isto acelera o processo mediante o qual o Brasil se declara em estado de guerra contra o Eixo ainda em 1942. É a entrada do Brasil no conflito que cria a contradição flagrante da política brasileira: lutar, externamente, ao lado das democracias liberais contra países totalitários e manter, internamente, uma ditadura que não poucas vezes se manifestou simpática tanto à Itália quanto à Alemanha.

Com essa contradição, abre-se o caminho para a eclosão dos movimentos que conduzirão à democratização do Brasil. Em 1943, a oposição ao governo como forma de luta antiditatorial é bastante ampla: o movimento estudantil articulado na União Nacional dos Estudantes e o movimento operário realizam diversos eventos contrários ao nazi-fascismo. No mesmo ano, durante o mês de agosto, no congresso realizado em comemoração ao centenário da Ordem dos Advogados do Brasil, Sobral Pinto defende as liberdades democráticas, defesa esta que se dá em sintonia com a posição de grande parte dos integrantes daquela Ordem. Ainda em 1943, no mês de outubro, verifica-se o famoso manifesto dos mineiros, quando grupos integrantes da elite do estado de Minas Gerais pedem a volta à democracia. Dentro do próprio governo as oposições começam a aparecer. Uma das mais significativas é a do Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha que chega a deixar o cargo em 1944.

Naquele mesmo ano, já se encontravam em curso as articulações políticas que dariam origem à União Democrática Nacional (UDN). O governo não ficou inerte a todas essas movimentações: primeiramente as reprime de forma brutal, mas, perdendo o controle da situação, tenta manobras no sentido de controlar a abertura. Isso é o que se percebe ao longo do ano de 1945, quando, em 28 de fevereiro, Vargas decreta a Lei Constitucional nº 9 que, além de fixar um prazo para a marcação de eleições a Presidente da República e a Governadores de Estado, bem como para o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas Estaduais, revoga alguns dispositivos da carta autoritária de 1937.

Dias depois, em 2 de abril de 1945, Vargas reata relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, no dia 18 do mesmo mês, baixa o decreto que anistiava os que haviam cometido crimes políticos desde julho de 1934. Esta anistia vinculava-se basicamente ao interesse de Vargas em se aproximar dos comunistas, já que estes possuíam considerável capacidade de empreender a mobilização popular, a qual se tornara ainda maior com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Essa inusitada aliança

de Vargas com os comunistas, somada à burocracia trabalhista montada pelo Estado Novo, permitiu a eclosão do quererismo, movimento “popular” que reivindicava a permanência de Vargas no poder até ao menos a elaboração da nova Constituição. Tal movimento parece ter aumentado a confiança de Vargas na possibilidade continuísta, o que o levaria a retirar, mais tarde, o apoio à candidatura de Dutra à Presidência.

Entretanto, será exatamente em decorrência do posterior recrudescimento do movimento quererista e da insatisfação de setores conservadores do Exército (simpáticos à candidatura Dutra³⁷) com as manobras continuístas do Presidente e com sua aproximação aos “populares” e comunistas que ocorrerá o golpe militar no dia 29 de outubro de 1945. Em síntese, esse é o conjunto de fatores que forçou a renúncia de Vargas em outubro de 1945 e garantiu a realização das eleições em 2 de dezembro do mesmo ano.

1.4.2 *O integralismo volta à cena*

Durante a ditadura estadonovista, a maior parte dos integralistas, ao menos no que concerne ao integralismo, permaneceu num certo estado de letargia (palavra que, etimologicamente, contém o *Lete*). Emílio Kaminski, militante integralista no Rio Grande do Sul, expõe assim a situação daquele movimento durante o Estado Novo:

Nós o chamávamos a ‘Ação Integralista Brasileira na clandestinidade’. Mas não tivemos muita atuação. Foi mais, vamos dizer, um órgão que procurava manter vivas as ligações. [...] Os companheiros procuravam trocar idéias, mas sem ter nenhuma atuação, porque não tinha condições de ter uma atuação mesmo (Calil; Silva, 2000, p. 51).

Entretanto, em 1945, diante do processo de democratização, o movimento integralista, embora não encontrasse um ambiente favorável, começou a rearticular sua volta ao cenário político do país. Em maio daquele ano, surge um sinal inequívoco da intenção de rearticulação dos integralistas: é a *Carta Aberta à Nação*, publicada em vários jornais na época.³⁸ Esse documento revela a articulação dos integralistas e, também, o desejo deles de preparar a opinião pública para o retorno do movimento:

Os abaixo assinados, brasileiros tão dignos e patriotas quanto os que mais o sejam – membros da extinta “AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA”, dissolvida em dezembro de 1937 pelo Governo Nacional, cumprem o imperioso dever de vir perante a Nação defender seu passado contra a obstinada e injusta campanha, sistematicamente feita no sentido de infamar aquele movimento, e, em conseqüência, todos quantos, sincera e honestamente dele participaram.³⁹

Embora Plínio Salgado ainda àquela época se encontrasse em Portugal, ele acompanhava com muito interesse a movimentação dos ex-militantes da AIB no Brasil e tentava direcionar o rumo político dos

ex-camisas-verdes. Desse esforço resultaria o Manifesto-Programa do novo partido (PRP), elaborado e enviado por Salgado. Conforme relata Calil:

No mês de julho, o *Diário de Notícias* publicava, com destaque, aquele que seria o ‘Manifesto-Programa’ enviado por Plínio Salgado. O extenso Manifesto publicado pelo Diário de Notícias continha detalhadamente princípios programáticos e propostas pontuais do novo partido (Calil, 2001, p. 135).

Meses depois, em 26 de setembro de 1945, em assembléia que contava com a participação de 146 pessoas, deu-se a fundação e a aprovação dos estatutos do PRP, bem como a aprovação do programa partidário e a eleição de um Diretório Nacional Provisório. Logo em seguida, em sessão realizada no dia 9 de outubro, o PRP conseguiu o seu registro provisório junto ao Tribunal Superior Eleitoral e, no dia 10 de novembro, diante de um pedido assinado por 16.307 eleitores, lhe é concedido o registro definitivo. Pouco antes da obtenção desse registro, no dia 3 de novembro, durante a 1ª Convenção Nacional do PRP (na qual se reuniram 14 delegações estaduais), o partido elegera o seu primeiro Diretório Nacional, presidido pelo Comandante Fernando Cockrane.⁴⁰

No ano seguinte, em outubro de 1946, ocorreu a 2ª Convenção Nacional do PRP que ficou marcada pelo retorno de Plínio Salgado ao Brasil e pela sua eleição à presidência do Partido.

1.4.3 O PRP e a imprensa

A derrota do nazi-fascismo na Europa se deu em 1945, mesmo ano em que se deram, no Brasil, o fim da censura e a articulação dos partidos políticos, entre eles o PRP. Voltam, então, à cena as polêmicas quanto ao integralismo, e, em particular, quanto aos acontecimentos de 1938. Frente a isso, convém lembrar o que afirma Vesentini (1978, p. 22): “Um evento é posto para nós de diversas formas, mesmo por vias que normalmente não examinamos com maiores cuidados. Com demasiada tranqüilidade aceitamos relações entre presente e passado e neles vemos natural continuidade e seqüência”. Essa seqüência de que fala Vesentini estabelece um fluxo, uma grande linha na qual o passado é percebido. Conseqüentemente, no caso específico do integralismo e do seu lugar na memória histórica, o que se tem são valores e expectativas previamente definidos que serão retomados e recontados.

Diante dessa questão, projeta-se a advertência que Janice Theodoro formulou ao analisar a memória, relacionando-a à narrativa:

Por que gostamos de narrar a ascensão social? Por vaidade? Não. Narramos a ascensão social, porque este é um modelo pronto. A ascensão pode se tornar mais significativa para mim e para os meus, se a narrativa for bem elaborada, ou

seja, posso colocar chantilly na história, mas a história já está dada (Theodoro, 1998, p. 64).

Claro que aqui não nos interessa perceber as histórias de ascensão social, mas como a narrativa bem elaborada, que “guarda esquemas de inteligibilidade” (*idem, ibidem*), é mais facilmente transformada em memória. Interessa, sim, a história já dada, a dos integralistas como covardes, traidores, ridículos, fanáticos, uma história repetida tantas vezes nos primeiros momentos da ditadura de Vargas e retomada no pós-guerra. E o “chantilly” da segunda metade dos anos 1940 será a pecha de nazismo brasileiro que recaí sobre o integralismo.

Portanto, no plano das representações compartilhadas, durante os anos 1945-1947, o integralismo representa o nazismo. Ou melhor, representa não só o nazismo, mas também o nazismo. Pode-se mesmo dizer, a partir de reflexões desenvolvidas por Pierre Bourdieu (1988),⁴¹ que, nesse caso, o poder simbólico confirma essa visão de mundo, esforça-se em explicar, em desdobrar no espaço essa tal equivalência simbólica: integralista = nazista. E o *logos* que se passa a ter sobre o integralismo não dirá outra coisa. Que se veja a imprensa.

O *Diário de S. Paulo*, por exemplo, em sua edição do dia 2 de dezembro de 1945, evidencia tal discurso num título alardeante: *O integralismo era o nazismo brasileiro*. Trata-se de uma entrevista com Belmiro Valverde, na qual ele diz que a doutrina do integralismo era igual à do nazismo e que o PRP, do qual ele afirma estar totalmente afastado, é a tradução do sigma em três letras. Depois, vem o subtítulo *A covardia e o egoísmo de Plínio Salgado*, no qual se percebe que a velha história é retomada.

Os termos fascista ou nazista, durante os anos 1930, não carregavam necessariamente uma conotação negativa. No caso do Brasil foi a partir da tomada de posição na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados e da ruptura com os países do Eixo que esses dois termos foram ganhando uma coloração pejorativa. Mais ainda, foi a partir do envio de tropas brasileiras para a guerra, com a missão de lutarem contra os fascistas no norte da Itália e com a posterior derrota dos nazi-fascistas que os termos fascismo ou nazismo adquiriram um sentido negativo e, efetivamente, só mais tarde, com os julgamentos de Nuremberg, é que se configuraram como o “mal absoluto”.

O famoso discurso proferido por Vargas a bordo do encouraçado Minas Gerais, em 1940, revela que o universo político ainda estava nuançado e que ainda inexistia o discurso maniqueísta em relação ao nazi-fascismo. No trecho a seguir, é possível perceber o quanto, naquela oportunidade, Getúlio Vargas explorou as nuances do universo político em que estava inserido:⁴²

Atravessamos, nós, a humanidade inteira transpõe, um momento histórico de graves repercussões, resultante de rápida e violenta mudança de valores, marchamos para um futuro diverso de quanto conhecíamos em matéria de organização econômica, social ou política e sentimos que os velhos sistemas e formas antiquadas entram em declínio. Não é, porém, como pretendem os

pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início tumultuoso e fecundo de uma nova era. Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir o rumo de suas aspirações, em vez de se perderem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína. É preciso, portanto, compreender a nossa época e remover o entulho das idéias mortas e dos ideais estéreis.⁴³

A partir daquele discurso de Vargas constata-se que o fascismo, em 1940, podia significar, para alguns grupos, “o início tumultuoso e fecundo de uma nova era”. Assim, o *logos* do nazismo presente em meados dos anos 1940 estava sendo deslocado para os anos 1930 e início dos 1940 e colado ao integralismo, de maneira a enriquecer o discurso caricaturizador do integralismo.

Portanto, essa questão do nazismo, além de enriquecer o discurso que caricaturizava o integralismo, encontra uma outra questão: a da impossibilidade de pensar-se, em 1945, um poder que estivesse associado ao nazismo. É bom lembrar que, em 1945, com a crise do Estado Novo, acontecera, no Brasil, a reordenação dos partidos políticos. O integralismo rearticulou-se num partido com base legal, o PRP – um partido que não terá a expressividade que o integralismo tivera no passado, porque carregava consigo a pecha de nazista.

Nesse ponto, se a reflexão tiver como parâmetro as análises de Michel de Certeau (2002) desenvolvidas em *A invenção do cotidiano*, pode ocorrer um deslocamento das preocupações: elas irão dos “produtos culturais oferecidos no mercado de bens” para as “operações de seus usuários”. E aí, a indagação: o que é que, do texto, faz efeito? O receptor se apropria desses produtos culturais?

Ainda que sem a pretensão de aprofundar numa abordagem semelhante à sugerida por De Certeau, é possível perceber a impossibilidade de, naquela conjuntura, o PRP ter poder. É de se supor que, naquelas circunstâncias, a equivalência simbólica integralismo = nazismo tenha sido apropriada pelo receptor e que ela tenha confirmado o *logos* integralismo = nazismo, sendo que nazismo, aqui, antes de ser uma organização política e ideológica, é uma estratégia. Portanto, em 1945, o integralismo (agora PRP) estará fadado ao fracasso: ele é nazismo (isto não equivale a dizer que outros fatores não tenham contribuído para o fracasso do referido partido naquele momento, apenas destaca, embora sem medir a intensidade, que o texto fez efeito).

Ao participar das eleições de 1945, o PRP apresentou 147 candidatos a deputado federal, além de ter apoiado a candidatura de Goffredo Silva Telles, pela legenda do PSD em coligação com o PRP, tendo sido este o único eleito.⁴⁴ Em 1950, o partido lançou Plínio Salgado candidato ao senado pelo Rio Grande do Sul. Mais uma derrota. Quando desta candidatura, os jornais gaúchos retomam o *logos* integralismo = nazismo, sendo o integralismo visto como o nazismo brasileiro. Mas, em matéria publicada em primeiro de outubro de 1950, no *Correio do Povo*, constata-se uma inversão que, parece, dá mais força ainda ao referido tipo de discurso: “o nazismo, que era o integralismo alemão (...)”.⁴⁵

Mário José Maestri, ex-dirigente do PRP gaúcho, em poucas palavras, avalia tal situação: “Depois da guerra, é o seguinte: Integralismo é nazismo. O nazismo matou judeus. Pronto acabou-se” (Calil; Silva,

2000, p. 130). Essa simplória e precisa declaração de Maestri revela o efeito que produz o *logos* integralista no imaginário do destinatário. Efeito este que se pode chamar de simbólico para que se possa distingui-lo de um simples efeito de conhecimento; e, também, para marcar que ele não tem necessidade de ser formulado explicitamente; e, ainda, para sublinhar que é estruturante, pois faz ver os integralistas.⁴⁶

A percepção interna obviamente se distanciava bastante dessas representações. Mas, em muitos casos, era nítida a dificuldade em se afirmar perrequista e/ou integralista. Os militantes então se esforçavam no sentido de reverter a memória: fazer da memória coletiva integralista parte da memória histórica. Eduardo Martinelli, membro do PRP desde 1945 considera a primeira fase do partido (1945-1950) como heróica e relata as dificuldades enfrentadas por ser integralista:

Os primeiros cinco anos é a fase heróica do PRP. Para ser do PRP precisava ser muito valente, porque tinha que enfrentar os comunistas, que não perdoavam, e todo o resto que diziam que nós éramos 'quinta coluna'. Para tu provar que vaca não é boi...então as coisas eram difíceis [...]. (Calil; Silva; Batista, 1998, pp. 39-41).

Assim, durante o pós-guerra, as possibilidades de sucesso político do PRP como herdeiro do integralismo permaneceram, *a priori*, bastante limitadas. Os discursos estabeleciam, no espaço simbólico, uma forma para o integralismo/PRP, sendo que, no entanto, essa forma estava razoavelmente interdita. Nessa perspectiva de análise, caso se considere o efeito do texto como simbólico, de maneira a diferenciá-lo do efeito de conhecimento, pode-se concluir que também a imprensa, naquele período, ao se apropriar do integralismo, não o fez por inteiro, apenas se apropriou de particularidades disponíveis naquilo que se denomina memória histórica, algo que ela própria ajudou a construir. Daí terá decorrido, então, a estigmatização do movimento que, assim, portará características não memoráveis e mergulhará no *Lete*.

1.4.4 *Os relatos de Severo Fournier e a imprensa*

Ainda durante o período do pós-guerra, quando as discussões relativas ao golpe integralista haviam novamente ressurgido na grande mídia, uma série de matérias é publicada como “furo” jornalístico. Trata-se da série “*Eu acuso!*”, publicada em seis edições da revista *O Cruzeiro*, entre novembro de 1946 e janeiro de 1947, pelo jornalista David Nasser.⁴⁷ “O principal, nas reportagens, é a longa transcrição das cartas que o próprio Fournier teria escrito na prisão, dirigidas ao pai. (...) O Cruzeiro publica fac-símiles de folhas manuscritas amassadas” (Carvalho, 2001, p. 180). Ou seja, aquela série trata da descrição do golpe de maio de 1938 por um de seus mais ativos participantes: Severo Fournier, encarregado por Valverde de organizar e comandar militarmente o referido golpe.

O golpe, como se sabe, fracassou. Fournier, numa de suas cartas, mostra em que escala se deu esse fracasso:

Basta, para fazer-se uma idéia da enormidade do desastre, citar que, das setenta e muitas missões de que se compunha o plano, na maioria simples e sem o menor perigo, apenas puderam tomar certo caráter de execução as seguintes: assalto ao Guanabara, tomada do Ministério da Marinha, prisão de um coronel, e essas, assim mesmo, com ressalvas (Fournier *apud* Nasser, 1947, p. 101).

Para Fournier, o plano que orientava as ações do golpe de 1938 não possuía um só descuido mas, ao se perguntar pelos motivos de tamanho desastre, aventou: “Medo? Falta de preparo? Falta de dignidade? Falta de honradez? Falta de caráter? Ou todos esses fatores atuando ao mesmo tempo?” (*Idem*, p. 104).

No restante de suas cartas-diário, Fournier descreve diversos momentos da ação de 11 de maio de 1938, sempre enfatizando a “qualidade de gente com a qual pretendia-se fazer a revolução” (*idem*, p. 102). Em certos trechos, ele caracteriza os integralistas a partir de termos como desbriados, monturos de indignidade, monstros em excrescência pútrida, canalhas; homens sem vergonha, sem caráter, sem virilidade e covardes, pusilânimes, artistas da farsa, da mentira, da impostura e da falsidade.

Num dado momento, Fournier acusa o movimento integralista como um todo. Afirma que o seu Chefe Nacional, Plínio Salgado, é “cabuletê” (*idem*, p. 90) e a filiação do movimento, espúria. Diz que o “Integralismo, como meio, era deteriorante” (*idem*, p. 107). E até ironiza: “(...) Não importa que eles criassem uma disciplina doméstica de levantamentos desnecessários de braços e cânticos patrióticos” (*idem, ibidem*). Enfim, para o liberal Tenente Severo Fournier tudo no integralismo soava como farsa, patético, nada se salvando: seus homens, seus ritos, suas idéias. E nisto estaria a causa do desastre de 11 de maio de 1938.

Do pouco que foi possível constatar a respeito de Severo Fournier, um dado parece fundamental: sua ideologia liberal. Fournier, um ajudante-de-ordens do Coronel Euclides de Figueiredo na Revolução Constitucionalista de 1932, era tão fiel a este que, mesmo diante dos riscos, fez com que seu plano para o golpe de 1938 fosse parar nas mãos daquele Coronel, que se encontrava preso, para eventuais correções.⁴⁸

É provável que a posição liberal de Severo Fournier estabeleça estreitos limites ao que pode ser por ele dito. Os anos 30 foram tempos em que as idéias autoritárias ganharam força também no Brasil, um ambiente em plena crise da ideologia liberal. Tempos em que o movimento integralista irá surgir e crescer. Não por acaso, Plínio Salgado, num de seus primeiros livros doutrinários – *O que é o integralismo* (publicado originalmente em 1933) – tece considerações acerca do liberalismo:

Nós, integralistas, que pretendemos realizar a verdadeira democracia, que não é a liberal, mas a orgânica, em consonância com o ritmo dos movimentos nacionais, condenamos tôdas as formas de liberalismo, porque atentam contra a

dignidade humana e conduzem as massas para a degradação, como conduzem o homem à animalização completa (Salgado, 1956, p. 44).

Hélgio Trindade chega a afirmar que, em sua primeira fase, o integralismo foi mais hostil ao liberalismo que ao comunismo. E assim ele se explica:

[...] não somente porque o liberalismo é o adversário mais imediato mas, ao mesmo tempo, porque sua concepção é a causa primeira do advento do socialismo. Além disso o anti-socialismo que se desenvolveu antes da expansão da Aliança Nacional Libertadora e da rebelião comunista de 35 era, de fato, mais a expressão de uma atitude reflexa e preventiva diante da importância dos movimentos socialistas europeus contra os quais se confrontaram os fascismos (Trindade, 1986, p. 325).

A historiografia brasileira enfatizou as disputas ideológicas dos anos 30 centrando as análises na polarização entre comunistas e integralistas, pouca atenção dando ao liberalismo, que havia abandonado a cena principal desde a Crise de 1929 e a Revolução de 1930. Para a doutrina integralista, entretanto, o comunismo, seu arquiinimigo, não difere, na essência, do liberalismo, sendo ambos variações de uma mesma perspectiva materialista da sociedade. E mais: se, a partir do surgimento da Aliança Nacional Libertadora e da Intentona Comunista de 1935, o comunismo se torna um inimigo bastante reiterado nos discursos integralistas, a existência dele é atribuída pelos doutrinadores do integralismo à displicência do Estado liberal. Ou seja, para a doutrina integralista, o comunismo não difere muito do próprio liberalismo – pois, segundo aquela doutrina, ambos são meras doutrinas materialistas e, portanto, redutoras da essência da criatura humana – e ainda: aquele (o comunismo) existe porque esse (o liberalismo) existe.

Em outras palavras, o integralismo responsabilizava o Estado liberal pela situação geral vivida naqueles anos 1930 e, especialmente, pelos confrontos entre o capital e o trabalho, que dividiam a nação. Plínio Salgado não deixa dúvidas a respeito disso:

O Estado liberal [...] perdeu o controle da nação. [...] À sua revelia, deflagraram-se as lutas entre o Capital e o Trabalho [...].

O mundo está em desordem porque o Estado liberal é fraco, é anêmico, é gelatinoso. É o Estado inerte, que assiste, de braços cruzados, à angústia das multidões esfaimadas e o desespero dos chefes de indústria, dos agricultores [...]. Tem [...] permitido que os sindicatos de capitalistas de um lado, e os sindicatos de trabalhadores do outro, combatam o combate cruel dos interesses meramente materiais, afrontando a inteligência humana [...] (Salgado, 1956, pp. 38-39).

Os anos trinta foram, portanto, marcados por violentos contrastes políticos. Naquele tempo, além da polarização integralistas *versus* comunistas, também a polarização integralistas *versus* liberais se fazia presente: integralistas rejeitavam liberais, e liberais repudiavam integralistas. Assim, a descrição de Severo Fournier, um liberal, configura-se como procedimento que produz e transmite certa carga de alteridade: nela, os integralistas são os outros.

É preciso lembrar que, ao escrever para seu pai, Fournier não é apenas aquele que descreve o que viu, mas também o que sabe e, portanto, classifica. Isso porque “Descrever é ver e fazer ver mas, muito rapidamente, a consideração da descrição como presença do taxionômico na narrativa leva-nos a ajuntar que descrever é também saber e fazer saber – ou ainda, fazer ver um saber” (Hartog, 1999, p. 270).

Assim, nas cartas de Fournier, a partir de sua própria classificação, uns são covardes, outros bisonhos, outros pusilânimes, o Chefe Nacional é cabuletê etc. Está lá, em seu diário: “(...) não titubeei em, às 23.30 horas (o movimento deveria iniciar-se à 1 hora) dar ordens para que metessem nesses bisonhos patriotas os uniformes de fuzileiros navais e o equipamento que havíamos previamente comprado (...)” (Fournier *apud* Nasser, 1947, p. 123). Afinal, ele é o que viu e diz o que viu. E sua narrativa é crível, na medida em que “tende a impor (...) sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais” (Bourdieu, 1988, p. 14).

Nesse caso específico, o processo de fazer ver se dá com tamanho requinte que, mediante a apropriação de uma metáfora utilizada por François Hartog (1999), pode-se mesmo dizer que a narrativa de Fournier faz o destinatário ver o fato através de seus próprios óculos:

As cenas ali desenroladas, nestes minutos finais, foram dessas impressionantes [...]

Era um quadro tragi-cômico, digno da pena de um Vítor Hugo, ou de Gorki, assim como os de Os Miseráveis, ou de Os Degenerados, ao qual não faltavam os “Valgeans” e os “Desperdícios”, os “Tarase e meio” e os “Tiapas”, metidos em fardas que, em uns, sobravam-lhes as mangas do casaco; em outros, as calças ficavam-lhes nas canelas. A esse aspecto caricato e de uma comicidade de toda particular juntavam-se os choros lamentosos e gestos de desespero, para não seguirem. (Fournier *apud* Nasser, 1947, pp. 123-124).

Severo Fournier é, portanto, aquele que faz ver, através de seu olhar, o golpe de 1938 e que faz também compreender o seu fracasso, porque, na condição de enunciador ele sabe os motivos do fracasso; sabe porque viu e, ao fazer ver o que ele viu, ele faz saber aos que nada viram por si próprios o que ele – narrador – sabe. Ocorre que o lugar de Fournier, como liberal e antiintegralista, estabelece limites para a sua visão. Se ele diz o que viu, ele diz o que o lugar que ocupa lhe permite dizer. O lugar impõe interditos. Portanto, no

momento em que, preso, Fournier escrevia, o integralismo, na narrativa deste enunciador, já se encontrava *a priori* interdito.

Há ainda uma outra questão que por ora emerge: como o texto de Severo Fournier atinge o destinatário, ou, numa outra formulação, qual o efeito do texto no imaginário brasileiro? Frente a tal questão, que se entenda por efeito, não o efeito de conhecimento, mas aquilo que modela a representação que se faz do golpe integralista e que estará presente na memória histórica.

Inicialmente, pode ser que a resposta a essa questão se prenda ao fato de a narrativa que contém a perspectiva de Severo Fournier, no que concerne à ação dos integralistas no movimento de maio de 1938, ter sido publicada pelo jornalista David Nasser, na revista *O Cruzeiro*, entre novembro de 1946 e janeiro de 1947 e, em seguida, ter constituído parte de seu livro *A Revolução dos Covardes*, publicado em 1947. Esse fato, de certa forma, condiciona o processo de construção de uma percepção geral do passado, que está disponível a todos (carregada da concepção daqueles que foram vencedores), uma percepção a que chamamos de memória histórica.

Obviamente, sob tal perspectiva, não se está aqui procurando no discurso em si, nas próprias palavras ou, como diria Pierre Bourdieu, na substância propriamente lingüística das palavras, a força instauradora do discurso. Ou seja, também no caso da narrativa de Fournier, a construção dessa percepção geral do passado, se advém do poder das palavras, é por conta da “crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (Bourdieu, 1988, p. 15). Portanto, o que interessa perceber é como esse e outros discursos rearticulam o passado, preenchendo-o, dando-lhe um sentido, e, também, como enquadram o passado numa narrativa lógica em que as múltiplas possibilidades, os conflitos viáveis ou imaginados como viáveis, cederam lugar a uma temporalidade do triunfador.

Assim, a memória histórica é construída através de narrativas sucessivas, diálogos produzidos num contexto social determinado. E a força dos diferentes discursos dependerá de seu capital simbólico, como escreve Pierre Bourdieu:

[...] Depende [...] do reconhecimento, institucionalizado ou não, que eles recebem de um grupo: a imposição simbólica, esta sorte de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem [...] ou ainda a ameaça ou o insulto, pretendem exercer, não pode funcionar senão se são reunidas as condições sociais que são totalmente exteriores à lógica propriamente lingüística do discurso (Bourdieu, 1982, p. 68).

Quando se trata da construção da memória histórica no que concerne a um movimento político – o movimento integralista, por exemplo – acrescenta-se o fato de, conforme Pierre Bourdieu, o capital político ser extremamente vulnerável, pois que seu capital específico é “(...) puro *valor fiduciário* que depende da

representação, da opinião, da crença, da *fides*, o homem político, como homem de honra, é especialmente vulnerável às suspeitas, às calúnias, ao escândalo, em resumo, a tudo o que ameaça a crença, a confiança (...)” (Bourdieu, 1988, pp. 188-189).

Neste sentido, a relação do homem político (profissional) e dos movimentos políticos com o jornalista é de total comprometimento, uma vez que o jornalista é “detentor de um poder sobre os instrumentos de grande difusão que lhe dá um poder sobre toda a espécie de capital simbólico (o poder de fazer ou desfazer reputações ...)” (*idem*, p. 189).

O Diário de Fournier,⁴⁹ publicado na imprensa escrita de grande circulação, passa a deter o poder de fazer ou desfazer reputações. Na realidade, aquele é um texto que prima exatamente pelos ataques à honra dos mais destacados homens integralistas. Quanto ao Chefe Nacional, Plínio Salgado, o ataque se dá nos seguintes termos: “Desde o Chefe Nacional, quintessência das coisas excecenciais (...)” (Fournier *apud* Nasser, 1947, p. 67); “(...) fizeram também pelo cabuletê Plínio Salgado” (*idem*, p. 90). Quanto a Loureiro Júnior, Chefe de Gabinete do Chefe Nacional, a pecha que sobre ele recai é a de oportunista: “Loureiro era seu genro: casou-se com a filha do Sr. Salgado quando êle entrou em moda” (*idem*, p. 107); no caso de Gustavo Barroso, membro do Conselho Supremo, a de racista, grande demagogo e ignorante: “E o judaísmo-internacional do Integralismo deixa de ser problema financeiro internacional para ser simplesmente de raça. E sobre êsses problemas e, com a terminologia pomposa dos grandes demagogos, fala o mais ignorante dos camisas-verdes” (*idem, ibidem*).

O reconhecimento de um discurso, ou melhor, a eficácia de um discurso, para Pierre Bourdieu (1982, p. 111), depende também de ele “ser pronunciado em uma situação legítima, isto é, diante de receptores legítimos (não se pode ler uma poesia dadaísta em uma reunião do Conselho de Ministros)”. Então, a mencionada situação só será legítima se houver também uma situação histórica que a permita.

Ora, quando da publicação do Diário de Severo Fournier, a “situação legítima” adveio, também, das especificidades daquele momento histórico. Nasser publicou o Diário (1946-1947) num momento em que o país passava por um amplo processo de democratização. O clima geral era absolutamente hostil aos movimentos que lembrassem os fascismos derrotados na Segunda Guerra Mundial, e exibidos como “o mal absoluto”, o inenarrável. Durante os julgamentos de Nuremberg, “revelaram-se” as ações dos nazistas. Imagens de campos de extermínio e de prisioneiros dos alemães em deplorável estado físico inundavam os jornais de grande parte do mundo, contribuindo para a construção de um estado geral de perplexidade, de “mal-estar da civilização”.

A partir da forma com que o movimento integralista se organizou no Brasil, com seus uniformes, bandeiras e saudações, suas marchas, sua hierarquia e seu Chefe Nacional e, também, com suas idéias corporativas e seu violento antiliberalismo e anticomunismo, seria improvável não associá-lo aos fascismos derrotados.

Neste contexto, o jornalista David Nasser se apropriou do Diário de Severo Fournier a partir de um lugar com considerável prestígio e enorme poder de circulação. Interessado em atingir o grande público e

respaldado pela direção da revista *O Cruzeiro*⁵⁰ (sempre de olho nas tiragens), Nasser contará uma história pronta, de fácil aceitação. Contará uma história que reordena uma memória histórica na qual o integralismo é visto como farsa, algo patético, risível, uma impossibilidade histórica enquanto alternativa de poder.

Observar uma narrativa inserida nesse quadro histórico não é tê-la como um elemento da conservação da memória, mencionada por Janice Theodoro, quando tratou da força da narrativa: “A narrativa, a possibilidade de contar, carrega muita força, muita energia vital. Uma narrativa organizada, direcionada, permite mais facilmente a conservação da memória” (Theodoro, 1998, p. 63).

Observá-la é, na verdade, vê-la como um elemento da construção da memória. Aliás, Maurice Halbwachs, em seus estudos sobre a memória, na primeira metade do século 20, já havia rompido com a visão bergsoniana de memória enquanto conservação do passado tal como foi. Foi ele quem introduziu a idéia de memória enquanto trabalho, enquanto refazer contínuo. E essa memória-trabalho tem, na linguagem, juntamente com os dados coletivos que ela traz, o seu instrumento socializador. Portanto, ainda que se concorde com Janice Theodoro, a narrativa carrega muita força, não se pode deixar de considerar que a narrativa organizada facilita a construção permanente da memória.

No caso específico da memória que aqui se observa, a memória histórica, ou seja, a memória do vencedor, vê-se que alguns inimigos da segunda metade dos anos 1940 são os mesmos da década anterior. Se Getúlio caiu em 1945, ele não foi o vencido, o foco está deslocado: no “Nuremberg brasileiro”, foram Plínio Salgado e seus camisas-verdes os acusados de nazistas e assim julgados – não Getúlio Vargas que efetivamente foi ditador.

O Estado Novo transformou o inimigo – o integralismo – em caricatura. Terminada a Segunda Guerra, as narrativas caricaturizantes do integralismo foram retomadas e, estrategicamente, deslocaram-se as críticas do momento para um grupo fraco e facilmente identificável com o mal da época – o nazismo. A definição dos portadores do perigo foi bastante simplista e, por isso, também eficiente.

Há uma visão maniqueísta presente nesta memória. Nela, o integralismo é associado ao mal absoluto e/ou é tachado de extrema direita (de forma a dissociá-lo do restante da sociedade), o que tem permitido perpetuar certa opacidade em relação não só ao período do Estado Novo, mas também aos anos seguintes. O fato de muitos integralistas terem aderido ao Estado Novo ou à esquerda testemunha tal opacidade, na medida em que a linha que os separava (homens do Estado Novo, “esquerdistas” e integralistas) era mais tênue do que o que se passa a pensar.

Esta opacidade a que aqui se fez referência dificulta a compreensão de muitos aspectos da história brasileira de então e acaba por esvaziá-la de uma boa parcela da sua substância. A parte e o papel que os integralistas representaram no Estado Novo, por exemplo, foi silenciada. Tal silêncio facilitou a separação entre Estado Novo e integralismo e dificultou uma compreensão mais ampla do período. Dessa forma, a memória histórica aí constituída e em constituição jogou uma espécie de véu sobre o governo Vargas, pois:

Abafou inúmeras vozes: perseguição, tortura, repressão. Ainda que se registre timidamente a violência como marca do governo Vargas, esta é destituída de maior significado, pois a imagem da esmagadora vitória eleitoral em 1950 se impôs como registro da memória varguista. Neste sentido, a eleição se transformou em uma espécie de julgamento político em que a absolvição do réu apagaria todo o passado (Sandes, 2002, p. 64).

Num certo sentido pode-se dizer que “não é o autor do ‘crime’ (...) que ocupa o primeiro lugar entre os acusados (...)” (Pollak, 1989, p. 07).

De fato, mesmo antes da vitória de Vargas nas eleições de 1950, o julgamento já estava realizado. Na memória histórica, apesar das violências praticadas e da simpatia de membros do alto escalão do governo e do próprio Vargas ao nazi-fascismo, os nazistas ou fascistas são os outros. Na memória histórica, que diferença se faz entre o movimento integralista e o nazi-fascismo europeu? Essa redução das diferenças entre ambos conduziu a uma estranha incorporação da história dos movimentos europeus, especialmente da *Shoah* (num certo sentido), à própria percepção do passado integralista, provocando um deslocamento do olhar. O efeito curioso desse deslocamento permite, por exemplo, que o anti-semitismo existente durante o Estado Novo e mesmo o praticado pelo governo Dutra não sejam percebidos: o foco das posições anti-semitas centra-se na vertente integralista liderada por Gustavo Barroso. Assim, o passado é ofuscado: praticamente não se vê o anti-semitismo recorrente durante aquele período tanto no governo como em importantes segmentos da sociedade brasileira. É como se o anti-semitismo tivesse sido monopólio dos integralistas.

Assim, com o fascismo impregnado aos integralistas, estes passaram a ter exclusividade sobre muitos males, os quais, entretanto, supõe-se, tenham sido mais partilhados por uma fração bem maior do leque político e da sociedade brasileira em geral. Tal situação permitiu, na prática, fazer deslocar o foco do que concerne às arbitrariedades cometidas pelos governos Vargas e Dutra e mesmo pela esquerda brasileira (que sai razoavelmente ilesa desse processo). A violação dos direitos do cidadão, o autoritarismo descomedido etc., tornaram-se monopólio do integralismo. A partir desta perspectiva, vem a condenação ao integralismo que, deve, então, ser banido da memória, deve ser liquidado, lançado às águas do *Lete*.

Junto com o integralismo, empurra-se todo o mal para o *Lete* e, num curioso fenômeno, lava-se a imagem de um grupo de personagens que permanecerão nos altos postos do Estado ainda por bons anos.

E eis que, durante a campanha presidencial de 1950, em que Getúlio Vargas obteve a “esmagadora vitória”, José Bernardo da Silva (*Apud* Curran, 2001, p. 120), cordelista em Juazeiro do Norte (CE) proclama:

Getúlio não é fascista
Nem também usurpador
E se deu aquele golpe
Que lhe fez um ditador
Foi para salvar a Pátria
Da miséria do terror.

O golpe de trinta e sete
Foi contra a grande anarchia
Que reinava em nossa terra
Onde a fome consumia
Milhares de proletários
Pois rico não sofria.

Percebe-se então o alcance da memória histórica. Diante dessa peça de cordel, é possível deduzir como a interpretação do golpe de 1937 (golpe contra a anarquia e a favor dos pobres) pelos agentes do próprio governo e da grande imprensa ganha circularidade e se afirma nas mais diferentes camadas sociais. Estão esquecidas, portanto, as violências praticadas pelo governo Vargas: na memória histórica, Vargas é o herói.

Em 1950, ano em que Vargas foi eleito Presidente da República com “esmagadora votação”, Plínio Salgado foi candidato ao Senado da República pelo Rio Grande do Sul, e não se elegeu. Desde muito antes, a luta pela construção da memória histórica já havia sido travada e o integralismo, derrotado, não estava nela presente, ao menos como possibilidade séria, real de poder. Mas, para além desta memória, da memória histórica, subsistem outras memórias. Nessas, o passado é outro.

NOTAS

- ¹ A publicação do Manifesto de Outubro em 7 de outubro de 1932 marca o surgimento da AIB. O documento foi reproduzido em várias obras e está disponível no acervo do Arquivo Municipal de Rio Claro (SP).
- ² Ao menos a partir de maio de 1932, quando da terceira sessão da SEP, Salgado propõe a criação da Ação Integralista Brasileira.
- ³ Os números são controversos. Plínio Salgado, em discurso proferido na capital da República, em 23 de maio de 1937, e intitulado Salvemos a democracia! (In: Salgado, 1956, p. 199) afirma: “E essa inspiração que nos não tem faltado, desde 1932, quando éramos quarenta, até hoje que somos um milhão (...)”. Por motivos óbvios, a fonte citada não é confiável. Hélgio Trindade (1974, p. 09) fala em meio milhão de aderentes.
- ⁴ Na concepção integralista, o Estado deveria ser forte e estar acima dos pequenos conflitos que dividiam a nação.
- ⁵ No integralismo, aos chefes do movimento em cada Estado da república brasileira era dado o nome de Chefe Provincial, já que a palavra província alude a um poder local pouco expressivo se comparada à palavra Estado.
- ⁶ Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas, 28-01-1938. Este documento foi amplamente divulgado pelos integralistas e está presente em várias publicações. Utilizei-me da reprodução contida no volume 9 das Obras Completas de Plínio Salgado (1956), pp. 217-257.
- ⁷ Edgard Carone (1977, p. 200) cita algumas dessas matérias, entre elas, as publicadas no Jornal do Comércio, 15 e 17.2.1938, referentes à ação da polícia em Niterói – RJ.
- ⁸ O movimento integralista organiza toda uma estrutura pré-estatal. A resolução nº 165, de janeiro de 1936, cria a Câmara dos Quarenta, precursora do que supostamente viria a ser o Senado integralista.
- ⁹ O Conselho Supremo foi criado em janeiro de 1936 e era formado pelos principais dirigentes integralistas, dentre os quais se destacavam o próprio Miguel Reale, Gustavo Barroso, Jeovah Motta e Raimundo Padilha. Com apenas dez membros, esse Conselho atuava como órgão de consulta bastante próximo do Chefe Nacional e definia-se “como um ‘órgão auxiliar’ do Chefe Nacional” (Trindade, 1974, p. 181).
- ¹⁰ Otávio Mangabeira, político baiano, foi ministro das Relações Exteriores durante todo o mandato de Washington Luís (1926-1930) e apoiou a candidatura situacionista de Júlio Prestes em 1930. Com a revolução deste ano, ele foi afastado do ministério, preso e exilado. Em 1934, com a anistia, retornou ao Brasil e foi eleito no mesmo ano a Deputado

Federal. Na Câmara, fez oposição a Vargas. Com a implantação da ditadura em 1937, Mangabeira perdeu seu mandato, quando então começou a conspirar. Foi ele quem indicou o chefe do movimento, o General legalista João Cândido Pereira de Castro Júnior. Fonte: Abreu et alii (coord.) Dicionário histórico-biográfico brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

- ¹¹ José Antônio Flores da Cunha, gaúcho, era senador, quando da candidatura de Getúlio Vargas a presidência. Após tê-lo apoiado na campanha, foi indicado interventor no Rio Grande do Sul depois da vitória da Revolução de 1930. A partir de 1934, já como governador constitucional, começou a se afastar de Vargas. Em 1937, foi forçado a deixar o governo do Estado gaúcho, exilando-se no Uruguai. Voltando ao Brasil, em 1942, cumprirá pena de nove meses na Ilha Grande – RJ. Em 1945, elegeu-se deputado pela UDN. Fonte: Abreu et alii (coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ¹² No inquérito policial enviado ao Tribunal de Segurança Nacional é possível constatar que era do conhecimento geral dos revoltosos que Bozano era homem de ligação entre Belmiro Valverde e o general Flores. Sabe-se pelo processo de nº 600 do TSN, que até a melhoria da alimentação dos conspiradores escondidos deveu-se ao envio, da parte de Flores da Cunha, de vinte contos de réis.
- ¹³ Esse texto consta do diário de Getúlio Vargas como concernente ao dia 5 de março de 1938. In: Vargas, Getúlio. Diário. V. II. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- ¹⁴ A contra-ordem não foi só para a ação liderada por Serejo, ela foi generalizada e dizia respeito a todo o movimento. O que não foi possível concluir com segurança é se houve alarme falso para o início do movimento seguido de contra-ordem ou se a ação inicial (a tomada da rádio Mayrink Veiga) que daria o sinal para a sublevação geral teria fracassado, sendo seguida de contra-ordem.
- ¹⁵ Mangabeira foi preso novamente em março de 1938 e, em agosto, foi colocado em liberdade. Entretanto, foi obrigado a se exilar. Só retornaria ao Brasil com a nova anistia de abril de 1945. Ingressa então na UDN.
- ¹⁶ Plínio Salgado, depois de permanecer foragido na Capital Federal por alguns dias, seguiu para São Paulo, ficando escondido até 26 de janeiro de 1939, quando foi preso. Colocado em liberdade dias depois, ele seria novamente preso no dia 29 de maio do mesmo ano. Da sua segunda prisão só sairia no dia 22 de junho de 1939, em direção ao exílio em Portugal, país em que permaneceria até 1946.
- ¹⁷ Euclides de Oliveira Figueiredo, militar carioca de carreira, era coronel do Exército quando da Revolução de 1930. Por não colaborar com os rebeldes, acabou preso em outubro do mesmo ano. Foi libertado pouco depois, passando a fazer oposição ao novo governo. Participa ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932 como chefe militar. Após o fracasso daquela Revolução, ele é preso e exilado. Com a anistia, em 1934, Euclides Figueiredo volta ao país. Em 1937, apóia a candidatura de Armando de Salles Oliveira à presidência da República. Entretanto, o pleito não aconteceu em função do golpe desferido por Vargas. Junto com alguns liberais, passa a fazer parte da conspiração junto com os integralistas que visava derrubar Vargas em março de 1938. O levante não chegou a se efetivar e Figueiredo acabou preso. Condenado a quatro anos de prisão, cumpriria a pena integralmente. Em 1945, foi eleito Deputado Federal pela UDN. Fonte: Abreu et alii (coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- ¹⁸ Aqui há uma das maiores controvérsias dentro do integralismo quanto ao golpe de 11 de maio de 1938: de um lado, a versão de Belmiro Valverde afirmando que Salgado o havia autorizado a eclodir a ação quando ele, Valverde, achasse conveniente. De outro lado, a versão de Plínio Salgado, afirmando que Belmiro Valverde, ao dar início ao golpe naquela data, agiu precipitadamente e sem o seu consentimento, colocando tudo a perder.
- ¹⁹ O fato é curioso, pois Euclides Figueiredo se encontrava preso e, mesmo diante dos riscos, Severo Fournier fez com que o plano por ele traçado chegasse às mãos daquele coronel. Quando a polícia encontrou, depois, o tal plano no carro abandonado de Fournier, nele havia algumas observações feitas de próprio punho por Euclides Figueiredo.
- ²⁰ Os nomes desses integralistas constam do processo nº 600 do TSN, Arquivo Nacional.
- ²¹ Depoimento de Góis Monteiro. Arquivo Nacional, Processo nº 600 do TSN, pp. 511-512. In: Silva, 1971, pp. 185-187.
- ²² Esse é o conteúdo das informações fornecidas por Fournier em seu diário. Porém, não há consenso quanto ao horário da chegada dos rebeldes ao Palácio. O Tenente Júlio Nascimento, integralista que comandava a guarda do Palácio na madrugada do golpe, afirma que Fournier e seus homens lá chegaram por volta de 1:03h.
- ²³ Embora tenhamos partido das informações fornecidas por Severo Fournier, tentamos ao máximo cruzar essas informações com outros depoimentos. Luiz Gonzaga, que lutou no assalto ao Palácio Guanabara ao lado de Fournier, descreve parte de sua participação: “(...) Também fui eu quem matou o sargento da guarda. Eu recebera a incumbência de atacar o Palácio Guanabara. Depois da meia noite, tudo combinado, encontrei-me com um emissário do dr. Belmiro Valverde no centro da cidade, donde saímos e fomos juntos à casa do sr. Benjamin Oliveira na Avenida Niemeyer. (...) Encontramos dura resistência no Palácio, sobretudo por parte do sargento da guarda. Era o mais afoito. Avançou e recebeu um tiro dado por mim. Cahiu. (...)”. Correio do Povo, Porto Alegre, 12.5.1938.
- ²⁴ Dutra, partindo do Forte com apenas doze homens em função da urgência da situação, leva ao Guanabara apenas os homens que encontrara mais à mão.

- ²⁵ Não se sabe se foi neste momento que Fournier abandonou a ação. Em seu diário, ele fala que atingiu o alto do morro às cinco e pouco da manhã. Entretanto, Fournier foge com Pereira de Lima (Arquivo Nacional, processo nº 600 do TSN) que afirma ter saído do Guanabara ao escutar as sirenes da polícia.
- ²⁶ Severo Fournier, depois de passar semanas escondido na casa de amigos, resolve pedir asilo na embaixada italiana, envolvendo o embaixador da Itália numa significativa crise que lhe valeu o cargo, pois o governo brasileiro fez fortes pressões para que tal asilo fosse negado. O problema chega a Benito Mussolini, que parece não querer tumultuar as relações com o Brasil. Neste sentido, são dadas ordens para que o embaixador italiano no Brasil resolva o caso, sem dar o asilo. Fournier, por intermédio de seu pai, o Coronel Mariano Fournier, concorda em se entregar, deixando de livre vontade a embaixada italiana.
- ²⁷ Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de maio de 1938.
- ²⁸ Convém observar que a própria doutrina integralista, no limite, poderia induzir a práticas como esta, pois todos os homens com idade entre 16 e 42 anos eram obrigados a se alistar nas Forças Integralistas. Depois de dois meses de instrução, o miliciano se integrava a uma “decúria”, mas antes tinha que participar de uma cerimônia, na qual fazia o seguinte juramento: “Em nome de Deus, pela nossa Pátria, pela nossa Família e pela nossa Honra, nós juramos dar a nossa vida, se necessário, pela Revolução Integralista Brasileira, amar e respeitar e defender as Bandeiras Nacional e Integralista, símbolos da Pátria gloriosa e da idéia, juramos fidelidade à Doutrina Integralista e disciplina absoluta, sem discussão aos Chefes” (Monitor Integralista, 6 de maio de 1934 – Regulamento do Departamento Nacional de Milícia).
- ²⁹ Embora tenham sido citados apenas alguns poucos jornais e, com maior ênfase, os jornais gaúchos, pode-se constatar que as notícias se assemelham em vários jornais, quando não foram as mesmas, parecendo haver uma espécie de “agência nacional de notícias” que as estaria fornecendo para todo o País, o que, entretanto, não foi possível verificar. Em casos como o do citado Diário de Notícias, a repetição de matérias de outros jornais é explicada por Gilberto Grassi Calil (2001, p. 90): “O Diário de Notícias pertencia à cadeia jornalística Diários Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand. (...) Suas posições (...) eram vinculadas nacionalmente em jornais de diversos estados (...). As notas das sucursais eram reproduzidas nos diversos jornais e rádios do grupo”.
- ³⁰ Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de maio de 1938.
- ³¹ Diário de Notícias, Porto Alegre, 11 de maio de 1938.
- ³² A entrevista com o capitão foi publicada em diversos jornais, entre eles O Correio do Povo, de Porto Alegre, em edição de 12 de maio de 1938.
- ³³ Tais trabalhos estão citados na bibliografia.
- ³⁴ Esta é a explicação dada pelo discurso do Estado e percebida por Vesentini.
- ³⁵ Correio do Povo, Porto Alegre, 12 de maio de 1938.
- ³⁶ Gustavo Capanema, enquanto Ministro da Educação e Saúde (início dos anos 1940), “assumi a responsabilidade de produzir uma obra que desse uma visão aprofundada e de conjunto das realizações do governo Vargas a partir de 1930” (Schwartzman, 1982, p. 3). Constitui importante documento para se pensar o Estado Novo em sua autoleitura.
- ³⁷ Getúlio Vargas já não possuía respaldo entre os militares. Os setores militares que não apoiavam a candidatura de Dutra apoiavam outra candidatura militar, a de Eduardo Gomes, pela UDN.
- ³⁸ Diário de Notícias, 17.5.1945. In: Calil, 2001, pp. 133-134.
- ³⁹ Gilberto Grassi Calil (2001, p. 134) nos indica que entre os 103 signatários do documento estavam as principais lideranças da AIB (à exceção de Plínio Salgado, ainda em Portugal, e de Miguel Reale), entre eles Gustavo Barroso, Olbiano Melo, Raymundo Padilha, Loureiro Júnior e Fernando Cockrane.
- ⁴⁰ Tais informações foram extraídas do jornal do PRP, Idade Nova, edição de 25 de setembro de 1947.
- ⁴¹ As reflexões aqui referidas se situam no espaço teórico. Bourdieu (1988, p. 14) pensa um poder simbólico como poder de “confirmar ou transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo”.
- ⁴² Embora o discurso de Getúlio Vargas tenha sido proferido em situação bem peculiar – diante principalmente de marinheiros, espaço no Brasil repleto de simpatizantes do nazi-fascismo – e dentro de um jogo político, tem-se a convicção de que tal discurso só foi possível porque o universo político ainda apresentava as nuances que se está mencionando.
- ⁴³ Discurso do presidente Getúlio Vargas pronunciado a bordo do navio Minas Gerais, no dia 11 de junho de 1940. Vargas, Getúlio. A Nova Política do Brasil, vol. VII, p. 327, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.
- ⁴⁴ Estes dados nos são fornecidos por Gilberto Grassi Calil em O Integralismo no Pós-Guerra – A Formação do PRP (1945-1950).
- ⁴⁵ A matéria foi publicada “a pedidos” de ex-pracinhas da FEB, com fotografias de campos de concentração e um apelo dirigido aos gaúchos: não votar em Plínio Salgado.

- ⁴⁶ Esse raciocínio foi desenvolvido por François Hartog (1999) ao analisar textos de Heródoto em relação aos citas. Algumas partes do texto aqui desenvolvido são inclusive idênticas ao do autor citado e pode ser encontrado nas páginas 322-323 da referida obra.
- ⁴⁷ Ainda em 1947, David Nasser publicou o livro *A revolução dos covardes*, cuja primeira parte é exatamente essa série publicada em *O Cruzeiro*, intitulada *Eu acuso!*
- ⁴⁸ Quando a revista *O Cruzeiro* publicou a série *Eu acuso!*, publicou também o plano com as correções do coronel Euclides de Figueiredo. Hélio Silva escreveu: “(...) foi com surpresa que os dois receberam uma mensagem do Ten Severo Fournier, contendo nada menos do que um detalhado plano revolucionário, minuciosamente feito, com uma precisão de detalhes admirável, para ser corrigido pelo Cel. Euclides Figueiredo. (...) Euclides Figueiredo, corajosa e esclarecidamente, fez as correções de sua própria letra” (Silva, 1971, p. 155).
- ⁴⁹ As cartas de Severo Fournier escritas para o pai, quando publicadas por Nasser, viriam com o título *O Diário Secreto de Severo Fournier* e é uma parte do livro *A revolução dos covardes*.
- ⁵⁰ A revista *O Cruzeiro* foi uma espécie de carro-chefe dos *Diários Associados*, “(...) império criado pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand (...). Tinham trinta e um jornais, cinco revistas, vinte e uma emissoras de rádio, três estações de televisão, uma agência telegráfica, duas agências de representação e duas empresas industriais”. (Carvalho, 2001, p. 20).

2ª Parte

MEMÓRIA HISTÓRICA E LIVROS DIDÁTICOS: O LUGAR DO INTEGRALISMO

“Ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos”.

Marc Ferro

1.1 Memória histórica e livro didático

Uma memória histórica só existe como forma geral de conceber o passado se este for amplamente difundido. Então, por que canais uma tal narrativa do passado chega até cada um de nós? Obviamente que o saber escolar presente no livro didático de história é um lugar apropriado para o desenvolvimento desta discussão. “Isto porque ele atinge público vastíssimo, constituindo uma das primeiras vias pelas quais a linguagem da história é absorvida por qualquer um” (Vesentini, 1997, p. 67). Ou seja, o livro didático de história tende a universalizar um saber, corroborando a construção de uma percepção compartilhada do passado.

Para efeito dessa análise da construção da memória histórica, convém antes considerar a temporalidade estabelecida e que se estabelece por intermédio dos livros didáticos de história, com destaque aqui para o lugar do integralismo na referida memória.

No caso específico do passado brasileiro dos anos 1930, uma série de fatos apresenta-se como lugares de reflexão,¹ enquanto uma outra série é esquecida (efetivamente, os acontecimentos esquecidos nem se tornam fatos históricos). Os fatos que se apresentam como os lugares de reflexão estão fixados na memória histórica e são, portanto, disponibilizados a todos mediante, por exemplo, os livros didáticos.

Cada um dos autores dos livros didáticos de história tem projetada sobre si uma explicação oriunda da memória do triunfador. Por isso, nesses livros, a memória e a história estão profundamente imbricadas. Seus autores parecem trabalhar com o acontecimento pronto e acabado, como se ele – o acontecimento – não fosse um arranjo, uma montagem. Debruçam-se mais sobre fatos herdados do que sobre uma pesquisa minuciosa. Isto acontece porque, dada a grande abrangência cronológica das obras, não lhes seria possível

uma pesquisa aprofundada que envolvesse, por um lado, o debate com a historiografia referente aos diversos recortes e, por outro, a análise da documentação concernente a “toda história do Brasil”, por exemplo.

Além disso, é preciso considerar também, que os Ensinos Fundamental e Médio têm dinâmicas próprias e que independente, até certo ponto, desta limitação – a de não ser possível uma pesquisa minuciosa e problematizadora diante de um recorte cronológico enorme – o universo editorial de tais obras trabalha com uma “lógica de mercado” e com um *savoir-faire* que, em grande parte, resume-se a retomar um discurso já consagrado.

Assim, o autor,² na feitura de seu texto, depara-se não só com uma série de fatos disponíveis e com os quais ele terá que construir uma narrativa lógica, como também com os delineamentos gerais dos fatos que comandam o seu trabalho e que já estão presentes *a priori* como elementos da memória histórica.

Diante destas condições, a temporalidade dominante emerge na obra didática como memória histórica. Ora, na medida em que se busca constatar a existência de uma percepção do passado que esteja compartilhada na sociedade brasileira e que, de uma certa forma, tenha-se imposto, realmente não há material mais adequado que o livro didático. No que concerne à sua primeira característica, ou seja, o de propagar uma noção de passado mais compartilhada, é razoável frisar que o texto do livro didático atinge vastíssimo público e, ainda, “convém lembrar que fora dos bancos escolares, e além do livro didático, são pouquíssimas as pessoas que podem aprender história” (Miceli, 2000, p. 33). A história que se conta às crianças e aos adultos veicula, portanto, uma história “que é aquela a que pode ter acesso a quase absoluta totalidade das pessoas” (*idem*, p. 32). Em síntese, a história destes livros didáticos, chamada muitas vezes história de *vulgarização*, alimenta a memória histórica, pois que é representação do passado muito difundida.

Uma segunda característica do livro didático de história anteriormente citada foi que se trata de um discurso imposto. Sim, ele é imposto tanto no sentido de ser obrigatório quanto no sentido de ser discurso oriundo de autoridade. Trata-se de um discurso compulsório para o aluno e, não é demais ressaltar que “a sociedade impõe a escola e a escola impõe a história” (*idem*, p. 33), sendo, também, discurso oriundo de “autoridade”. É exatamente esta sua procedência que facilita o processo de construção de uma determinada compreensão do passado. Mesmo porque a história – enquanto representação do passado – ensinada nas escolas, deve ser aprendida, pois que se relaciona com a idéia de “saber correto, dominado por fonte competente e opondo-se continuamente às miríades de erros” (Vesentini, 1997, p. 68). Frente a isso, convém ter em mente a concepção de autoridade associada aos seus desdobramentos na produção de leitura, conforme propõe Eni Pulcinelli Orlandi:³

Pelo conceito de autoridade, há um deslize entre a função crítica e a censura, ou melhor, desliza-se da crítica para a censura. O que reverte em prejuízo do próprio papel do crítico – e, conseqüentemente, impede a possibilidade de se instaurar o leitor sujeito –, pois desloca-se a natureza da sua (do crítico) atividade: toma-se o crítico como juiz, como censor, imobilizando-o em um momento dado de sua história de leituras. Não se dá ao ‘modelo’ um direito

elementar, que faz parte do cotidiano de qualquer leitor: o de ler o mesmo texto de formas diferentes. Ele acaba por comprometer-se com uma leitura e a protegê-la institucionalmente. Por reflexo, tira-se também do leitor o que se tirou do crítico, isto é, sua dinâmica: o leitor fica obrigado a reproduzir o seu modelo de leitura, custe o que custar. O que, em geral, custa a sua capacidade de reflexão. (Orlandi, 1999, p. 45).

O que se pode depreender da análise de Orlandi é que um discurso efetuado por enunciador/autoridade (como supomos ser não só o autor do livro didático, como também o professor que trabalha o texto) impede a polissemia, dando margem para que pensemos este discurso como performativo.

Logo de início, um problema mais uma vez se impõe: o risco de simplificar a receptividade de tal discurso. Não é fácil atingir o que Michel de Certeau (2002) chama de “enigma do consumidor-esfinge”. Ou seja, como os textos dos livros didáticos são absorvidos pelos diversos indivíduos em leituras cujas formas também são variadas? E ainda, como os diversos professores trabalham o texto e como estes são recebidos pelos alunos?

Sem embargo desta renovada incapacidade de avaliar o que é que do texto faz efeito, acredita-se ser possível alcançar certa aproximação em relação a este efeito, sobretudo se se considerar o que diz Vesentini:

A formação escolar pode ser enfocada de forma múltipla e seria exagero pretender aproximá-la estreitamente, nas histórias de vida de cada um. Entretanto o período escolar e certo conteúdo são comuns, obra específica das ordenações do Estado. Mas as escolas são concretas, igualmente seus frequentadores. Nelas se expressam as diferenças de classes e crescem personalidades divergentes. Apesar de tudo, acho possível, intrigante mesmo, o encontrar alguns pontos em comum sobre essas diferenças. (Vesentini, 1997, p. 67).

Não se busca aqui, portanto, a “invenção do cotidiano” efetuada pelo “consumidor-esfinge”, mas os pontos em comum em meio às diferenças. Os pontos em comum são possíveis por conta da própria natureza do discurso enunciado pela “autoridade”. Em termos práticos, na escola, o professor utiliza-se de um texto autorizado, já com a devida interpretação, e exige do aluno uma leitura que se aproxime ao máximo da leitura já “petrificada”, caso contrário, valendo-se de julgamento de autoridade, ele dará nota baixa ao aluno. Portanto, aquele é um discurso que não admite réplicas.

É provável que, a partir da análise dos textos dos livros didáticos de história, seja possível encontrar neles os sentidos estabelecidos entre o que eles dizem e o que eles não dizem acerca do movimento integralista. Nesse caso, o intuito, como já foi dito aqui, é constatar como esses enunciados, com seus aspectos performativos, estabelecem a memória histórica (e também são por ela definidos).

1.2 O integralismo e os livros didáticos

Quando se avalia a relação entre livro didático e memória histórica, uma questão inicial se apresenta: esse tipo de livro deve ser selecionado a partir de qual critério? Esta é uma pergunta pertinente sobretudo diante da preocupação com o papel do livro didático na perpetuação/cristalização da memória histórica quanto ao lugar do integralismo. Assim, primeiramente, deve-se fazer escolhas em termos do recorte temporal: interessam os livros editados entre os anos de 1946 (fim do Estado Novo) e 2003. Este recorte relativamente longo certamente permitirá a avaliação da possibilidade de perpetuação da memória. Posteriormente, levou-se em consideração o alcance do texto de cada um dos livros pré-selecionados, em termos quantitativos. Assim, procurou-se identificar os livros com os mais altos índices de comercialização. Outros critérios aqui adotados foram a inserção da editora da obra no mercado nacional (critério este que se relaciona ao último aqui citado) e o prestígio/posição do autor do livro pré-selecionado. É importante ressaltar, no entanto, que além de nem sempre ter sido possível satisfazer esses critérios com precisão, não se buscou satisfazer, em cada obra selecionada, todos os critérios ao mesmo tempo.

Inicialmente, foi analisado o livro *História do Brasil*, de Ary da Matta, publicado em 1946 e editado para a então 4ª série ginásial. Na folha de rosto, o editor traça um perfil profissional do autor: “bacharel pelo Colégio Pedro II. Professor Catedrático da Faculdade do Instituto La-Fayette e da Universidade Católica do Rio de Janeiro”. Na realidade, esse perfil localiza o autor e autoriza o seu discurso. Tratava-se não apenas de um professor universitário, ele era “bacharel pelo Colégio Pedro II”, instituição fundada em 1837, e “considerado modelo para as demais escolas do Império” (Fonseca, 2003, p. 48), tendo conseguido se manter como instituição de ensino respeitada por várias décadas durante a República. Portanto, o autor ocupava uma alta posição hierárquica no universo do saber daquela época e detinha o conhecimento do que os outros deviam saber. De acordo com o livro que ele escreveu o que os outros devem saber sobre o integralismo é o seguinte:

[...] Vários movimentos de ordem social e política agitam a vida do país. Em 1935 irrompe no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte o movimento revolucionário da Aliança Nacional Libertadora cujos membros mais influentes e a facção dominante obedeciam à orientação comunista. O movimento foi logo abafado com grande energia. Em 1937 articulou-se o movimento integralista cuja ação violenta culminou com o ataque ao Palácio Guanabara e do qual saíu ileso o chefe do Governo e sua família ali residentes e surpreendidos à noite.

Em 1937 os problemas da sucessão presidencial criam novos embaraços. Apresentaram-se três candidatos: José Americo de Almeida, Armando de Sales

Oliveira e Plínio Salgado. Desenvolveu-se normalmente a campanha eleitoral num ambiente de intensa vibração cívica. Em 10 de novembro, com grande surpresa do povo, resolveu o presidente Getúlio Vargas, apoiado pelas classes armadas, dar um golpe de estado, dissolvendo o Congresso, outorgando nova constituição. O pretexto, lembrava na ‘proclamação ao povo brasileiro’, foi o perigo eminente de uma guerra civil. (Da Matta, 1946, pp. 205-206).

Nada mais Ary da Matta disse sobre o integralismo e Plínio Salgado em toda a extensão daquela sua obra. Conforme se vê no trecho aqui citado, 1937 apresenta-se como marco por onde a narrativa deveria necessariamente passar. Uma narrativa coerente, em que se explicam os fatos cruciais, as ações decisivas, o contexto que explicaria o marco. No caso o fato crucial é o golpe de 1937.

Em meio a tudo isso, movimento integralista aparece apenas como um coadjuvante capaz de contribuir para a construção de uma narrativa inteligível acerca da “Era Vargas”. Aliás, este livro de Da Matta reproduz uma leitura que comumente se faz do período 1934-1937: um período em que a polarização ideológica fascismo *versus* comunismo, ou melhor, integralistas *versus* aliancistas, poderia conduzir o país a uma situação não desejável de desordem, baderna, as quais, em última instância, conduziriam o país a uma eventual “guerra civil”: “O pretexto, lembrava na ‘proclamação ao povo brasileiro’, foi o perigo eminente de uma guerra civil” (*idem, ibidem*). O golpe de 1937 seria, então, o desfecho lógico, dentro daquela narrativa, para manter a linha de evolução instaurada em 1930.

Além disso, no livro de Da Matta, chama a atenção a abordagem do integralismo como sintoma do radicalismo que então tomava conta do país e ao qual era necessário dar um basta. Sua ação providencial, implantar o Estado Novo, apenas recolocara o Brasil nos trilhos. Tudo levava ao desfecho inevitável e, neste, Vargas aparece como o grande vulto que conduz o país, que conduz a massa e a apaga. Os movimentos político-sociais são apagados e Vargas, por sua vez, aparece como o grande sujeito histórico.

Nesse discurso de Da Matta, em que o integralismo está ausente, o que se vê é a construção do Estado Novo. Seu autor reservou ao integralismo uma invisibilidade tão acentuada que parece situar o surgimento da AIB em 1937, “Em 1937 articulou-se o movimento integralista”. Na verdade, o movimento integralista, surgido em 1932, é mencionado naquela narrativa em momento próximo ao golpe de 10 de novembro de 1937, como parte da justificativa que explica o próprio golpe. Ou seja, na abordagem de Da Matta, o movimento integralista está absolutamente envolvido na temporalidade do vencedor e o que dela se depreende são os caminhos que culminam nos marcos da memória histórica. E mais: uma vez que o conhecimento presente nos livros didáticos é apresentado como se baseado na realidade dos fatos e, portanto, como um conhecimento que não comporta reflexões ou indagações, ele exige uma leitura orientada por certa submissão. Dessa forma, o livro de Da Matta, corrobora, indubitavelmente, para a socialização da noção de passado nos termos por ele apresentados, na qual o integralismo é irrelevante e, portanto, não memorável.

Analisado para efeito desta pesquisa, um outro livro didático é *História do Brasil*, de Antônio José Borges Hermida. O exemplar consultado, publicado em 1958, pela *Editora do Brasil* e direcionado à primeira série do curso ginásial, apresenta duas informações preciosas: uma, o número impresso em corpo maior, na página dos agradecimentos, que indica o número do exemplar daquela edição: 004470; outra, o número que indica ser aquela a 69ª edição. Estas duas informações dão uma idéia do quanto pode ser grande o público atingido pelo livro didático de história e o quanto é enorme a longevidade das representações nele embutidas (69ª edição).

No texto de Hermida (1958), autor licenciado pela Faculdade Nacional de Filosofia e, portanto, legitimado, de uma certa forma, a tratar do momento histórico que aqui interessa mais de perto, qual seja, o período que abrange desde o surgimento e desenvolvimento do movimento integralista até o golpe de maio de 1938 – há o subtítulo *Primeiro Governo de Getúlio Vargas*, em que se lê:

Em 1934, foi promulgada a Segunda Constituição da República, começa um novo período que se prolonga até 1937. Durante êsse período ocorreram graves agitações no país: houve, em 1935, um levante comunista no Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Foi nesse ambiente, de pouca tranqüilidade, que se iniciou a campanha para a sucessão presidencial. Mas as eleições não se realizaram porque Getúlio Vargas, em novembro de 1937, revogou a Constituição e decretou outra, que estabeleceu o Estado-Novo. Assim, em 1937, começa o terceiro período do seu govêrno que se prolongou até outubro de 1945.⁴ (Hermida, 1958, p. 198).

Nessa obra de Hermida, a perspectiva é idêntica à de Da Matta: Vargas é o grande vulto, só ele é sujeito histórico. O autor sugere que a intranqüilidade presente em meados dos 1930 desembocara no golpe que implantou o Estado Novo, uma intranqüilidade advinda, segundo ele, apenas da ação dos comunistas: “Houve, em 1935, um levante comunista no Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco” (*idem, ibidem*). Não incluir o movimento integralista nessa cena foi mais uma das formas de impor o esquecimento. Aliás, o integralismo sequer foi citado por Hermida que, parece, também lhe reservou um caminho seguro para as águas do *Lete*. E, numa espécie de “condenação da memória”, para os romanos *damnatio memoriae*,⁵ o nome de Plínio Salgado é interditado por Hermida. A ele não foi concedida qualquer eventual inscrição – nem na condição de nome arrolado de candidato à eleição presidencial marcada para 1938. Dessa forma, mais uma vez, sua imagem é proscrita.

O discurso mais recorrente nos livros didáticos de história para feito desta pesquisa, entretanto, é o de que, entre 1934 e 1937, os extremismos em choque alarmavam o país e colocavam em risco a ordem necessária ao progresso nacional. O Estado Novo foi uma necessidade histórica para conter a agitação do período e manter a unidade e a paz da nação.

Especificamente quanto às representações registradas em livros didáticos de história, fez-se aqui um recorte cronológico. Foram abordadas obras publicadas entre o final dos anos 1940 e a década de 1970, com o objetivo de, a partir delas, verificar a cristalização de dados, fatos e idéias que alimentam a memória histórica, e, ao mesmo tempo, verificar como essa memória comandou a tecedura de tais obras.

Em *História Contemporânea e História do Brasil (1959)*, de R. Haddock Lobo,⁶ o movimento integralista aparece pela primeira vez num tópico intitulado *Agitações Ideológicas*. Ali, depois de expor algumas questões concernentes às agitações comunistas, escreve Lobo:

Por outro lado, na Itália e na Alemanha tinham triunfado, respectivamente, os regimes *fascista* e *nazista*, que também contavam em nosso país com certo número de simpatizantes. Formou-se o *Partido Integralista*, favorável à adoção de normas totalitárias de governo, aplicadas às tradições e às condições peculiares do Brasil.

Lutas de rua, não raro bastante sangrentas, verificaram-se entre os defensores dessas correntes ideológicas contrárias [...].

Alegando ser insegura a situação, e não achar o país preparado para a vida democrática, o Sr. Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, dissolveu, com o apoio das forças armadas, tôdas as assembléias legislativas e câmaras municipais. Êsse ato de força não encontrou qualquer reação concreta no território nacional [...].

Uma única perturbação de vulto verificou-se: o Golpe Integralista de 1938. Os integralistas tentaram tomar de surpresa o Palácio Guanabara, em que se achava o Sr. Getúlio Vargas com vários membros de sua família, mas foram rapidamente dominados (Lobo, 1959, p. 358 – 360).

Outro livro didático aqui analisado é *História do Brasil*, de Vicente Tapajós.⁷ Nele, o mesmo discurso recorrente. Após discorrer brevemente sobre a polarização ideológica entre o que denomina “extremismos” de esquerda e de direita (momento em que cita os integralistas) e sobre a “sangrenta quartelada” organizada pela “extrema esquerda”, Tapajós assim descreve o “período convulso”:

Foi, dessa forma, período convulso o que se inaugurou com a Constituição de 1934, e que atingiu à culminância durante a campanha para a sucessão presidencial, em 1937.

[...] Parecia ao govêrno que a guerra civil ameaçava o país [...]. O Presidente da República, com o apoio e a proteção das forças armadas, deu golpe de Estado a 10 de novembro de 1937 e pôs têrmo à Carta de 1934. (Tapajós, 1963, p. 439).

No ano em que se fazia 30 anos do golpe de 1937, a Editora Globo publicou *Nova História do Brasil*, de Barbosa Lessa.⁸ Nesta obra lê-se o seguinte:

A partir de 1935 os princípios políticos que então se chocavam na Europa vieram a encontrar guarida em redutos intelectuais e entre jovens militares brasileiros. Getúlio manteve-se em moderado meio-térmo trabalhista, e permitiu que dois líderes radicais ganhassem expressão: o escritor Plínio Salgado, à frente do Partido Integralista, de índole fascista, e o cap. Luís Carlos Prestes, à frente do Partido Comunista do Brasil [...]

Getúlio Vargas estimulou, num primeiro instante, a rivalidade entre o fascismo e o comunismo – parecendo apoiar ora Plínio Salgado ora Luís Carlos Prestes – mas visava principalmente dividir forças políticas, até que lhe fôsse possível desferir um golpe de Estado. Tal objetivo foi alcançado, finalmente, a 10 de novembro de 1937. (Lessa, 1967, pp. 177-178).

Logo em seguida, dois outros livros, ambos de 1972. O primeiro, *História do Brasil*, de Brasil Bandecchi,⁹ indicado para alunos de 5ª a 8ª séries; o segundo, *História Fundamental do Brasil*, de Maria E. L. de Resende e Ana Maria de Moraes,¹⁰ indicado para a 6ª série do 1º grau.

De sua parte, Bandecchi elaborou o seguinte discurso sobre o golpe de 1937:

Face à situação que o mundo atravessava e as correntes ideológicas em luta também no Brasil, o presidente Vargas, com apoio das forças armadas e de muitos governadores, deu o golpe de estado de 10 de novembro de 1937, outorgando ao Brasil a Carta Constitucional que instituiu o Estado Novo [...]. (Bandecchi, 1972, p. 278).

Já Resende e Moraes, para falarem da “ampliação” dos poderes de Vargas, desenharam o seguinte quadro:

A situação de agitação política tornou-se a preocupação do Governo, principalmente, após a Intentona Comunista. Em 1937, quando teve início a campanha eleitoral para a sucessão de Vargas, a situação tornou-se ainda mais agitada. Considerando Getúlio Vargas, junto ao Congresso Nacional, que a ordem interna do país estava ameaçada pelos comunistas, integralistas e pela agitação da campanha eleitoral, conseguiu a ampliação de seus poderes de governo. Após conseguir a ampliação de poderes, Getúlio Vargas estabeleceu o Estado Novo instalando um regime ditatorial no país. (Resende; Moraes, 1972, p. 169).

Os termos reservados aos anos 1930 nestes textos têm se reproduzido em inúmeros outros didáticos, desde o final dos anos 1940 até hoje. Por meio deles, não é difícil perceber como algumas idéias básicas acerca da história política brasileira relativas aos anos 1930 acabaram se tornando inquestionáveis e aparecendo em praticamente todas as obras didáticas de história. A recorrência foi tal que contribuiu para que

certos dados, fatos e idéias se tornassem parte da memória histórica. No caso específico das idéias, destaca-se uma, que é notória: a tentativa de se criar uma identidade comum, de se afirmar a idéia de país, de nação – na qual toda a comunidade possuiria interesses comuns. Em suma, configura-se nos textos dos livros didáticos analisados a pressuposição de que existe um bem comum.

Vamos aos exemplos. No pequeno trecho, extraído da obra de Lobo (1959), é possível encontrar a palavra *país* duas vezes e a palavra *Brasil* uma vez. Com *país* o autor sugere a idéia de coesão, de consenso, sendo que, ao utilizar *Brasil*, ele está apontando não só para a comunhão interna, mas também para a singularidade deste povo perante outros povos: “aplicadas às tradições e às condições peculiares do Brasil” (Lobo, 1959, p. 358). De forma recorrente, no texto de Tapajós, é possível ler também a palavra *país*: “a guerra civil ameaça o país” (Tapajós, 1963, p. 439), ou seja, ameaçava a coesão e os interesses comuns.

Na verdade, a idéia de nação, a busca pela afirmação da identidade nas obras didáticas, é traço presente de forma bastante ampla na história do ensino de história no Brasil. Segundo Elza Nadai, a historiografia da educação brasileira evoluiu, ainda no século XIX, para o alinhamento total com as duas vertentes assinaladas na Europa: “a história é a nação, a história é a civilização”. Tanto assim que:

se atentarmos para as questões postas pelos programas, currículos, pelas produções didáticas e demais recursos e materiais de ensino [...], elas giraram, principalmente, sobre quem deveriam ser os agentes sociais privilegiados formadores da nação. Em outras palavras, procurou-se garantir, de maneira hegemônica, a criação de uma identidade comum, na qual os grupos étnicos formadores da nacionalidade brasileira apresentavam-se, de maneira harmônica e não conflituosa como contribuidores, com igual intensidade e nas mesmas proporções naquela ação. (Nadai, 2000, p. 24).

É por razões semelhantes às apontadas por Nadai que alguns acontecimentos se tornam “fatos históricos” decisivos e são obrigatórios para o desenrolar da narrativa histórica dos livros didáticos. O golpe desfechado por Getúlio Vargas em 1937, por exemplo, é ponto indispensável e presente em todos os livros didáticos que abordam o período. As idéias que neles predominam são a de nação e de interesses comuns, sob a perspectiva de que terão sido colocados em risco pelas “agitações”, pelos “extremismos”, pelas “quarteladas sangrentas”. Daí, Vargas, que age firme, em meio às contradições extremadas, ameaçadoras da nação e cujo ápice se deu em 1937 “atingiu à culminância durante a campanha para a sucessão presidencial, em 1937” (Tapajós, 1963, p. 439). Desfecha-se o golpe em benefício do retorno à harmonia. Tratava-se de um golpe que “não encontrou qualquer reação concreta no território nacional” (Lobo, 1959, p. 360), porque – é-se levado a presumir – representava o interesse da comunidade nacional. Tudo indica que, por recusarem veementemente a luta aberta entre os brasileiros, o divisionismo, certos autores não realçam as lutas travadas pelos integralistas ou mesmo pelos comunistas.

Quando Lobo (1959) diz que Getúlio Vargas não encontrou “qualquer reação”, ele está dizendo, também, que Vargas entreviu os anseios da nação, tendo sido a ele conferido um poder quase sobrenatural. E se Barbosa Lessa (1967) chegou a dizer que o então presidente constitucional da república foi capaz de manipular tanto os comunistas quanto os integralistas e definir os rumos políticos do país, ele, na realidade, deixou de falar das experiências sociais concretas tais como as dos movimentos comunista e integralista, que desaparecem do texto para dar lugar aos mitos e heróis.

No mundo do pós-guerra não há lugar para herói fascista. Aqui uma outra questão de suma relevância se apresenta: a equivalência entre integralismo e fascismo presente em alguns dos textos didáticos anteriormente citados. Em Lobo (1959, p. 358) pode-se ler: “(...) na Itália e na Alemanha tinham triunfado, respectivamente, os regimes *fascista* e *nazista*, que também contavam em nosso país com certo número de simpatizantes. Formou-se o *Partido Integralista*, favorável à adoção de normas totalitárias de governo (...)”. Já em Barbosa Lessa (1967, p. 177), vê-se que “(...) o escritor Plínio Salgado, à frente do Partido Integralista, de índole fascista (...)”. Esta forma recorrente de se fazer alusão ao movimento integralista a partir da sua identificação ao fascismo é responsável primordial pelo veto dado ao movimento.¹¹ Além disso, tal equivalência (integralismo igual a fascismo) é capaz de produzir um estratégico deslocamento. Vargas, o herói, aquele que efetivamente foi ditador, é colocado como sujeito acima dos extremismos: “Getúlio manteve-se em moderado meio-térmo trabalhista, e permitiu que dois líderes radicais ganhassem expressão (...)” (Lessa, 1967, p. 177). Assim aparece Vargas na memória histórica, isento de qualquer associação ao fascismo (traço inscrito na caracterização dos integralistas), sendo-lhe dado nos livros didáticos aquilo que a sua memória produziu.

1.3 O golpe integralista de 1938 e os livros didáticos

Foi visto na primeira parte deste capítulo que o *putsch* integralista de 1938 é acontecimento privilegiado no processo de delineamento da temporalidade dominante em que o integralismo não é levado a sério e é, posteriormente, até esquecido. O golpe e seus desdobramentos marcaram definitivamente a derrota política do movimento dos camisas-verdes. E ainda, a partir de narrativas presentes na grande mídia sobre o referido golpe, corrobora-se para que a mística integralista seja transformada em chacota. Em razão disso é que se torna necessária a análise do tratamento dispensado ao golpe pelos autores de livros didáticos de história.

Assim, em relação ao *putsch* integralista de 1938, o que se lê nos livros didáticos é no mínimo curioso. Eis alguns trechos:

“(...) uma única perturbação de vulto verificou-se: o golpe integralista de 1938. Os integralistas tentaram tomar de surpresa o Palácio Guanabara, em que se achava o Sr. Getúlio Vargas com vários membros de sua família, mas foram rapidamente dominados” (Lobo, 1959, p. 360).

“Em 1937 articulou-se o movimento integralista cuja ação violenta culminou com o ataque ao Palácio Guanabara (...)” (Da Matta, 1946, p. 205).

“Chegou, então, a vez de se amotinarem os integralistas. Parte deles atacou o Palácio Guanabara, residência do chefe de Estado (maio de 1938). Vencidos facilmente, foram aprisionados” (Tapajós, 1963, p. 439).

Frente a cada um desses três trechos extraídos de livros didáticos de história, convém lembrar que a leitura dominante dos acontecimentos localizados nos anos 1930 está profundamente imbricada com a memória histórica. Ou seja, na memória histórica, o integralismo só é visto – quando o é – como ator coadjuvante que corrobora a temporalidade dominante, constituindo-se num dos extremismos que, em 1937, por ameaçar a ordem no país, justifica a ação de Vargas que suspendeu a Constituição de 1934 e implantou uma ordem ditatorial em novembro do mesmo ano.

Portanto, dentro da narrativa dominante, o golpe integralista de 1938 apresenta-se como objeto privilegiado, posto que possui traços que o tornam possível de ser nela encaixado magnificamente.

Ocorre, então, que o que se tem nos livros didáticos é a narrativa dominante. Nela, o golpe integralista de 1938 não pode ser uma ação contra uma ditadura, um movimento que busque reinstaurar a ordem democrática de 1934.¹² Dela, só pode mesmo resultar uma única leitura dominante: Vargas é o herói, o personagem que lidera a temporalidade estabelecida. E esta é uma literatura que não faz revisão na biografia dos heróis. Resta tão-somente ao golpe integralista ser uma “perturbação”, e, mesmo assim, uma perturbação em que os camisas-verdes foram “rapidamente dominados” (Lobo, 1959, p. 360).

Esta expressão, “rapidamente dominados”, utilizada por Lobo quando ele narra o assalto ao Palácio Guanabara sugere que aquela era mesmo uma ação sem qualquer chance de vitória. O mesmo se percebe no texto de Tapajós (1963, p. 439), no trecho em que, para narrar o mesmo acontecimento ele diz: “vencidos facilmente, foram aprisionados”. O que ali se vê é, portanto, um discurso de tonalidade igual à do discurso de Lobo. Ambos, Lobo e Tapajós, assim como tantos outros autores de livros didáticos, redigiram seus textos presos a uma temporalidade há algum tempo estabelecida e da qual se depreende a memória do vencedor. Ou, noutras palavras, muitos textos que tratam do golpe de 1938 se orientam pela memória histórica construída durante o Estado Novo e, em grande parte, construída pelo próprio Estado. Nenhum destes livros foi escrito no calor dos acontecimentos. Todos eles estão pautados pelo tempo em que o integralismo, além da derrota política dos anos 1930, já houvera sofrido uma segunda e mais decisiva derrota: a da disputa entre as memórias. Assim, guiados pela memória histórica (memória do vencedor), os autores desses livros são levados à percepção posterior, vencedora, a qual “inibe nuances e possibilidades que ainda estavam lá” (Vesentini, 1997, p. 26).

Obviamente, ainda durante os anos 1930, aqueles que posteriormente foram derrotados, os integralistas, continuavam tendo expectativa de vitória e, por conseguinte, um maior engajamento e comprometimento com seu projeto. O jogo ainda estava sendo jogado. As possibilidades eram múltiplas.

Porém, no texto dos livros didáticos de história, essa multiplicidade do passado não aparece e o golpe integralista de 1938 integra a cena apenas para contribuir com as leituras próprias da memória histórica: os extremistas são golpistas, ameaçam a ordem necessária ao desenvolvimento do país. O assalto ao Palácio Guanabara em 1938 aparece apenas reforçando essa posição, não havendo maiores explicações: “Em 1937 articulou-se o movimento integralista cuja ação violenta culminou com o ataque ao Palacio Guanabara (...)” (Da Matta, 1946, p. 205). Nesse mesmo texto, até o golpe dos camisas-verdes parece recuar de 1938 para o marco varguista. Como se vê, o autor não localiza o golpe sequer em termos de data; mas, no parágrafo seguinte, ele cita a corrida sucessória de 1937. Dessa forma, ao trabalhar numa perspectiva de sucessão cronológica, Da Matta realmente sugere que o *putsch* integralista teria tido lugar antes do golpe de Getúlio, reforçando ainda mais a idéia de que a existência dos extremistas – que entre outras coisas tentavam o golpe – justificava a instalação da ditadura do Estado Novo.

Profundamente imbricado com a memória histórica, o texto dos livros didáticos não pode senão reafirmar que o movimento integralista é irrelevante e, como tal, não pode ser levado a sério, não pode, em suma, representar uma ameaça real de tomada do poder. O golpe de 1938 só poderia mesmo, num discurso dessa natureza, se apresentar como tendo sido controlado facilmente pelas coesas forças governistas. Sob tal controle, a única possibilidade que resta aos camisas-verdes é a de serem “vencidos facilmente” e, conforme em seguida narra Tapajós (1963, p. 439), “aprisionados”.

Entretanto, tal abordagem não sobrevive se for confrontada com a documentação disponível. O *putsch* integralista de 1938 não foi tramado só pelos camisas-verdes. Estava relacionado também com forças paulistas descontentes por terem perdido o poder desde 1930 e ainda com setores ligados ao ex-governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha. Estas forças articulavam-se com Plínio Salgado visando derrubar Vargas.¹³ Não eram, portanto, forças políticas desprezíveis. O próprio integralismo, na verdade, constituía um movimento com relevância política na época e com grande número de adeptos e simpatizantes, de tal modo que Vargas, antes de dar o golpe de 10 de novembro de 1937, preferiu buscar a aquiescência de Plínio Salgado a ter de enfrentar, talvez, uma resistência dos camisas-verdes à instalação da ditadura.

A análise da documentação referente ao golpe integralista também permite constatar que, apesar de um considerável caos na ação dos golpistas, a ação comandada por Severo Fournier, no Palácio Guanabara, poderia ter sido bem sucedida. Isso também porque, por um tempo razoável, as resistências à ação dos integralistas restringiram-se a um único homem da vigilância do Palácio, Isaac Cunha, e a Vargas e seus familiares que lá se encontravam. As forças governistas, por causas ainda não totalmente esclarecidas, mas, sem dúvida alguma, bastante suspeitas, demoraram muitíssimo para chegar ao Guanabara. Esta demora das forças governistas, aliás, pode apontar para uma outra questão: a falta de coesão dentro do próprio Estado Novo.

Mas, o que por ora interessa é o fato de que, nos textos dos livros didáticos de história, não se vê a multiplicidade do passado. Neles, a história é bastante simplificada: os espaços de luta não são considerados

ou são minimizados, e a diversidade que teve lugar no seu tempo, ganha, depois, uma coesão inimaginável para os reais agentes históricos. Ao mesmo tempo, os autores destes livros didáticos – inseridos no processo de confecção da obra¹⁴ –, “ao simplificarem questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores” (Bittencourt, 2002, p. 73). Assim, a tendência do livro didático é a “de ser um objeto padronizado, com pouco espaço para textos originais” (*idem, ibidem*). Na medida em que estabelece uma narrativa coerente e simplificada do passado, em que dados, fatos e idéias são apresentados como verdades absolutas, acabadas, à margem de qualquer pensamento reflexivo que possa pôr em dúvida tal narrativa, o texto do livro didático de história contribui de forma inegável para a construção e perpetuação da memória histórica.

Certamente, não se pode exigir de livros didáticos de história a análise pormenorizada, mas importa registrar como se dá a seleção e a gestão do esquecimento. São sempre muitos os recursos mediante os quais seus textos reproduzem e reforçam a noção de passado mais compartilhada, delimitando, para o integralismo, uma única possibilidade, qual seja, a de ser facilmente liquidado. Também os livros didáticos demarcam lugares. Por isso, vetado como projeto político, ao integralismo só restará um lugar, também demarcado pelos livros didáticos: as turvas águas do *Lete*. Neste sentido, o texto do livro didático ao mesmo tempo em que contribui para a construção da memória histórica, é, ele próprio, também, memória histórica.

1.4 A perpetuação da memória

Uma das características não menos importantes da memória histórica é a sua longevidade. Portanto, levando em conta o fato de que, ao longo de décadas, certas representações acerca do integralismo, conforme foi aqui demonstrado, mantiveram-se intactas, convém agora observar se nos textos recentes de livros didáticos de história é possível constatar tal longevidade.

Visando demonstrar o processo de perpetuação da memória, fez-se, primeiramente, a análise de um livro didático de grande circulação na atualidade: *História para o ensino médio – história geral e do Brasil*, de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo,¹⁵ editado em 2003 pela *Scipione*.

No próprio sumário deste livro nota-se uma inequívoca indicação de qual é a temporalidade dominante. Trata-se da forma encontrada pelos autores para intitular o Capítulo 39: *A Era Vargas (1930 – 1945)*, com os seguintes subtítulos: *O Governo Provisório (1930 – 1934)*, *O Governo Constitucional (1934 – 1937)* e *Estado Novo (1937 – 1945)*.

Uma outra indicação explícita de qual é a memória prevalecente no mencionado livro de Vicentino e Dorigo (2003) encontra-se na iconografia, aparentemente bem mais abundante do que a de seus similares editados em décadas anteriores. É o que se pode verificar, por exemplo, no referido capítulo. Fazendo o contraponto entre Getúlio Vargas e Plínio Salgado, pode-se ver quatro imagens de Vargas e ainda três charges

políticas em que o mesmo aparece como personagem central, mas não se utiliza figura alguma do Chefe dos camisas-verdes.

Invariavelmente, nas obras a que se teve acesso, durante esta pesquisa, Vargas é o político retratado, o que, sem dúvida alguma, contribui para a construção de uma memória histórica na qual o líder da Revolução de 1930 é o grande vulto do período e o agente histórico de maior peso. Tal presença determinante de Vargas na memória histórica é comprovada em trabalhos como o realizado por Circe Bittencourt (2002, p. 80): “Em levantamento realizado em 1995, com cerca de 300 alunos de cinco diferentes escolas de São Paulo, constatou-se que a maioria (87%) reconhecia e nomeava Getúlio Vargas e desconhecia os presidentes posteriores, inclusive Juscelino Kubitschek”. Certamente, pesquisa similar poderia ser feita com material iconográfico sobre Plínio Salgado, mas o resultado é tão previsível que um trabalho desse fôlego torna-se dispensável para um personagem que, esquecido, não pode ser reconhecido.

O já referido livro de Vicentino e Dorigo (2003) insere-se no contexto de busca por uma História “mais crítica, dinâmica, participativa, acabando, assim, com a História linear, mecanicista, etapista, positivista, factual e heróica”.¹⁶ Este anseio por mudanças está intimamente relacionado com o processo de democratização iniciado em fins da década de 1970, como defende Thaís Fonseca:

No final dos anos 70, com a crise do regime militar, o processo de redemocratização e o advento de novas possibilidades de se pensar a realidade brasileira, ficou mais clara a necessidade de se promoverem mudanças no ensino de História. Esse processo foi iniciado no princípio dos anos 80 em alguns estados brasileiros, resultando na elaboração de novos programas e novas propostas metodológicas para o ensino dessa disciplina nas escolas fundamental e média. Em muitos estados brasileiros a discussão sobre novas propostas para o ensino de História acabaram por condensar anseios mais generalizados, principalmente no que diz respeito à elaboração de projetos educacionais que estivessem inseridos no processo de construção – ou de reconstrução – da democracia no Brasil. (Fonseca, 2003, p. 59).

Por isso, a localização temporal de *História para o ensino médio – história geral e do Brasil* é tanto mais importante quanto reveladora da capacidade de permanência da memória histórica: mesmo no âmbito de uma história crítica, de uma perspectiva que se quer, assim, mais apropriada à construção de um universo democrático, a maneira segundo a qual o integralismo é apresentado não retrata qualquer anseio significativo por mudanças. Também nesta obra, o teor dos textos sobre o movimento do sigma permaneceu rigorosamente o mesmo.

Fala-se dele – do movimento integralista – ao se falar de Vargas, já no referido capítulo 39 e, num tópico intitulado *A radicalização ideológica*. Ao utilizarem esta tal frase para abrir o texto sobre o integralismo, aqueles autores parecem não deixar lugar para dúvidas: percorreram o mesmo caminho

percorrido por autores de outros livros didáticos de história publicados em décadas anteriores. Propõem que, diante dos extremismos que agitavam o país, a implantação da ditadura estadonovista era o desfecho óbvio. E, ao tratarem daquilo que denominaram *radicalização ideológica*, uma situação polarizada entre os aliancistas e integralistas, aqueles autores assim explicam o golpe que implantou o Estado Novo:

Embora parecesse colaborar com a campanha presidencial, Vargas não descartava a possibilidade de manter-se no poder, contando com o apoio de certos setores da sociedade, a quem interessava mais a estabilidade que a normalidade constitucional. Às pretensões continuístas de Vargas somaram-se os interesses do exército [...].

[...] Em 10 de novembro, Vargas ordenou o fechamento do Congresso, a extinção dos partidos políticos, a suspensão da campanha presidencial e da constituição. Estava instalada a ditadura do Estado Novo (Dorigo; Vicentino, 2003, p. 533).

Ainda que o texto de Dorigo e Vicentino contraste com o de outros livros didáticos citados anteriormente por não abordar o golpe de Vargas como a salvação para os males que assolavam o país, o que aqui importa é perceber como neste mesmo texto, Getúlio Vargas mantém, mais uma vez, o papel de hábil político que conduz o jogo de acordo com sua própria vontade. Este, sim, é o ponto fundamental – aqueles dois autores, nossos contemporâneos, repetem os colegas que os antecederam. À página 529, por exemplo, ao tratarem da convocação da Assembléia Constituinte, eles escreveram: “Getúlio decidiu acelerar o processo de democratização (...)”. Depois, ao se referirem à “resistência” ao golpe de 10 de novembro, eles mais uma vez reiteraram os textos anteriores: “Quanto ao crescente operariado urbano, a oposição foi nula: refém do populismo varguista (...) pouco lhe restava senão aceitar passivamente o novo regime” (*idem*, p. 534). Não se pode dizer que o discurso daqueles dois autores retrate um culto a Vargas, mas é inegável o fato de aquele indivíduo estar nele presente como um personagem sobre-humano, que decide “acelerar o processo de democratização”, que manipula as massas com seu populismo etc.

Assim, para além das intenções e do compromisso de romper com pressupostos tradicionais, o que é realmente certo é que, quanto à temporalidade presente neste texto, não se verifica mudança visível: o mito de Vargas nela impera, e sob sua sombra, o integralismo. Pois o movimento continua não sendo visto senão como irrelevante e como cópia pálida dos extremismos europeus. Tanto assim que, segundo Dorigo e Vicentino (2003, p. 530), “O símbolo que identificava o movimento era o sigma, pálida cópia da suástica nazista, e seus membros saudavam-se com um cumprimento tupi-guarani, ‘Anauê’, tentativa de cópia do ‘Heil!’ alemão”. Ou seja, aqueles autores, contribuíram para a manutenção do estigma dos camisas-verdes ao retratá-los como um nazismo tupi-guarani. Este estigma vincula-se à gestão do esquecimento da experiência integralista, inclusive porque o veto ao integralismo emerge do espaço simbólico no qual integralismo é igual a fascismo. Ocorre que, ao mesmo tempo, o estigma integralista opera um estratégico deslocamento e faz com

que, em momento algum, as práticas estadonovistas sejam vinculadas ao fascismo. Dessa forma, a memória política do varguismo, presente nos livros didáticos, embora registre timidamente as torturas da “polícia filintiana”, foi imposta com os seus mitos da nacionalidade, da política trabalhista e do desenvolvimento econômico gerenciado pelo Estado. Dorigo e Vicentino assim expressaram a perpetuação da memória varguista: “(...) o principal instrumento de fortalecimento do poder do Estado foi a aproximação de Getúlio Vargas dos trabalhadores urbanos, configurando a prática do populismo” (*idem*, p. 535). E, no que concerne à política econômica, escreveram: “Durante a Era Vargas, a intervenção do Estado na economia foi fundamental para promover e coordenar o crescimento econômico” (*idem*, p. 537).

Ao tratarem da campanha de 1937 para a sucessão presidencial de 1938, Dorigo e Vicentino, ensinam:

De qualquer maneira, surgiram duas candidaturas: a do paulista Armando de Salles Oliveira e a do paraibano José Américo de Almeida.

O primeiro, cuja candidatura fora lançada por setores originários do velho Partido Democrático, representava uma oposição liberal ao centralismo varguista. O segundo parecia ser candidato oficial à sucessão. Um terceiro candidato foi Plínio Salgado, da Ação Integralista, cujo nome contava com forte rejeição do eleitorado. (*Idem*, p. 532).

Os autores revelam o lugar irrelevante a que se destina o integralismo nesta história (ou memória?): “surgiram duas candidaturas (...)”, naturalmente que a de Plínio Salgado – diga-se de passagem, a primeira candidatura a se formalizar em 1937 – não estava entre estas duas mas, sim, como uma terceira, dando a idéia não só de que ela teria sido a última a surgir como também de que ela fora pouco representativa, mesmo rejeitada. Neste trecho, transparece um outro curioso aspecto, presente, aliás, em toda história moralista: há personagens maus e eles devem ser rejeitados. Define-se, assim, um lugar para Plínio Salgado, o personagem mau que copiava palidamente o nazismo e que “contava com forte rejeição do eleitorado” (*idem, ibidem*).

Num trecho do texto de Dorigo e Vicentino (2003) sobre o golpe integralista de 1938, destaca-se tanto a presença sobre-humana de Vargas (pois é ele quem permite a sobrevivência do integralismo) quanto a insignificância do movimento do sigma: “O próprio Vargas foi bastante tolerante, permitindo a sobrevivência do grupo (...)”¹⁷ (*idem*, p. 534). “Mantidos à margem do governo, tentaram, sem sucesso, assaltar o Palácio Guanabara e derrubar Vargas. Porém, mal organizados, fracassaram” (*idem, ibidem*).

Além disso, pode-se ver também o mesmo discurso, presente noutros livros didáticos já aqui analisados, em que a ação integralista não poderia senão fracassar, face à má organização dos camisas-verdes. A única oposição séria que poderia ocorrer, a das principais lideranças políticas do país, não ocorreu, pois que esses políticos estavam ligados a Vargas: “(...) as principais lideranças políticas do país, aquelas que eventualmente poderiam fazer uma oposição de cunho liberal a Vargas, viam-se comprometidas com o novo regime (...)” (*idem, ibidem*).

A permanência da memória histórica é nítida não apenas no livro anteriormente citado. Ela é também evidente em outro livro didático de história que tem ampla aceitação nos estabelecimentos escolares do Brasil atual. Trata-se de *Toda a história – história geral e história do Brasil*,¹⁸ de José Jobson de A. Arruda e Nelson Piletti, editado pela *Ática*, em 2003. Sobre o integralismo, o que os alunos aprendem é o seguinte:

Essa crise se refletiu no Brasil, com o aparecimento, em 1932, da Ação Integralista Brasileira (AIB), um movimento de tipo fascista chefiado pelo intelectual Plínio Salgado (Arruda; Piletti, 2003, p. 358).

[...] Após o golpe, contudo, os integralistas se tornaram incômodos ao poder; Getúlio os deixou de lado e extinguiu também seu partido, a Ação Integralista Brasileira. Inconformados, eles tentaram derrubar Getúlio em maio de 1938. Dominados, acabaram na cadeia; seu chefe, Plínio Salgado, foi obrigado a sair do país (*idem*, p. 360).

O que se vê nesse trecho é, novamente, o integralismo associado à idéia de pálido arremedo dos fascismos europeus. Segundo seus autores, o aparecimento da AIB, “movimento de tipo fascista”, é simplesmente resultado do reflexo de uma crise (no caso, a crise das democracias liberais). No entanto, para além do mimetismo, esses mesmos termos (“movimento de tipo fascista”) reproduzem uma questão crucial, a equivalência integralismo/fascismo. Sem nada mais explicar, o texto mantém/reforça o veto ao integralismo, uma vez que, nele, toda alusão ao movimento vem acompanhada pela idéia de que o integralismo se identificava com o fascismo e disto, em grande medida, teria decorrido do veto que a ele se fez.

Ainda na página 360, Arruda e Piletti (2003), referem-se, pela última vez, ao integralismo. Tratam do golpe de 1938. Os integralistas, inconformados, tentaram derrubar Getúlio, mas, dominados, acabaram na cadeia.

Este último trecho vem apenas referendar uma constatação: na memória histórica, o integralismo é um coadjuvante praticamente invisível. Ainda que não seja por completo, é invisível por ter sido ele apenas o fascismo brasileiro, um pálido reflexo, um arremedo sem importância do que ocorria na Europa. Dessa forma, perde-se a possibilidade de compreender as características fundamentais da sociedade brasileira daquela época. Ao movimento integralista, vetado, cabe apenas uma ação sem a mínima perspectiva de vitória, e da qual não resta aos seus participantes senão a prisão ou o exílio. Assim, irrelevante historicamente, o movimento integralista não será explicado e, muitas vezes, não será sequer citado nos livros didáticos de história. Na realidade, toda essa irrelevância, efetivamente, imbrica-se com o veto ao integralismo: na condição de fascismo brasileiro, deve ser banido da memória.

Considerando que fora dos bancos escolares e além dos livros didáticos, são pouquíssimas as pessoas que podem aprender história, e, por isso, é de se supor que uma parte substancial da “imagem que temos dos outros povos, ou de nós próprios, está associada à história que nos contaram quando éramos crianças” (Ferro, 1994, p. 11). Uma história ainda repleta de heróis, e na qual o integralismo não se insere

como movimento expressivo do nosso passado. O herói, ou ao menos o agente histórico principal, vence o movimento integralista sem dificuldades. Mais do que vencê-lo, na verdade, controla-o, deixando-o crescer quando era preciso controlar os comunistas, articulando-se com ele para dar o golpe de 1937, e, logo em seguida, colocando-o na ilegalidade. Inconformados, os integralistas se revoltam, mas são dominados e presos. Nem todos esses episódios foram percorridos pelos autores de livros didáticos. Cada qual enfatiza um ou outro, mas, na tecedura de todos eles, é sempre Vargas quem domina.

Assim, a história ensinada às crianças é a história em que Vargas domina a temporalidade. Outros agentes e outras possibilidades estão excluídos do passado. Uma exclusão nuançada, pois que para a perpetuação da memória varguista, a esta não se deve imputar a pecha de fascista. Daí a necessidade do integralismo como coadjuvante naquela memória: eles, os camisas-verdes, são os fascistas. A respeito da perpetuação da memória varguista, assim argumentou Sandes (2002, p. 63): “A eternidade do presidente decorre da identificação entre o seu governo e o próprio ideário nacionalista, o que implica a dissolução do sentido fascista de seu governo”. O estigma de fascista, associado ao movimento integralista, corroborou esse deslocamento estratégico, deixando o caminho ainda mais aberto para a memória varguista. Assim sendo, ao se considerar a memória histórica conforme o formulado por Vesentini (1986), ou seja, como a presença constante da memória do vencedor em nossos textos e considerações, pode-se, então, concluir que os textos dos livros didáticos de história são grandes responsáveis pela permanência dessa mesma memória.

NOTAS

- ¹ Lugares de reflexão são os fatos que se apresentam como marcos, como os únicos locais por onde “deveria dar-se a volta da reflexão, da análise, em busca de uma compreensão sobre o passado” (Vesentini, 1997, p. 44).
- ² Por outro lado, não afirmaríamos que o historiador especializado distanciar-se-ia por completo das projeções da memória histórica. De qualquer modo, frisamos que nos livros didáticos de história a memória histórica aparece de forma mais cristalina.
- ³ Por também entendermos que “as palavras não significam por si, mas pelas pessoas que as falam, ou pela posição que ocupam os que as falam” (Orlandi, 1999, p. 95), foi-nos possível transpor a análise de Orlandi para o discurso dos livros didáticos, já que supomos que tal discurso seja efetuado por pessoa e lugar investido de autoridade e que, portanto, produza o efeito sugerido na citação inserida nesta dissertação.
- ⁴ Devido à exigüidade desse texto, optou-se por citá-lo integralmente.
- ⁵ Segundo Harald Weinrich (2001, p. 59), “em Roma o castigo da *damnatio memoriae* atingia sobretudo os governantes e outros poderosos em uma mudança política, na sua morte ou depois de uma revolução, eram declarados ‘inimigos do Estado’. Então seus retratos eram destruídos, as estátuas derrubadas, seus nomes removidos das inscrições”.
- ⁶ O livro foi editado pela Melhoramentos e direcionado à 3ª série do ciclo colegial. Na obra, em sua 4ª edição, há uma relevante indicação: “25º milheiro”.
- ⁷ O livro foi editado pela Companhia Editora Nacional (São Paulo) para a 3ª série do Ensino Secundário. O exemplar por nós consultado é o de número 5111, quando a obra já se encontrava em sua 11ª edição (essa datada de 1963). O prefácio, escrito por Alfredina de Paiva e Sousa, está datado de 1º de fevereiro de 1944, o que sugere a data da primeira edição da referida obra. O perfil do autor é indicado da seguinte maneira: “Vicente Tapajós – do Ensino Secundário da Prefeitura do Distrito Federal, diplomado pela extinta Universidade do Distrito Federal, professor no Instituto de Educação e nos Colégios Pedro II e Andrews”. Vicente Costa Santos Tapajós foi professor, também, na Universidade Federal do Rio de Janeiro e, ainda, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1992 a 1995. Faleceu em 1998, aos 81 anos.

- ⁸ O livro de Barbosa Lessa “destina-se ao leitor comum”: é a explicação da própria editora. A obra não está indicada para uma determinada série. Chamou-nos a atenção aqui, a expressão regional (RS) do autor. Luiz Carlos Barbosa Lessa, bacharel em direito (1952) pela UFRGS, foi eleito pela opinião pública do Rio Grande do Sul, em enquete realizada por Zero Hora e divulgada em 30 de julho de 1999, como um dos vinte gaúchos mais destacados do século XX. Barbosa Lessa produziu a recriação de danças tradicionalistas e incentivou a realização do primeiro congresso tradicionalista do Rio Grande do Sul (1954). Foi Secretário Estadual de Cultura nos anos 1980, tendo idealizado para Porto Alegre um centro oficial de cultura, que veio a pré-inaugurar em 1983: a Casa de Cultura Mário Quintana. Possui uma vasta bibliografia de cerca de cinquenta livros. Foi Conselheiro Honorário do Movimento Tradicionalista Brasileiro. Faleceu em 2002.
- ⁹ O livro de Bandecchi foi editado pela Livros Irradiantes. O exemplar por nós consultado datado de 1972 já era de uma 3ª edição. O perfil do autor é assim indicado na obra: “Regente da Cadeira de História das Idéias Políticas e Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca (oficial), Sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, da Sociedade Paulista de História da Medicina, da Sociedade de Estudos Históricos, Sócio benemérito da Federação Brasileira de Centros de Estudos Históricos, Sócio correspondente dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia, de Sergipe, do Ceará, de Santos, da Academia de Letras do Ceará etc.”
- ¹⁰ Editado pela Bernardo Álvares S. A., História Fundamental do Brasil também se encontrava em sua 3ª edição. A obra trás quanto às autoras uma única indicação: “Da Universidade Federal de Minas Gerais”.
- ¹¹ Na primeira parte deste capítulo, percebe-se como o fascismo, a partir de seu “futuro passado”, é repudiado internacionalmente, e, como a equivalência entre integralismo e fascismo, verificada no espaço simbólico, produz o veto aos camisas-verdes.
- ¹² Isto não equivale a dizer que o integralismo tivesse direcionado sua ação de maio de 1938 com esse intuito. Interessa aqui saber das possibilidades de leitura daquele fato. Uma delas, a de que o golpe de 1938 foi um movimento amplo contra a ditadura e interessado em reinstaurar a democracia, uma leitura que foi bastante difundida pelas lideranças do PRP a partir de 1945. Entretanto, na disputa entre as memórias, essa leitura não se impôs e, obviamente, não aparece em nenhum livro didático de história.
- ¹³ Delas fazia parte Otávio Mangabeira, que participou das primeiras reuniões conspiratórias juntamente com Plínio Salgado, e, também, é o caso do Coronel Euclides de Figueiredo.
- ¹⁴ Ao se mencionar essa inserção, está-se fazendo referência ao trabalho editorial e às pragmáticas considerações mercadológicas.
- ¹⁵ Trata-se de exemplar da primeira edição. O perfil dos autores é assim traçado na obra: “Cláudio Vicentino – Bacharel e licenciado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, pós-graduado em história pela Universidade de Brasília, professor de história em cursos pré-vestibulares e de ensino médio, autor de obras didáticas e paradidáticas de história e geopolítica para o ensino fundamental e médio”. “Gianpaolo Dorigo – Bacharel e licenciado em história pela Universidade de São Paulo, professor de história em cursos pré-vestibulares e de ensino médio, autor de História do Brasil (ensino médio)”.
- ¹⁶ Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Programa de História – 1º e 2º graus. Belo Horizonte, julho de 1987. p. 9. In: FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História e ensino de história. (p. 59). Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- ¹⁷ A rigor, o decreto baixado pela ditadura em 2 de dezembro de 1937 proibiu todos os partidos políticos, sem exceção.
- ¹⁸ O exemplar consultado refere-se a 12ª edição. O livro é indicado para os alunos do Ensino Médio.

Capítulo II

A MEMÓRIA INTEGRALISTA

“A memória não nos serviria de nada se ela fosse rigorosamente fiel”.

Paul Valéry

2.1 A permanência da memória

Em *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez, o Exército promove um massacre dos funcionários – em greve – de uma companhia bananeira, e José Arcadio Segundo é o único sobrevivente. Ao retornar à cidade de Macondo, onde no dia anterior ocorrera o tal massacre, ele entra numa cozinha – “atraído pelo cheiro de café” – e lá estabelece um primeiro diálogo:

– Deviam ser uns três mil – murmurou.

– O quê?

– Os mortos – esclareceu ele. – Deviam ser todos que estavam na estação.

A mulher mediu-o com um olhar de pena. ‘Aqui não houve mortos’, disse. [...] Em três cozinhas onde se deteve José Arcadio Segundo antes de chegar em casa lhe disseram a mesma coisa: ‘não houve mortos’.

A versão oficial, mil vezes repetida e repisada em todo o país por quanto meio de divulgação o governo encontrou ao seu alcance, terminou por se impor: não houve mortos, os trabalhadores satisfeitos tinham voltado para o seio de suas famílias. (Márquez, 1998, pp. 293-294).

Portanto, naquele dia, em Macondo, evidenciou-se um dos atributos da memória: ela é um veículo de poder, inclusive do poder de criar e de refazer – o que faz dela, sobretudo, um princípio ativo e não “um manancial de sobrevivências vestigiais” (Guarinello, 1993, p. 187).

García Márquez retrata, em sua obra, uma memória que se construiu a partir de discursos sucessivos, produzidos por certos poderes, num contexto social determinado. E é sob essa mesma perspectiva que aqui se procederá a análise de uma outra memória, qual seja, a memória integralista, uma memória não oriunda da “versão oficial, mil vezes repetida e repisada em todo o país por quanto meio de divulgação o governo encontrou ao seu alcance” (Márquez, 1998, p. 294).

Ao falar da memória coletiva, Jacques Le Goff considera que ela

[...] foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da História são mecanismos de manipulação da memória coletiva. (Le Goff, 1996, p. 426).

Mas, afinal, até que ponto é possível dominar a memória do outro? Talvez, o início da resposta a essa questão esteja no trecho em que Vesentini, ao tratar da memória histórica, afirma que, nela,

O múltiplo é excluído. Desaparecem momentos e agentes. O significado de outros instantes, a cristalizarem-se de outra forma, e o lugar onde propostas e agentes foram efetivamente jogadas perde nitidez. E não conseguem integrar-se na memória, nessa memória. [...] O movimento e luta enquanto pluralidade de possíveis desaparece, substituídos pela mutação de um tempo e por certas práticas a moverem-se conjuntamente para um único lugar. [...] O lugar de luta e o movimento de vencidos não coincidem com os do vencedor. [...] Dada a instituição do fato e o domínio do tempo o uno predomina. Anula inclusive as próprias condições de existência, difusão e vitória do tema que compõe o fato: momentos, sujeitos e propostas divergentes. E estes sugerem outro lugar e não se conformam no mesmo tempo. É na temporalidade do vencedor que estas possibilidades não podem integrar-se. (Vesentini, 1986, p. 06).

O poder instituído, ao falar do passado, ao falar de si próprio, ao afirmar suas origens, institui uma temporalidade, ou melhor, constrói uma memória histórica em que o outro se perde. Entretanto, é fora das indicações dessa memória histórica que se encontram as possibilidades não efetivadas que alimentam outras memórias, as memórias não enquadradas que fizeram e fazem leituras distintas do passado.

Porém, não se pode dizer que exista uma total separação entre a memória coletiva integralista e a memória integralista enquadrada na memória histórica. Entre elas há nuances. Assim, aqui se procederá a análise da percepção do vencido, ou, noutras palavras, a análise da memória coletiva integralista em suas nuances, tanto no que se refere ao processo de “enquadramento” da memória quanto no que se refere aos seus traços “não enquadrados”, a fim de que se possa compreender a luta no espaço simbólico pelas representações do passado.

Antes de se abordar a memória coletiva integralista, é oportuno voltar ao texto de García Márquez. Tudo indica que essa memória coletiva integralista se aproxima da de José Arcadio Segundo. É ela também memória não enquadrada, uma memória rival que, seguramente, colocar-se ia como a guardiã da verdade. Mas, qual seria a possibilidade de José Arcadio Segundo se fazer compreender? Se insistisse na sua verdade, não estaria ele condenado à morte social? Ou, ao evitá-la, não estaria ele condenado ao silêncio? Ou, ainda, não estaria ele condenado a esquecer os dramáticos fatos que vivenciou mas que não são aceitos como

verdadeiros em Macondo? O certo é que, sendo ele o único sobrevivente, José Arcadio Segundo não encontrará outros indivíduos nos quais possa ancorar sua memória.¹ No caso do integralismo, dá-se o contrário: há sobreviventes, indivíduos que formam um grupo com condições, portanto, maiores que as de José Arcadio Segundo, de preservar a memória.

No trabalho de enquadramento da memória, mais uma vez tangenciando o texto de García Márquez, diante da versão oficial repetida “mil vezes”, a memória de José Arcadio Segundo tenderia a se aproximar da memória histórica, ou seja, da versão oficial (“não houve mortos”). No entanto, no caso dos integralistas, é possível constatar ainda hoje a permanência da memória dos “sobreviventes”, a negar a afirmação da memória histórica (“foram todos mortos”). Essa negação faz com que, efetivamente, uma outra versão dos fatos esteja presente numa memória subterrânea que não consegue se impor como representação dominante do passado da nação, mas que, ainda assim, consegue sobreviver.

Ocorre que a memória subterrânea não é pura, vez que ela não está imune ao poder de atração da memória histórica. Portanto, não há como fazer uma distinção clara entre a memória integralista enquadrada e a memória coletiva integralista. O que se pode é observar entre ambas as nuances, e, a partir delas, realizar aproximações.

Ora, se a memória histórica, por ser emprestada, carrega alto grau de externalidade, sendo mesmo imposta – seja por meio do controle dos discursos na grande imprensa, seja por meio do discurso dos livros didáticos –, então, aprendida, a memória histórica não se confunde com a memória coletiva integralista. Essa é uma memória que se apóia na história vivida ou na vivida por tabela; apóia-se nos “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer” (Pollak, 1992, p. 201).

Daí ser possível afirmar que os integralistas têm a sua própria memória situada numa outra temporalidade, sob forte pressão da memória histórica na qual tende a se enquadrar. No limite, entretanto, ela, em pequenos grupos, se conserva ligada a outros referenciais que não os da memória dominante.

2.1.1 *Os Novos Integralistas: a Memória Atualizada*

Em 5 de outubro de 2001, cerca de trinta pessoas se reuniram no Rio de Janeiro, num prédio da Tijuca, para comemorar os 69 anos da fundação da AIB.² Um ano antes, no dia 7 de outubro, velhos camisas-verdes celebraram ao lado de jovens militantes nacionalistas os 68 anos do lançamento do Manifesto de Outubro, documento que simbolicamente deu origem a AIB.³ Ambos os encontros, em que velhos militantes integralistas dividiam espaço com jovens nacionalistas, foram organizados por Marcelo Santos Mendez, solteiro, formado em administração e caixa de um restaurante em Copacabana. Mendez era, então, sócio da Casa de Plínio Salgado, do Centro Cultural Plínio Salgado, do Centro de Estudos Históricos e Políticos (CEHP), da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), membro do movimento pró-monarquia, do Círculo Monárquico do Rio de Janeiro e membro do Apostolado da Oração, da Igreja Católica.

Foi ele quem criou, em 1999, à idade de 34 anos, o Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI). O fato que marcou a fundação do CEDI foi a estréia de seu respectivo *site* na Internet, em 1º de setembro de 1999, sendo que, dois meses após, começou a circular o informativo mensal impresso da entidade, intitulado *Informativo CEDI*.

Meses após aquele segundo encontro, em fevereiro de 2002 – o 70º ano da “Era Integralista” –, Mendez se suicidou no cemitério do Caju, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), diante do túmulo dos integralistas mortos durante a intentona de 1938. Deixou, para “os companheiros integralistas e nacionalistas”, não apenas um texto curto, acerca do gesto extremo a que se vira compelido, mas também uma carta-testamento⁴ endereçada aos herdeiros políticos do CEDI. Segue, aqui, um pequeno trecho daquele:

Anauê!

Hoje, de manhã, terei que tomar uma decisão muito difícil, mas que tem que ser tomada! [...].

Eu sempre dei meu suor e minha vida pelo Brasil, pelo Integralismo e pelo CEDI, sempre nessa ordem! Agora vos dou o meu sangue e minha morte! [...].

Até um dia, quando nos encontraremos no Panteão dos Heróis da Pátria Brasileira!

Pelo Bem do Brasil! Anauê!

É inegável a persistência da memória integralista. A força limite do gesto de Marcelo Mendez parece revelar a expressão que o universo integralista/nacionalista tem no espaço simbólico de certos grupos. Nos meses anteriores ao trágico gesto, Marcelo enfrentou uma série de atritos com os militantes nacionalistas e, sob o risco de ser banido do “movimento integralista”, ele optou pelo suicídio. Em carta⁵ antes escrita ao militante Cleiton Oliveira, Mendez demonstrou que sentia o receio de ser expulso do meio nacionalista:

Anauê!

Muito me alegrou o espírito ter recebido vossa carta! Que bom que ao que parece revistes tua posição inflexível de cortar contato!

[...] Agora eu te pergunto o seguinte:

-Ainda achas REALMENTE, que estou expulso do Integralismo’??

-Tem certeza de que eu falo sozinho e não represento ninguém no Movimento?

Bem, quem achar que pode me ignorar no Movimento, dizendo mentiras, calúnias, ou simplesmente querendo me atacar ou me desacreditar, irá perder tempo, pois eu não rebato essas coisas, à não ser trabalhando em prol da doutrina.

Desde a sua fundação, o CEDI vinha organizando sistematicamente eventos em que aquilo que unia aquelas pessoas (especialmente o passado integralista) era enfatizado. Naquelas ocasiões, a vida coletiva

do grupo colocava-se acima da do indivíduo. Sendo assim, o suicídio de Mendez pode ser visto, então, como um gesto emblemático da atualização da memória integralista, e o integralismo, um suporte ideológico-doutrinário decisivo para a existência do grupo de que ele fazia parte.

O CEDI sempre se posicionou como uma organização nacionalista e, em última instância, como uma organização integralista (a direção da entidade, ao explicar a que ela se propõe, explicita: “O CEDI se propõe a divulgar o Integralismo, a Doutrina do Sigma”,⁶ algo que o próprio nome da entidade indica). Além disso, vários de seus textos, disponíveis no *site*,⁷ são finalizados com a frase *O CEDI É A FENIX INTEGRALISTA!*, ou com a fórmula com que Plínio Salgado, nos anos 1930, encerrava os textos e manifestos da AIB: *Pelo Bem do Brasil! Anauê!*.

Pouco tempo após sua fundação, em 2001, o CEDI já possuía representação em quatro capitais – Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus e Porto Alegre – e em nove outras cidades.⁸ Sua agenda estava repleta de atividades. Dentre elas, destacavam-se, por exemplo, a missa pelos 106 anos do nascimento de Plínio Salgado, celebrada no dia 22 de janeiro na paróquia de Santo André (Rio de Janeiro); a comemoração dos 63 anos da tentativa de tomada do Palácio Guanabara pelos camisas-verdes, evento este realizado no mausoléu dos mártires integralistas do cemitério do Caju,⁹ no Rio de Janeiro (RJ); a já citada solenidade do dia 5 de outubro, em comemoração aos 69 anos de fundação da AIB; e, a solenidade de 7 de dezembro, em homenagem aos 26 anos do falecimento de Plínio Salgado.

O grande homenageado do CEDI é Plínio Salgado, o tão exaltado Chefe Nacional dos integralistas dos anos 1930. Os integrantes daquela entidade sempre celebram o aniversário de seu nascimento e de sua morte.

Os integrantes do CEDI não estão sozinhos. Outros pequenos grupos de militantes nacionalistas, cultivando também uma memória semelhante à daqueles, não deixam de compartilhar os mesmos marcos comemorativos. Um destes grupos é o que se reúne em torno do Centro de Estudos Históricos e Políticos (CEHP), núcleo nacionalista fundado em Santos (SP), em 1998. Trata-se de uma entidade idealizada por jovens universitários inspirados na leitura de Plínio Salgado e Gustavo Barroso e que tem como lema o mesmo lema do integralismo dos anos 1930: “Deus, Pátria e Família”. A princípio, seus integrantes se reuniam para discutir a ideologia integralista. Mas, ao longo dos anos, o CEPH conseguiu ampliar suas atividades, tendo alcançado representação em cidades como São Paulo (SP), Ribeirão Preto (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Goiânia (GO).

Algum tempo após a fundação do CEHP, em 25 de novembro de 2000, seus membros realizaram, em Santos (SP), uma reunião com o objetivo de apresentar propostas para a formação de um movimento de ação política. O desfecho de tal reunião foi a organização de um congresso de que participaram militantes de entidades nacionalistas (o evento foi chamado de I Congresso Unionista, ocorrido também em Santos, no mês de julho de 2001). Lá estiveram cerca de 60 participantes de sete estados brasileiros. Ao final daquele evento, deu-se a criação da Frente Pátria Unida (FPU), entidade nacionalista com caráter político, ficando o CEHP,

por sua vez, na condição de “entidade cultural”. Efetivamente, a FPU tem como sustentáculo ideológico declarado a doutrina integralista.

O jornal *Diário de São Paulo*, em edição de 3 de dezembro de 2001, noticiou a criação da FPU, em matéria intitulada *Santistas criam TFP do século 21*, em que se dava destaque ao caráter integralista do movimento:

Deus, pátria e família. Mesmo com todas as mudanças vividas pelo mundo a partir da segunda metade do século 20, o lema entoado pelos integralistas há quase 70 anos ainda conquista simpatizantes. O movimento nacionalista criado nos moldes do fascismo que então dominava a Itália é a principal inspiração da Frente Pátria Unida (FPU), grupo recém criado em Santos, no litoral paulista [...]. Nessa busca do sentimento nacionalista, a pregação da FPU revela o mesmo conservadorismo dos precursores integralistas e dispara uma metralhadora giratória em questões políticas e morais.

No ano seguinte, em discurso proferido no II Congresso Nacional da FPU,¹⁰ o jovem militante Cleiton Oliveira, não deixa dúvidas a respeito do forte vínculo dessas novas entidades nacionalistas com a doutrina integralista, ao afirmar que:¹¹

No Brasil, o único movimento a falar a linguagem do povo – da nacionalidade brasileira – até o presente momento foi a Ação Integralista Brasileira, que contou em suas fileiras com algumas centenas de milhares dos mais nobres filhos desta Pátria. Além de – não tenhamos dúvidas – contar com as maiores personalidades da inteligência e da cultura brasileira no século XX. [...] É preciso que os homens de idéias, esses idealistas brasileiros, se embebam dos valores mais puros da alma nacional, e não fiquem em um palavrório alienígena.

Desde a sua fundação, a FPU vem desenvolvendo intensa atividade. Por meio de uma circular geral (*idem*), o seu Secretário-Geral, Luiz Gonçalves Alonso Ferreira (cujo avô – Luiz Alonso – foi integralista), relatou as principais atividades desenvolvidas pela organização no seu primeiro ano de existência. Entre estas, nos surpreendeu a criação de núcleos da entidade em 11 cidades brasileiras.¹²

Ou seja, a memória integralista sobrevive nestes grupos. Mais uma vez, é oportuno aqui mencionar o nome do militante nacionalista Cleiton Oliveira¹³ que expressa a persistência da memória integralista entre os membros do CEPH e da FPU. Em 2001, numa entrevista ao *A Pátria*,¹⁴ ele assim opina acerca da importância da doutrina do sigma: “Não há brasileiro de boa índole que, em contato com essa doutrina, não se identifique com seus ensinamentos, e que não saiba ver neles as soluções para os males da nacionalidade”.

A Pátria,¹⁵ sempre homenageia os símbolos do integralismo. Numa edição de 2000, esse informativo do CEPH celebrou, na sessão *Personagem*, os 40 anos da morte de Gustavo Barroso.¹⁶ Lá, é

possível ler o seguinte texto do presidente da entidade, Edmilson Luís Custódio Mendes: “É mais que justa esta homenagem que prestamos ao gigante patriota que, com sua pena e a sua voz, defendeu com brio a nossa História, o nosso Povo, e nossa querida Pátria. Portanto, saudamos assim, a memória desse vulto imortal”.

Ainda em 2000, no dia 10 de dezembro, militantes do CEPH participaram de uma homenagem a Plínio Salgado. A homenagem foi organizada pelo CEDI e ocorreu no cemitério do Morumbi, em comemoração aos 25 anos da morte do líder dos camisas-verdes. Na ocasião, vários membros do CEPH estiveram presentes, sendo que o presidente daquela entidade, Edmilson Mendes, em discurso, afirmou que Plínio Salgado foi um “grande brasileiro que lutou bravamente pela honra de sua pátria”.¹⁷ Além dele, também discursou Luiz Gonçalves Alonso Ferreira, secretário para assuntos externos do CEPH, que assim se expressou: “muito me honra poder estar depositando flores no túmulo de quem considero (...) o maior brasileiro do século XX e, com toda certeza, um dos maiores brasileiros que já viveram” (*idem*).

No âmbito desse estudo sobre a atualização da memória, essas homenagens póstumas a Plínio Salgado (ou a Gustavo Barroso) assumem uma relevância indiscutível. Isso porque, como afirmou Jacques Le Goff (1990, p. 95), a morte é um “domínio em que a memória é particularmente valorizada”.

Outro dado relevante para este estudo é a atual existência de grupos integralistas compostos majoritariamente por jovens que não conheceram Plínio, mas que cultuam sua memória. Muitos desses jovens celebram também os aniversários do assalto ao palácio Guanabara – episódio que obviamente não presenciaram. Acontece que, como coloca Michael Pollak (1992, p. 201) “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada”. E não é só, ainda com base em Pollak (*idem, ibidem*), é possível crer que elementos constitutivos da memória sejam também os “vivididos por tabela”, ou seja, constituem a memória os “acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”.

Portanto, sendo a memória em parte herdada, sem se restringir apenas às experiências vividas diretamente pela pessoa, é provável que o contato contínuo dos jovens militantes integralistas com a “velha guarda” esteja sendo fundamental na transmissão da memória integralista. Exemplo notável dessa relação entre as distintas gerações de integralistas é o fato de o jornalista Arcy Lopes Estrella,¹⁸ um veterano camisa-verde, ter sido o responsável pelo *Informativo CEDI*.

Assim, pode-se dizer que a memória coletiva integralista atravessou o tempo e foi transmitida às novas gerações, tendo, inclusive, conseguido manter seus personagens, seus acontecimentos, seus lugares, sempre conservando em grupos minoritários uma identidade nacionalista/integralista. Isto aconteceu porque, embora o movimento integralista tenha sido derrotado nos anos 1930 enquanto movimento político que objetivava o poder, ele foi capaz de se manter vivo na memória de determinados grupos, e, como memória, venceu o tempo e até mesmo a morte. Ele teve uma considerável força de sedução capaz de criar expectativas

positivas nas massas (no que concerne aos anos 1930) – o que não só era dificilmente esquecível como também facilmente transmissível às novas gerações – mesmo diante da brutal derrota política.

Essa atualização do passado entre jovens militantes nacionalistas e, mesmo, entre velhos militantes, vista sob a perspectiva de que lembrar é também atualizar o passado, conduziu esta pesquisa à observação de alguns aspectos do passado a partir da percepção de militantes integralistas no próprio tempo passado. Trata-se de uma ainda não realizada análise das tensões em jogo no processo de transmissão da memória integralista e das dificuldades por ela (a memória integralista) enfrentadas para se preservar, a partir do momento em que o futuro não é mais o espaço da dúvida e da incerteza que *a priori* a caracterizava, mais especialmente quanto à problemática do fascismo. Em síntese, o que se supõe é que o fascismo, de uma forma ou de outra, empolgou os camisas-verdes, sendo ele traço marcante de suas memórias; no entanto, conhecido o futuro passado – o fascismo no “pós-Auschwitz” –, a memória integralista passa a sofrer a ação de uma violência simbólica com o fim de enquadrá-la na memória histórica.

2.2 Integralismo e fascismo: entre o fascínio e o repúdio

Não é objetivo deste trabalho entrar no amplo debate acerca da proximidade entre fascismo e integralismo, e nem tão pouco proceder a análise do movimento integralista, da sua doutrina, da sua organização, das suas estratégias de comunicação ou das características do Chefe para “provar” que o integralismo é fascismo. Na realidade, o que aqui se busca é examinar o olhar daqueles que eram militantes e simpatizantes do integralismo, nos anos 1930, com o intuito de perceber tanto a sedução que a experiência fascista produzia especificamente nos militantes quanto o modo pelo qual aquela mesma sedução era traduzida e adaptada às especificidades da vida política brasileira. Feito isto, este trabalho se volta para a posição contrária e aborda o repúdio ao fascismo na conjuntura posterior à Segunda Guerra Mundial, bem como a delicada situação do integralismo – sempre partindo do pressuposto de que as diferentes posições encontram justificativas na percepção que formamos do passado em sua relação com o presente e o futuro.

Durante os anos 1930, Alceu Amoroso Lima, referência intelectual do laicato católico da época, não hesitou em recomendar o integralismo aos católicos. Tanto assim que, em *Indicações Políticas*, livro publicado em 1936, escreveu Tristão de Athayde:¹⁹

O integralismo, como reação histórica, é um movimento sadio e útil do nosso atual momento político. Repercussão brasileira dos movimentos de vitalidade nacional que salvaram a Itália, talvez a Alemanha e a Península Ibérica e, porventura, a América do Norte, da anarquia econômica e do imperialismo comunista, representa para a pátria brasileira a mais sólida garantia às mais puras tradições nacionais. (Lima, 1984, p. 88).

Portanto, mais especificamente, em meados dos anos 1930, Tristão de Athayde não só considerava que o integralismo, “sadio e útil”, possuía similaridades com outros movimentos de “vitalidade nacional”, entre os quais o fascismo italiano, como chegava a sugerir uma aproximação mesmo com o nazismo alemão. Nesse seu discurso, vê-se que a proximidade entre fascismo e integralismo se apresentava como elogio ao integralismo, considerando mesmo que isto era o que fazia deste um movimento recomendável por aquele líder do catolicismo laico.

Seguramente o mencionado texto de Tristão de Athayde não causou espanto na década de 1930, nem despertou a fúria dos camisas-verdes. Pelo contrário, as opiniões daquele autor eram tão interessantes para os integralistas que, no livro *O integralismo perante a nação*, de Plínio Salgado (1956), há um tópico intitulado *O que Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) Chefe do Laicato católico brasileiro pensa a respeito do Integralismo*. Athayde, embora não fosse filiado ao movimento liderado por Salgado, era admirado e respeitado pelos integralistas e declarações como a registrada naquele seu livro de 1936 só aumentavam a consideração dos camisas-verdes para com ele.

Interessante é perceber, também, a posição oficial do integralismo. O Secretário Nacional da Doutrina, Miguel Reale, faz, em suas obras escritas entre 1934 e 1937, apologias ao fascismo e ao seu chefe Benito Mussolini. Exemplo disso se encontra em *O Estado Moderno*, publicado originalmente em 1934 pela editora José Olympio. Eis o trecho:

O que Mussolini fez de mais extraordinário foi reatar a linha humanista rompida pelo naturalismo social, e conclamar a mocidade para viver intensa e heroicamente a vida. *O Duce* representa, antes de mais nada, a afirmação do valor humano, do nosso poder de domínio e de conquista, sustentando o caráter ético das revoluções (Reale, 1983, p. 121).

Nessa mesma obra, Reale analisa as origens e as fases da sociedade liberal, e, depois, conclui: “As várias teorias anteriores refletiam fragmentos da realidade. Por isso erraram. O fascismo as integrou alcançando a visão total (...)” (*idem*, p. 122).

No ano seguinte, ao tratar da política econômica do fascismo, Reale, em *O Capitalismo Internacional* (1935), afirma que “A solução econômica indicada pelo Fascismo está consubstanciada, em suas linhas gerais, na ‘Carta Del Lavoro’, que é para a história contemporânea o que foi a ‘Declaração dos Direitos do Homem’ para a evolução liberal-democrata do século findo” (*idem*, p. 246).

Depois do fracasso do golpe de 1938, Reale embarcou para a Itália – país que lhe concedeu direito de asilo – e, lá, acabou por se hospedar numa pensão em Roma onde já se encontravam outros quatro participantes do levante de 1938, dos quais dois haviam alcançado relativo destaque no episódio: Hermes Lins de Albuquerque (Nathan) e Jair Tavares. Isso serve para demonstrar o quanto era nítida a atração que a Itália fascista e o seu chefe, Mussolini, exercia sobre os integralistas.²⁰

Em *Rumo ao Sigma* (1936), Victor Pujol,²¹ um outro militante integralista, esboçou o seguinte conselho para o futuro da nação: “O que há a fazer é preparar a Nação para novos métodos de governo, como fizeram Mussolini, Hitler, Salazar, Kemal Pachá e como vem fazendo Plínio Salgado (...)” (Pujol, 1936, p. 150). E, depois, acrescentou que “Os exemplos da Itália, da Alemanha e de Portugal –, patrias do direito, do bom senso e da tradição –, serão seguidos por outras nações que não desejam suicidar-se com o liberalismo, nem escravizar-se com o soviétismo russo” (*idem*, p. 147).

Todas essas posições assumidas por Tristão de Athayde, Miguel Reale e Victor Pujol em suas obras são sintomáticas do apelo que o fascismo exercia na época e das esperanças reservadas ao Brasil diante dos avanços do integralismo. Hélgio Trindade (1974), ao pesquisar as motivações da adesão ao movimento integralista no contexto dos anos 1930, constatou que a simpatia pelo fascismo europeu aparecia em segundo lugar. Ele afirmou que

A maioria absoluta das respostas confirma a influência sobre os aderentes integralistas da ascensão dos movimentos fascistas. Quando não havia uma atração pelos regimes fascistas, mostravam-se ao menos sensíveis à luta desencadeada pelos movimentos fascistas contra o liberalismo e o comunismo. A proporção de respostas concentradas neste motivo é superior a qualquer previsão *a priori* [...] (Trindade, 1974, p. 160).

Naqueles anos 1930, o fascismo, além de encantar a muitos, “conclamava a mocidade para viver intensa e heroicamente a vida” (Reale, 1983, p. 121), tendo já alcançado a “visão total” (*idem*, p. 122) e se apresentando como solução econômica e social real para a conturbada década de trinta. Obviamente que o entusiasmo despertado pelo fascismo estimulou a adesão ao integralismo, visto, por muitos dos militantes integralistas, como o fascismo brasileiro. Entretanto, durante o período pós-Segunda Guerra, o fascínio se transformou em repúdio. A memória integralista teve, então, que buscar um outro passado em que pudesse se ancorar para poder sobreviver.

Com base em estudos acerca da memória coletiva desenvolvidos por Maurice Halbwachs (1950), nos quais enfatiza a unidade ou coesão social a partir da adesão afetiva ao grupo, é possível perceber a memória coletiva integralista que sobrevive, transmitida em redes sociais em que a afetividade prevalece. Mas se, entretanto, a análise se der sob a perspectiva de construção da memória histórica, na qual a memória integralista não se integra, o que chama a atenção é a força da violência simbólica exercida no sentido de neutralizar outras memórias. É exatamente a partir desse foco que se poderá compreender a mudança na percepção dos integralistas acerca do fascismo, ou seja, será possível admitir que os integralistas estão sujeitos a uma violência simbólica e tendem a abdicar de sua própria identidade (enquanto integralistas) e de sua memória, aceitando serem negados ou negarem-se para se fazer reconhecer. É como se eles esquecessem do próprio passado enquanto integralistas e aceitassem um outro passado, perdendo-se, assim, na temporalidade do vencedor.

Isto decorre do fato de que, cada indivíduo, além de estar no grupo e de ter adesão afetiva a este, entra em contato com referenciais externos ao grupo, com uma outra temporalidade, com um fluxo maior de percepção do passado, ou seja, com a memória histórica. Uma memória emprestada, na medida em que não se trata de lembranças de histórias vividas ou de histórias vividas por tabela, mas de fatos nos quais a memória se ancora que, embora disponível a todos, apresentam grande externalidade aos indivíduos,

Portanto, “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (Pollak, 1989, p. 10), e, na luta pela identidade, entra em jogo o “ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros” (Bourdieu, 1988, p. 117). Neste sentido, a identidade integralista se faz problemática essencialmente porque, no cerne da identidade, há a necessidade do reconhecimento dos outros. Ocorre que o reconhecimento do indivíduo integralista, entretanto, não se fará a não ser a partir da rejeição, visto que, no amplo processo de construção da memória histórica, a percepção do integralismo se dá sempre baseada em expressões com significados pejorativos, especificamente no plano da associação ao fascismo. Ou seja, o integralista sofre uma ação no sentido não só de negar a si próprio e a seu passado, mas também de alinhá-lo ao passado do vencedor. Uma ação destinada a fazê-lo desistir “de sua posição de sujeito, de sua identidade própria, para se salvar a si próprio, perdendo-se a si mesmo” (Gagnebin, 2003, p. 96). O memorar e o esquecer estaria entre “engenho e razão” (Weinrich, 2001, p. 67).

Noutras palavras, o indivíduo integralista estará sujeito a uma violência simbólica que atua no sentido de “enquadrar a memória” na temporalidade do triunfador, ou seja, na memória histórica. Porém, é preciso nuançar esse processo de enquadramento da memória: o caminho não é unilateral. Não é só pela força da violência exercida pela memória histórica que o integralista aceitaria a percepção de passado presente na memória do vencedor. O próprio integralista, como sujeito, corroborará a construção de uma memória referente aos anos 1930 distinta da percepção que outrora ele, integralista, tivera. Isso porque, é o grupo e não o indivíduo que garante a permanência da memória: “situações vividas só se transformam em memórias se aquele que se lembra sentir-se ligado afetivamente ao grupo ao qual pertenceu” (D’Aléssio, 1992-1993, p. 98). A derrota de 1938, no entanto, significou para muitos integralistas a dissolução do grupo e, portanto, a impossibilidade de memória. Impossibilidade ao menos de uma memória estritamente integralista, pois, para que um grupo físico seja um grupo afetivo (lugar em que a memória coletiva encontra possibilidade de existência), “é preciso que haja duração na convivência. Ligações efêmeras, rupturas constantes não constroem passado conjunto, não constroem memória” (*idem*, p. 99).

Então, para que melhor se observe o enquadramento da memória integralista tendo como parâmetro o fascismo, é preciso analisar como ocorre uma mudança na percepção do indivíduo integralista, uma vez que, ao longo do tempo, sua compreensão acerca do fascismo tenderia a se aproximar daquela própria à memória histórica.

De fato, o fascismo exerceu, durante os anos 1930, uma sedução inaudita. Não foram poucos os que viram nele o melhor caminho para solucionar os problemas econômicos da época. Isto explica, em parte,

o avanço do integralismo. Dada a sua semelhança com o fascismo, os camisas-verdes a ele se filiaram em grande medida por serem simpatizantes do fascismo, vendo no integralismo o “fascismo brasileiro”. Uma inquestionável evidência dessa postura pode ser observada, por exemplo, no texto de Tristão de Athayde, contido em *Indicações Políticas* e aqui já transcrito. Naquele trecho se vê que, em 1936, uma destacada figura brasileira elogiava o fascismo e colocava o integralismo como a “repercussão brasileira dos movimentos que salvaram a Itália, talvez a Alemanha (...)” (Lima, 1984, p. 88), e também como o movimento “útil e sadio” (*idem*) do Brasil, similar aos também úteis e sadios fascismos italiano e a alemão.

Quando o extenso artigo de Athayde foi publicado em 1936 – não só no livro *Indicações Políticas*, como também em vários jornais –, o futuro encontrava-se em aberto e o futuro do fascismo era, obviamente, desconhecido. Em outras palavras, não havia ainda um “futuro passado”. Naquele contexto, a percepção do significado das ditaduras citadas pelo referido intelectual (fascismo, na Itália, nazismo, na Alemanha e salazarismo, em Portugal) distanciava-se profundamente da que, décadas depois, foi por ele expressa no curioso texto que se segue: “Uma das acusações que faço à chamada revolução de 64 é de ter sido um retrocesso, um novo Estado Novo de tipo getulista e paratotalitário, direitista e neofascista” (Lima, in: *Revista Manchete*, 12 de outubro de 1968).

Mas, se, em 1936, a aproximação com o fascismo era vista por Athayde como benéfica, já que havia representado a salvação da Itália, e o integralismo brasileiro (“direitista”) era tido como “a mais sólida garantia às mais puras tradições nacionais” (Lima, 1984, p. 88), justamente em razão de tal aproximação, como explicar que, em fins dos anos 1960, o elogio tenha se convertido em acusação? Talvez, essa mudança na percepção de significado tenha acontecido porque, em 1968, deu-se o encontro com a memória do vencedor. Nesta, 1936 (ano em que Amoroso Lima elogiou o fascismo e o integralismo) perde nitidez, é esvaziado, não sendo mais recuperado pela memória. Assim, enquadrados na temporalidade dominante, fascismo e direitismo não são mais que acusações, adjetivos de depreciação. O discurso simplificado, unitário e intransigente da memória histórica – que se projeta sobre outras memórias e as enquadra – impede a percepção do passado na sua substância. Definido, então, o futuro, fascismo e integralismo, caricaturizados, vão perdendo as dimensões que tiveram no passado, que tiveram quando o passado ainda não possuía um futuro certo, apenas futuros possíveis, quando, em suma, não havia o “futuro passado”.²²

Em 1936, foi possível a Athayde sugerir mesmo a proximidade do integralismo com o nazismo alemão, tomando esta proximidade como elogio. Entretanto, depois de 1945, quando os extermínios em Auschwitz e em outros campos eram do domínio público, já não seria possível escapar da ideologização de expressões que remetessem, de uma forma ou outra, aos campos de concentração. Fascismo e nazismo, agora indissociáveis do holocausto, passaram a ser julgados e condenados tanto materialmente, com os Julgamentos de Nuremberg, quanto simbolicamente. Porém, em meados da década de 1930, o futuro estava aberto e “tudo poderia ter sucedido de modo diferente” (Koselleck, p. 93, 1997). Assim, quando num outro contexto Athayde usa os termos ‘neofascista’ e ‘paratotalitário’ com o sentido de condenação/acusação, a memória já

estava enquadrada na temporalidade do vencedor e àquelas expressões já se incorporara o “pós-Auschwitz”, o “futuro passado”. Ou seja, na rememoração do líder católico, incorporara-se a percepção do passado que não estava no passado, mais precisamente, incorporara-se a percepção de passado do vencedor: na memória enquadrada, ‘neofascismo’ e ‘paratotalitário’ passam a ser, em 1968, críticas ao regime político brasileiro implantado com o golpe de 1964, e não mais elogio ao movimento integralista como, noutra momento, ao menos a palavra fascista expressou.

Naturalmente, no enquadramento da memória, o trabalho e a trajetória pessoal de Tristão de Athayde devem ser considerados. No início dos anos 1930, Amoroso Lima ainda estava sob influência de Jackson de Figueiredo (falecido em 1928), líder católico de direita e responsável pela sua conversão ao catolicismo. Mas, segundo Francisco de Assis Barbosa (1984, pp. 90-91), “a leitura de um artigo do teólogo francês Pierre Congar (‘L’Eglise, Est Elle a Droit?’), condenando o conservadorismo da Igreja, abalou suas convicções” e,

após a edição da encíclica *Mater et Magistra*, do Papa João XXIII, e influenciado por Jacques Maritain e Teilhard de Chardin, que considera seus mestres, Alceu Amoroso Lima passou a integrar a ala renovadora da Igreja. O movimento revolucionário de março de 1964 terminou levando-o a posições ainda mais radicais (*idem, ibidem*).

Assim, além da violência exercida pela memória histórica, o próprio Amoroso Lima trabalhou de modo a concorrer para a construção de uma nova memória concernente aos anos 1930, memória esta que invoca uma percepção de passado pertencente ao “domínio comum” e não ao grupo integralista com o qual ele passou a não ter mais vínculos afetivos.

Miguel Reale, por sua vez, conforme aqui se demonstrou, havia feito também inúmeras considerações positivas ao fascismo nos anos 1930. Entretanto, em 1987, rememorando, quase meio século após ter saído do movimento do sigma,²³ ele teceu o seguinte comentário sobre o integralismo:

Considerado à distância, por maiores que possam ter sido os seus equívocos e os seus erros – e o tempo se encarregou de desvendar ou comprovar alguns deles, como, por exemplo, a sua exagerada simpatia pelo fascismo, tal como este se configurava no início da década dos trinta [...] (Reale, 1987, p. 84).

Nessa rememoração de Reale se vê que, para ele, um dos equívocos do integralismo foi sua “exagerada simpatia pelo fascismo”. O fascismo que encantava, que “conclamava a mocidade para viver intensa e heroicamente a vida” (Reale, 1983, p. 121), que havia alcançado a “visão total” (*idem*, p. 122) e que se apresentava – e era por muitos visto, inclusive por Reale – como solução econômica e social real para a

dramática situação vivida na década de trinta está despojado do sentido que lhe fora antes atribuído. A ele – ao fascismo dos anos trinta – foram incorporados o futuro e as significações que lhe foram dadas nesse tempo posterior, significações que, efetivamente, não estavam localizadas nos anos trinta (ao menos para os personagens citados). No trabalho de rememoração leva-se em conta o futuro passado: ao fascismo dos anos trinta incorporara-se, décadas depois, a derrota na Segunda Guerra Mundial, o Holocausto e as representações construídas no pós-guerra.

Revisitando a obra de Reale, é possível constatar que, no início dos anos 1930, esse autor analisa as diversas teorias anteriores (por ele chamadas de fases do liberalismo) e, contrapondo-as ao fascismo, diz porque elas erraram: “refletiam fragmentos da realidade” (*idem, ibidem*), ao mesmo tempo que considera que o fascismo, por sua vez, havia “alcançado a visão total” (*idem, ibidem*). Entretanto, na memória enquadrada tem-se que a simpatia pelo fascismo foi um equívoco, e que os camisas-verdes compreendiam o integralismo como “o fascismo brasileiro da década de trinta”. Daí emerge o enquadramento da memória no seu limite: o integralismo teria sido um erro. Os acertos pertenceriam à outra memória.²⁴

Miguel Reale abandonou o movimento integralista em 1939 e a ele não mais retornou. Rompeu com o grupo afetivo: “esquecer um período de sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam” (Halbwachs, 1990, p. 32). Naturalmente que Reale passa a ter outros grupos de convívio, e esquecimento e reconstrução da memória nele se imbricam. Depois de não ser mais membro do grupo, Reale, anos mais tarde, ao rememorar os anos 1930 nos termos aqui já exemplificados, não enfrentou dificuldades em ver a proximidade do movimento de que antes fizera parte com o fascismo. Bastou reconhecer “o erro”. Pois agora, para o ex-Secretário Nacional da Doutrina, o integralismo pertence somente ao passado.

Contudo, entre os que de uma forma ou de outra permaneceram militantes do integralismo no período pós-1945, a situação é outra, uma vez que, no espaço das lembranças, não há diferenças entre passado e presente: “a memória é um fenômeno sempre atual” (Nora, 1984, p. XIX). Daí que reconhecer, no trabalho de enquadramento da memória, a exagerada simpatia dos camisas-verdes pelo fascismo como equívoco não será suficiente. Nesse mesmo trabalho de enquadramento da memória, entre os que permaneceram militantes, procurar-se-á descolar por completo o fascismo do integralismo.

Em suas memórias, Rubem Nogueira,²⁵ um anticomunista convicto, faz incansáveis defesas ao integralismo. Empenhando-se em retirar do integralismo a pecha de fascismo e passá-la para seus inimigos políticos, os comunistas, ele assim escreveu:

Os acusadores do Integralismo se cingem a imputações sem prova alguma e mesmo quando o acusam de ser “cópia do fascismo” nenhuma demonstração disso fazem [...].

Para encerrar essas breves considerações feitas em legítima defesa do passado de um honrado movimento político e de seus não menos honrados componentes,

lembro que já na década de 30 apontávamos o estalinismo despótico como *fascismo vermelho* (Nogueira, 1997, p. 226-227).

Nogueira mostra-se indignado quando lê, num jornal baiano, uma sucinta definição do integralismo, na qual o mesmo é considerado doutrina fascista. Diante daquele texto escrito por um professor de história e publicado como “macetes para o Vestibular”, aquele integralista convicto ironizou: “É uma pessoa como essa, de tão lamentável nível cultural, que, como não podia deixar de ser, do alto de seus tamancos, assim definiu o Integralismo: ‘Doutrina fascista e totalitária de Plínio Salgado’. É no que dá, quando o sapateiro passa além do sapato” (*idem*, p. 225).

Aquele integralista aceita a negação do fascismo em algum momento situado entre os anos 1930 e a recordação posterior, quando a “exterioridade se impõe” (Vesentini, 1997, p. 34). Tanto que, ao se analisar a construção da doutrina integralista por meio de vastíssima obra de literatura política, o estranhamento que nela se estabelece em relação a lembranças semelhantes à de Nogueira é total.

Ainda com relação às lembranças, é interessante observar certas sutilezas. Aquilo que Tristão de Athayde, Miguel Reale e Victor Pujol (nos exemplos aqui já trabalhados) compreendiam em relação às questões políticas verificadas nos anos 1930 desaparece da memória e, quando Nogueira lembra, em 1997, aquela que fora uma percepção tão partilhada pelos militantes integralistas na década de 1930 já não mais está presente. Ou seja, o trabalho de enquadramento da memória alimenta-se das representações da memória histórica. É ela quem comanda a leitura do fascismo. No olhar *a posteriori* de Rubem Nogueira, Miguel Reale e Tristão de Athayde, não mais se percebe o passado com a dinâmica que ele teve quando o futuro ainda se apresentava como possibilidade. Ao conhecer o futuro passado, o passado é julgado e condenado pelo futuro que teve, futuro que outrora, efetivamente, não se apresentou como fatalidade.

A partir das leituras que a memória histórica foi determinando, a memória integralista foi sofrendo uma violência no sentido de se aproximar das leituras do passado mais aceitas no “pós-Auschwitz”, quando aos fascismos passaram a ser incorporados muitos dos horrores praticados durante a Segunda Guerra Mundial. Tem-se, portanto, nessa memória enquadrada, a “expressão da existência de um conjunto de representações já situadas com relativa precisão para todos. Situadas no agora e entrevistadas como tendo sido aquele passado” (Vesentini, 1997, pp. 32-33). Dessa forma, a memória integralista, enquanto vai sendo enquadrada, vai fazendo uma leitura do fascismo em nada conflitante com aquelas mais partilhadas. Entretanto, nessas representações mais partilhadas (na memória histórica), integralismo é igual a fascismo. O esforço dos integralistas no processo de enquadramento passa a se dar, sobretudo, no sentido de “descolar” o fascismo do integralismo, e jamais no de defender o fascismo. E assim, os integralistas foram se perdendo na temporalidade do vencedor e nuançando sua própria memória.

O esforço empreendido pelos integralistas no sentido de enquadrar a sua memória na memória histórica torna-se nítido no momento em que a rearticulação do movimento integralista, marcada pela

fundação do PRP, coincide com o clima do imediato pós-guerra, quando o ódio aos fascistas parecia estar mais acentuado. Dentre os integralistas que participaram daquele momento está Jayme Ferreira da Silva. Ele havia militado na AIB nos anos 1930 e foi eleito, em 1946, vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo PRP. Na Câmara, ele sofreu uma série de acusações/ “interpelações”, às quais respondeu em sessão do dia 9 de julho de 1947. Eis algumas passagens do discurso daquele vereador perrepista: “Sr. Presidente, ao entrar nesta Casa, tantas coisas se haviam repetido contra o antigo movimento da Ação Integralista Brasileira que eu, como participante, que fui, daquele movimento, fui recebido sob estrondosas manifestações de desagrado (...)” (Silva, 1996, p. 03). Na mesma sessão, logo em seguida, Silva repudia o fato de que vereadores do Partido Comunista o estivessem chamando de fascista. Então, o vereador Aloísio Neiva pede a palavra para um breve esclarecimento do Partido Comunista e, com o assentimento do orador, desafia: “Não o chamaremos mais de fascista e, sim, pelo seu sinônimo – integralista” (*idem*, p. 05). Na sequência veio a réplica de Silva, explicitando o já mencionado esforço empreendido pelos integralistas para descolar o fascismo do integralismo: “É um sinônimo muito imperfeito, quase antônimo, Sr. Aloísio Neiva...” (*idem, ibidem*). Ainda nessa sessão, Silva responderá a outras treze acusações/“interpelações”, sendo a primeira exatamente a de que “o integralismo é fascismo”. Em sua resposta, ele afirma: “(...) o fascismo é um Estado Totalitário e o integralismo não aceita a doutrina do Estado Totalitário. (...) Esse Estado Totalitário, odioso, antinatural e anticristão (...). Nesse grupo do estado totalitário absorvente, enquadram-se o Fascismo, o Nazismo e o comunismo (...)” (*idem*, pp. 07-08). Enfim, ele conclui a “interpeção nº 1” com a seguinte colocação: “Creio que, dentro do limite dos meus conhecimentos, deixei bem claro que Integralismo não é e nunca foi Fascismo (...)” (*idem*, p. 13).

Assim, no trabalho de enquadramento da memória, ao aceitarem a temporalidade do vencedor, os integralistas também repudiaram o “odioso fascismo”. Neste processo, o passado perde nitidez, na medida em que o fascismo e, portanto, o integralismo, ganham um sentido que antes não podia ser percebido. No enquadramento da memória, o uno se impõe e o passado perde sua multiplicidade.

2.2.1 *Getúlio Vargas, Plínio Salgado e o golpe de 1938 no enquadramento da memória*

Primeiramente, será aqui abordado o trabalho de enquadramento da memória a partir de representações acerca de Getúlio Vargas e Plínio Salgado, personagens representativos das memórias de que trata o presente trabalho: Vargas, no plano da memória histórica e Salgado, no da memória integralista. Em seguida, com a mesma preocupação, qual seja, a de perceber o enquadramento da memória, o foco se voltará para o golpe de 1938.

Em Miguel Reale, por exemplo, o trabalho de enquadramento da memória se torna visível ainda uma vez mais, sobretudo quando ele fala de Vargas, personagem que, na memória histórica, é sempre senhor da situação, e de Salgado visto nessa mesma memória como um chefe indeciso. Aquele autor, ao retomar, em

sua já citada lembrança, os acontecimentos que culminaram na implantação do Estado Novo, tece as seguintes considerações:

Estávamos na presença de dois chefes, Getúlio e Plínio, este vacilante [...]; aquele, frio e impassível, deixando o tempo correr, por estar certo de que as águas fluíam no sentido de suas ambições pessoais. [...] Getúlio Vargas, de seu lado, havia sabido conduzir os acontecimentos com a sua proverbial habilidade [...] (Reale, 1987, pp. 119-120).

Quando em 1987, em função deste seu trabalho de lembrança, Reale afirma, referindo-se a Vargas, que “as águas fluíam no sentido de suas ambições pessoais”, a temporalidade do vencedor já estava impregnada na memória dele e o passado já possuía seu futuro. É nesse contexto, que o integralismo perde sua vivacidade e o passado sua multiplicidade. Enquadrada a memória, não será possível ver nela o chefe dos camisas-verdes, Plínio Salgado, como agente político que joga um jogo que não está definido *a priori*, pois “as águas fluíam no sentido de suas ambições pessoais” (de Vargas).

Na memória enquadrada, até Getúlio Vargas e o golpe de 1937 que implantou o Estado Novo, vão sendo lembrados dentro de uma nova perspectiva.

O Estado Novo, colocou o integralismo na ilegalidade e o perseguiu implacavelmente, mediante perseguições policiais e políticas que levaram o movimento do sigma quase que completamente ao colapso. Entretanto, o integralista Mário José Maestri, ao lembrar 1937, parece aceitar bem o golpe dado por Vargas: “(...) agora estamos chegando em 1937 (...). Conscientemente – eu sou um cara que fui prejudicado politicamente por 1937 – mas eu, tranqüilamente, quando o Getúlio deu o golpe, eu vi que, para o país foi dado o golpe na hora” (Calil; Silva; 2000, p. 103). O golpe de 1937 é visto como decisivo para o país: “foi dado o golpe na hora”. 1937 impõe-se como marco em que se ancora a memória histórica e, por conseguinte, a memória integralista enquadrada.

No limite, o próprio Chefe dos camisas-verdes acabou reconhecendo as “vantagens para o país” do governo de Getúlio Vargas. Ao discursar no Congresso Nacional, em sessão de 10 de outubro de 1972, Salgado argumenta: “(...) não se pode negar que esse Governo Discricionário, chefiado pelo Sr. Getúlio Vargas, constituído de políticos experimentados, procurou (...) defender a nação contra as manobras dos convertidos ao credo moscovita” (Salgado, 1982, p. 512).

Uma das questões mais caras aos integralistas, seja na fase da AIB seja na do PRP, foi o anticomunismo.²⁶ No discurso de Salgado anteriormente citado, proferido mais de três décadas depois de sua prisão e exílio pela ditadura estadonovista, indica que ele, efetivamente, consegue ver as “virtudes” do governo Vargas. Alguns anos antes, em 22 de fevereiro de 1960, num discurso na Câmara dos Deputados, mesmo ao lembrar sua prisão e exílio, Plínio Salgado parece aceitar Vargas também como pessoa, pois havia feito o seguinte comentário: “fui preso, exilado, curti a saudade da Pátria, para não ceder às imposições

ou ofertas de um regime totalitário, muito embora reconhecesse qualidades no Presidente Vargas e lhe devesse repetidas gentilezas e provas de confiança” (*idem*, p. 124). Nesse caso, o tempo verbal no “embora reconhecesse” revela caminhos da memória, sendo que dificilmente, nos tempos de perseguição aos integralistas, da “traição” de Vargas, ou mesmo no tempo das prisões e exílios, Plínio Salgado “reconhecesse qualidades no Presidente Vargas”. Portanto, na memória enquadrada, já em 1960, foi possível a Plínio, ao aceitar a temporalidade do vencedor, reconhecer qualidades em Vargas que não terão sido por ele reconhecidas no passado. No enquadramento da memória a exterioridade se impôs.

Finalmente, para que se complete, no âmbito desta pesquisa, a abordagem do processo de enquadramento da memória integralista, cabe agora tratar de um episódio que parece crucial. Trata-se do golpe integralista de maio de 1938, episódio central na emissão de discursos que corroboraram em momentos decisivos (seja durante o Estado Novo, seja no período de democratização) para a construção da memória histórica no que tange ao integralismo. Portanto, abordá-lo se torna, aqui, imperioso frente às representações que dele se fizeram. Percebe-se um evidente trabalho de reordenação e enquadramento da memória entre os que, além de terem militado no movimento integralista, pretenderam lhe dar continuidade no PRP, o que faz dos depoimentos de determinados militantes algo bastante revelador.

O ex-Secretário Provincial de Estudos da AIB no Rio Grande do Sul, Emílio Otto Kaminski, ao ser indagado, em 1996, sobre o golpe, fez o seguinte relato:

[...] Houve primeiro o levante comunista em 1935. Em 1938, foi o levante, mas não era um levante integralista, tanto que o Plínio Salgado não fez parte deste levante, e, pelo contrário, até foi contra. Foram, vamos dizer, integralistas exacerbados, infelizmente que se excederam, fizeram aquilo e mancharam o nome do integralismo, porque o integralismo não queria isso. Tanto que oficialmente o Plínio foi contra. Nenhum dos grandes líderes integralistas participou deste levante. O líder foi o tenente Severo Fournier. Mas isso não foi o levante da Ação Integralista Brasileira, foi de alguns integralistas que se excederam, não tiveram o beneplácito do diretório, dos elementos da direção (Calil; Silva, 2000, p. 53).

Mário José Maestri, outro ex-membro da AIB do Rio Grande do Sul, filho de militantes, contava com apenas 16 anos no momento do golpe integralista. Posteriormente, já militante do PRP, conviveu frequentemente com ex-militantes da AIB. Em 1997, numa entrevista, quando questionado sobre o golpe, argumentou que “(...) não. Houve...É como em todo lugar, isso em qualquer lugar, sempre há desacato, teve lá uns caras que por conta própria fizeram uma besteira, entraram lá no palácio, mas de uma forma desordenada (...)” (*idem*, p. 108).

Guido Fernando Mondin, por sua vez, também foi membro da AIB gaúcha. Mais tarde, como membro do PRP, elegeu-se Senador da República pelo Rio Grande do Sul. Em 1997, diante de uma indagação

sobre o golpe de 1938, ele respondeu: “(...) É, mas nós sabemos que não foi. Claro que era fácil atribuir aos integralistas aquele levante, mas não foi. O integralismo não era golpista. Devo admitir que tivesse a participação de um que outro mais exaltado, mas os integralistas não têm nada que ver com isso” (*idem*, p. 190).

Esses três depoentes, além de terem sido militantes da AIB, foram também militantes do PRP e o assumiram como continuidade do integralismo. Daí a relevância de tais depoimentos neste estudo sobre o trabalho de enquadramento da memória, em que se busca perceber como a memória integralista, em seu refazer contínuo, sofreu violências para ser enquadrada na memória histórica.

No que diz respeito ao golpe de 1938, a memória integralista parece mais uma vez se aproximar do discurso do triunfador. Um discurso em que o golpe de 1938 é representado como farsa, como algo patético, um golpe que não podia dar certo em função do caráter daqueles que o empreenderam – homens covardes, desvirilizados, bisonhos, pusilânimes. Basta ver o que consta dos três depoimentos aqui reproduzidos.

Primeiro, Kaminski, um integralista que proclama: “nenhum dos grandes líderes integralistas participou deste levante”. Depois, Maestri, que admite: “teve lá uns caras que por conta própria fizeram uma besteira”. E por fim Mondin que desdenha: “claro que era fácil atribuir aos integralistas aquele levante, mas não foi”. Ainda que nenhum dos três depoentes negue o integralismo (afinal eles integravam uma organização política que se dizia herdeira da AIB), percebe-se em suas lembranças uma reordenação do passado integralista, um passado que se aproxima da memória histórica.

Na realidade, o movimento que culminou no golpe de 1938 contou com a expressiva participação de figuras significativas das hostes dos camisas-verdes (tais como Plínio Salgado, Loureiro Júnior, Barbosa Lima e Belmiro Valverde). Além disso, outros destacados membros da AIB envolveram-se superficialmente nos preparativos e aguardaram com ansiedade a realização do golpe e alimentaram fortes expectativas de assumir altos cargos no governo que se formaria (Miguel Reale e Gustavo Barroso, por exemplo).

O golpe de 1938 foi um dos principais fatos a partir dos quais se ordenou uma série de discursos que ridicularizaram o integralismo. Contudo, se, de um lado, 1937 consagrou-se como marco, como data necessária por onde passam as reflexões para se pensar os anos 1930 (e, na verdade, não só eles), por outro, 1938 não se afirmou como marco, como lugar em que a luta política teria sido decisiva. Não se afirmou nem mesmo na memória integralista – ao menos não na memória integralista enquadrada. Banido da memória histórica e também da memória integralista enquadrada, o golpe de maio de 1938 ficou praticamente órfão. E se não está totalmente órfão, é por existir uma memória coletiva integralista não enquadrada.

2.2.2 *Plínio Salgado: em nome da memória integralista*

Conforme foi aqui demonstrado, não há, efetivamente, em “estado puro”, uma memória integralista enquadrada e uma não enquadrada, mas, sim, uma memória nuançada por ambas. De qualquer modo, entende-se por memória integralista não enquadrada, a memória que guarda elementos de leitura interna ao

grupo que não estão partilhados na memória da sociedade em geral, ou seja, que não pertencem à memória histórica.

Quem quer que faça reflexões acerca da memória integralista, poderá constatar que, muitas vezes, os sujeitos sociais integralistas, saídos do próprio processo de luta, não conseguem se libertar do conjunto da memória histórica, não lhe opondo outro foco de reflexão.²⁷ Assim, tem lugar um esforço da liderança integralista para incluir, na memória histórica, elementos da memória integralista. Tal liderança não busca, necessariamente, a definição de uma temporalidade outra, em que os marcos da memória histórica não estejam presentes na memória integralista, mas, sim, busca integrar uma memória banida (a memória integralista) à temporalidade dominante, integrar elementos da memória integralista à memória histórica.

Frente a essas considerações, faz-se necessário agora analisar as posições de Plínio Salgado, como líder da bancada do PRP, na Câmara dos Deputados.

Durante a sessão realizada em 5 de julho de 1959 na Câmara dos Deputados, os parlamentares dedicaram todo o tempo a discursar em homenagem aos revolucionários de 1922, 1924, 1930 e 1932. Todos esses anos datam fatos que se tornaram marcos na história do Brasil, quais sejam, respectivamente: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, as revoltas tenentistas em São Paulo e no Rio Grande do Sul, a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932. A memória histórica ancora-se nestes fatos, fatos capazes de orientar uma temporalidade, pois que “pela obra da transubstanciação uma enorme gama de significações pode ser alocada aos episódios de um dia, de um mês, convertidos em fato histórico” (Vesentini, 1997, p. 26).

Cada uma das homenagens prestadas pelos deputados naquele 5 de julho de 1959 expressava a “existência de um conjunto de representações já situadas com relativa precisão para todos” (*idem*, pp. 32-33). Os mártires integralistas não estavam entre os homenageados e os marcos integralistas não eram ali lembrados.

Foi então que, diante daqueles discursos, o deputado perrepista Plínio Salgado pediu um aparte. Ele sabia que o esquecimento que recaía sobre o movimento integralista chegara ao limite. No entanto, naquele dia, ao fazer seu aparte, aquele deputado perrepista não nega e nem se opõe à memória dominante, seus mártires e fatos. Basta observar as suas primeiras palavras: “Nobre Deputado, estou ouvindo os oradores falarem sobre os movimentos revolucionários do Brasil numa justa homenagem àqueles que foram pioneiros de reformas sociais das mais importantes (...)” (Salgado, 1982, p. 455). De certa forma, Salgado demonstra que, para ele, nem todos os mártires que “merecem” ser lembrados estão citados nos discursos dos colegas parlamentares. E aí ele menciona os mártires integralistas que, para ele, faltava mencionar:

E, neste momento, não posso deixar de render homenagem aos mártires – e contamos com trinta e tantos deles – que foram assassinados e derramaram seu sangue para a implantação das idéias democráticas e de uma democracia verdadeiramente representativa dos anseios da Nação, à procura, também, como

todos os outros movimentos, daquele equilíbrio tão desejado desde a proclamação da República no nosso País [...]” (*idem*, p. 456).

Naquele momento, Plínio Salgado luta pelo direito à memória e se manifesta como que contestando o esquecimento da nação. Na realidade, ele quer ver o movimento que liderava incluído na memória como todos os outros movimentos. Por não se ver presente com seus camisas-verdes na memória histórica, Salgado sente-se injustiçado e luta para que seus mártires estejam disponíveis a todos, luta para que seus marcos – os do integralismo – sejam também, juntamente com os marcos já consagrados, marcos de toda a nação.

Anos mais tarde, o esforço de Salgado prosseguia. Privado de história, esquecido da nação e já quase no final de sua vida, ele insistia em incluir seus camisas-verdes – e, portanto, se incluir – na memória histórica há muito constituída. Na Câmara dos Deputados, durante a sessão de 10 de outubro de 1972, o deputado perrepista discursa e tenta incluir a data de lançamento do Manifesto de Outubro de 1932 no rol dos marcos históricos:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este ano de 1972 tem sido um ano de comemorações: a do Sesquicentenário da Independência; o quarto centenário de publicação de Os Lusíadas, de Camões; o cinqüentenário da Semana da Arte Moderna; o quadragésimo aniversário da Revolução Constitucionalista de São Paulo e, agora, o do lançamento do Manifesto de 7 de outubro de 1932, que fundou no Brasil a Ação Integralista Brasileira (*idem*, p. 505).

Ao fazer menção à Semana de Arte Moderna ou a Revolução Constitucionalista de 1932, Salgado dá pistas de que não pretende rever a memória histórica e seus grandes marcos. Não era sua pretensão fundar uma outra temporalidade, mas, sim, fazer com que a memória histórica abranja aspectos da memória integralista.

Entretanto, um dos parlamentares presentes àquela sessão reage, como que a indicar que, na memória já constituída, não há lugar para o integralismo. Em aparte concedido por Plínio Salgado, o deputado Alencar Furtado, depois de comparar o integralismo ao fascismo, separa, explicitamente, a memória histórica da integralista:

V. Ex.^a comemora os quarenta anos do seu manifesto. Nós, nobre Deputado Plínio Salgado – com o respeito à pessoa e à cultura de V. Ex.^a, contraditando hoje, ontem, e amanhã os pontos de vista radicais de V. Ex.^a, homenageamos hoje também, neste ano de 1972, os pracinhas que tomaram em Pistóia (*idem*, pp. 507 508).

No discurso do deputado Alencar Furtado percebe-se um mapeamento da diferença: ‘nós’ – a nação – homenageando os pracinhas que tomaram na Itália na luta contra o fascismo; V. Ex.^a, ‘fascista’, V. Ex.^a que

tem “pontos de vista radicais”, comemora o que nós não comemoramos, “os quarenta anos do seu manifesto”. O emprego do pronome possessivo “seu”, por Furtado, não deixa dúvidas: o manifesto integralista não pertence ao “nós”, a nação, mas a V. Ex^a, com quem “nós” estamos “contraditando hoje, ontem e amanhã”.

Durante toda sua vida política, Plínio Salgado realizou esforços pelo direito à memória. Tanto que, no trigésimo aniversário da Ação Integralista Brasileira, em 6 de abril de 1962, esse líder perrepista discursou no parlamento, sempre lembrando os marcos de “seu” movimento, tentando fixá-los na memória da nação brasileira. Estas foram algumas de suas palavras:

Sr. Presidente, a 7 de outubro de 1962 completam-se trinta anos do lançamento de um grande movimento por mim presidido, a Ação Integralista Brasileira. [...] O Partido de Representação Popular, herdeiro daquele movimento, entende ser oportuno reafirmar, perante a Nação, a doutrina que esposa [...]” (Salgado, 1982, p. 465).

Salgado se empenha continuamente em reafirmar – ou afirmar –, perante a nação, a doutrina do PRP, herdeiro do movimento por ele presidido trinta anos antes. Empenha-se em lembrar à nação os marcos do integralismo – a data de fundação da AIB, por exemplo. Mas seu empenho jamais obterá sucesso, ao menos no âmbito da memória histórica.

Entretanto, em pequenos grupos, a memória integralista sobreviveu. Existem pessoas que homenageiam os mártires integralistas, comemoram as datas importantes para o integralismo e dão ao golpe de 1938 um significado distinto do que lhe é atribuído na memória histórica. Em pequenos grupos, elas reverenciam Plínio Salgado que, mesmo após a morte, é por elas lembrado como um dos mais brilhantes vultos da nação. Portanto, nesses grupos, Salgado venceu, ainda que não tenha sido a eles que o chefe integralista tenha se dirigido.

2.3 Rememorando o golpe de 1938 ou a memória reabilitada

Um velho militante integralista, Gumercindo Rocha Dorea, ao escrever a apresentação²⁸ do livro *A verdade sobre o integralismo*, de Jayme Ferreira da Silva (1996), fez a seguinte indagação sobre o golpe de 1938: “Que ensinam os professores (...) sobre a tentativa de derrubar a ditadura getulista no impulsivo ataque ao Palácio Guanabara, em maio de 1938, e que se constitui num momento heróico da verdadeira História do Brasil?”.

Essa indagação de Dorea equivale à afirmação de que 1938 se constitui não apenas num momento heróico da história do Brasil, mas, muito mais: “da verdadeira História do Brasil”.

Quem são os heróis desse momento histórico ou da “verdadeira História do Brasil”? Um outro militante integralista, autor do referido livro apresentado por Dorea, Jayme Ferreira da Silva,²⁹ parece responder a essa questão, embora afirmando que o movimento que resultou no golpe de 1938 tenha sido “um

movimento nacional, extreme de intuits partidários” (Silva, 1996, p. 61). A resposta se encontra no discurso pronunciado por ele em 1947, na condição de vereador do PRP do Rio de Janeiro:

É preciso, porém, não esquecer que aos integralistas coube o sacrifício de sangue, deixando uma dezena de mortos no Palácio Guanabara, onde se destaca a figura heróica do bravo Tenente Júlio do Nascimento, comandante da resistência, que só ordenou a retirada ao amanhecer, quando tudo estava perdido. Não podemos esquecer a figura de um comandante, Nuno Barbosa de Oliveira, com seus bravos oficiais e marujos do inesquecível cruzador Bahia, nem a figura esplêndida de um Tenente Arnaldo Hasselman, que, desarmado e com reduzido número de sargentos e praças, tomou o Ministério da Marinha, aprisionou a sua guarda e deteve o regimento naval em peso, durante longas horas (*idem*, pp. 63-64).

O referido discurso de Silva na Câmara do Rio de Janeiro ocorreu no dia 9 de julho de 1947, quando ocorriam, na Europa, os Julgamentos de Nuremberg e se verificava a democratização do Brasil. Aquela conjuntura, de certa forma, representava, para a memória coletiva integralista marginalizada, uma circunstância favorável,³⁰ especificamente no que se referia ao golpe de 1938. Agora, aquele evento podia sair do espaço subterrâneo: no pós-guerra, é possível pôr à tona discursos sucessivos coerentes, nos quais o golpe de 1938 não é algo risível, ou traição ou contravenção. Agora, em 1945 –1947, o golpe de 1938 é sacrifício por uma pátria livre, e os “seus Arnaldo Hasselman”, os “seus Nuno Barbosa de Oliveira”, não são mais os “seus” covardes, mas os “nossos” bravos e inesquecíveis heróis. As memórias entrarão em disputa.

Naquele mesmo período, em 27 de outubro de 1946, durante a convenção do PRP no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Plínio Salgado foi eleito presidente do partido e fez um discurso no qual explicitava a posição integralista quanto à ditadura varguista e quanto aos mártires de 1938. Diante de seus pares, ele afirmou que o patriotismo de seus militantes “não transigiram com o golpe de estado de 1937, a ponto de terem sido os únicos brasileiros que derramaram o seu sangue para restaurar a liberdade” (Loureiro, 2001, p. 404).

Quando Salgado, naquele discurso de 1946, falou em derramamento de sangue, referia-se aos integralistas mortos no assalto ao Guanabara, ou seja, falava de integralistas anônimos do qual não se sabia sequer a quantidade exata e que, agora, eram os “soldados anônimos” que derramaram “o seu sangue para restaurar a liberdade”. E eles permaneceriam anônimos por mais dez anos, quando – ao que parece, pela primeira vez – tiveram seus nomes divulgados na obra de Olbiano Melo, publicada em 1957, sob o título *A marcha da revolução social no Brasil*.

Não poderia ter sido outra a leitura de Olbiano Melo quanto ao golpe integralista:

Êste levante foi uma das atitudes mais varonis do movimento do Sigma que, de um modo geral, em todos os seus quadros pelo país afora sentia-se vilipendiado pelos senhores da situação. Valeu como um protesto, embora tenha custado a vida de vários “camisas-verdes”, após serem presos, nos jardins do Palácio.³¹ (Melo, 1957, p. 128)

A memória integralista, que se manteve subterrânea e em silêncio durante a ditadura estadonovista, emergiu na segunda metade dos anos 1940, valendo-se da “ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação” (Pollak, 1989, p. 09), ou, como diria Proust,³² aproveitou aquele período e saiu dessas camadas e depósitos inferiores para a luz. De sua parte, o integralismo, como agremiação política, mesmo durante o período em que esteve ilegal (final de 1937 a 1945), veiculou em suas redes internas, nas relações entre amigos e familiares, a sua concepção do passado – do seu próprio passado – e, embora no âmbito do espaço público esta memória permanecesse em silêncio, ela sobreviveu.

Num primeiro momento pós-queda de Vargas, é impossível banir o golpe integralista da memória do grupo (dos integralistas). Plínio Salgado seria candidato pela AIB à presidência da República nas eleições que deveriam ocorrer em 1938. O movimento dos camisas-verdes estava mobilizado na expectativa de eleger seu chefe. No entanto, o golpe desfechado por Getúlio interrompeu este processo, mas contou com o apoio do próprio Plínio Salgado. Apoio cedido às escondidas, sem consulta às bases do movimento e, portanto, fonte de grandes dúvidas. Apesar de Salgado ter ajudado a dar sustentação ao processo de implantação da ditadura, a partir dela os integralistas sofreriam amargamente.

A história integralista é assim, óbvia: Getúlio interrompe o processo democrático, no qual estava inserido o movimento do sigma e persegue implacavelmente os milicianos integralistas que, não vendo outra alternativa optam pela ação de força para derrubar o ditador e retornar à ordem democrática. Sob essa perspectiva, o golpe integralista, embora não tenha sido bem sucedido, foi heróico, “valeu como um protesto” (Melo, 1957, p. 128).

O grupo integralista se reconhece na ação heróica de seus mártires que, visando a restauração da democracia perdida, deixaram o próprio sangue no Palácio Guanabara.

Essas leituras internas do passado, ou seja, esta memória coletiva integralista é força definidora de identidade e, como tal, não aceita as representações distintas de memória nacional oriundas de dentro do próprio grupo. A hostilidade às representações do passado que se distanciam das dos integralistas é delimitadora do espaço simbólico do grupo. Entretanto, quando da tomada de posições internas, manifesta-se uma ameaçadora falta de unidade na percepção do passado daquele grupo. A respeito disso, Michael Pollak esclarece:

Toda organização política – por exemplo, sindicato, partido etc. –, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de

dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização (Pollak, 1989, p. 10).

O integralismo veicula um seu passado em que o golpe de 1938 é visto como símbolo da bravura e heroísmo dos camisas-verdes. Entretanto, Belmiro Valverde, o principal personagem integralista no *putsch* de 1938, veio a ser, entre a segunda metade da década de 1940 e a década seguinte, uma das principais ameaças à memória integralista, exatamente em função de sua interpretação, de suas declarações heterodoxas. Há declarações dadas por ele à imprensa nas quais se constata, em algumas passagens, uma proximidade considerável com os discursos atribuídos a Severo Fournier. De forma recorrente, Valverde passou a usar, para se referir aos antigos companheiros, expressões como “gente tão desfibrada”, “conspiradores medrosos”³³, e com elas foi compondo a narrativa de ex-integrante do sigma.

Nas redes internas de transmissão da memória integralista, a reafirmação da versão mais adequada ao grupo era intensa. Exemplo disso é a matéria publicada no jornal integralista *A Marcha*,³⁴ em que Plínio Salgado assim narra o que ele chama de “história dos acontecimentos de 1938”:

Só os poucos integralistas que tomaram parte na intentona é que se portaram bravamente, deixando no terreno do combate nove mortos! Eu reprovei a indisciplina dos chefes desse grupo,³⁵ que sacrificaram nossos companheiros, mas não posso deixar de admirar a bravura desses rapazes. Essa é a história dos acontecimentos de 1938.

A afirmação da identidade daquele grupo depende muito da luta pela conformação da memória a um passado condizente com a “dignidade integralista” – daí a forte oposição dos integralistas às interpretações dissidentes.

Os integralistas não só combatem os “dissidentes da memória”, eles também se esforçam para que a memória do grupo de que fazem parte seja aceita como memória da nação – algo que os integralistas jamais obtiveram.

2.4 Permanência e exclusão: os difíceis caminhos da memória integralista

Embora banida da memória hegemônica, a memória integralista permanece entre alguns velhos camisas-verdes e já se estende a novas gerações. Resta agora fazer a análise da trajetória dessa memória e ver como ela enfrentou, numa árdua disputa com a memória histórica, as violências que sofreu no sentido de negar seu passado e, de uma forma ou de outra, aceitar o passado do outro, ou seja, aceitar a própria memória histórica sem nela estar incluída.

Por vezes, o empenho integralista ocorreu no sentido de enquadrar sua própria memória na do triunfador. Mesmo assim, constata-se que, apesar de tudo, a memória integralista sobreviveu (ao menos em pequenos grupos) com seus marcos, heróis e símbolos. Atualmente, militantes integralistas (como os integrantes do CEDI, do CEPH e da FPU) cultivam marcos que, apesar de históricos em sua memória, não se integram aos marcos dominantes da nação. Enfim, a memória integralista sobreviveu com uma representação de passado que não se confunde com a construída pela memória histórica. Não se confunde, inclusive, no que concerne à própria percepção do tempo. Na perspectiva da memória histórica, os poucos fatos acerca do integralismo que seriam percebidos (sempre para se enxergar a temporalidade do vencedor) permanecem no passado. Ou seja, esses poucos fatos entrevistados estariam encerrados no passado, na medida em que têm grande externalidade. Para a memória integralista, por sua vez, esse passado é ativo, é refeito cotidianamente e não passa.³⁶

Há, portanto, discrepâncias entre a memória integralista atual e a memória hegemônica, uma vez que a memória histórica produz sobre os militantes integralistas/nacionalistas um olhar marcado pelo estranhamento. A eles não caberiam outros adjetivos que anacrônicos, malucos, fantasmagóricos etc. Um expressivo exemplo disso é o Deputado Enéas Ferreira Carneiro, motivo de piadas em programas cômicos e de variedades. Ao mesmo tempo que é visto por muitos como uma aberração, o Sr. Enéas é visto por nacionalistas como uma referência política.

O informativo CEDI, de setembro de 2000, noticia uma “brilhante exposição do Dr. Enéas”, evidenciando a simpatia dos jovens nacionalistas pelo referido deputado. Eis um trecho:

No último dia 26 de junho, uma segunda-feira, o companheiro Marcelo Mendez, acompanhado do companheiro Murilo César Luís Alves, tiveram a grata satisfação de escutar uma palestra proferida pelo presidente do PRONA, Dr. Enéas Ferreira Carneiro, que tratou sobre a Privatização/Doação da Vale do Rio Doce, feita pelo governo entreguista de FHC.

A simpatia é recíproca. Em entrevista ao *New York Times*, quando indagado sobre sua opinião acerca do integralismo, “Enéas confessou uma certa simpatia por suas posições. ‘Isso foi antes’ do meu tempo, disse ele, mas acrescentou que ‘há algumas semelhanças entre nós e os integralistas’. ‘Todos os nacionalistas amam igualmente seu país’, afirmou ele”.³⁷ Além da representação carregada de comicidade ou de um ar fantasmagórico, outra representação comum reservada a militantes nacionalistas é a de saudosistas. Predomina sempre a idéia de que sejam “velinhos” que se reúnem para recordar idéias mortas para a sociedade em geral. Com o título *Nostalgia integralista no sul*, o *Correio Braziliense*, em 12 de julho de 1999 expressa bem essa representação. Depois de informar, na capital gaúcha, o local onde se reuniam vários integralistas com mais de sessenta anos, o conhecido jornal diz que: “Ali, as idéias semeadas e cultivadas durante mais de três décadas por Plínio Salgado, o mentor da doutrina integralista no Brasil, permanecem vivas”. É importante ressaltar a exata forma que delimita o espaço: “ali”, no endereço tal, as idéias

integralistas permanecem vivas. E mais: a redatora Diane Kuhn, na mesma matéria, revela certo assombro ao dizer que essas idéias são reverenciadas “até hoje”: “O movimento, originalmente inspirado nos regimes nazi-fascistas da primeira metade do século, é reverenciado até hoje no Rio Grande do Sul”.

Mas, a questão que se abre no momento é a de compreender esse assombro, ou melhor, o aspecto inverossímil da memória integralista atual. O que produz o espanto diante de reuniões integralistas? Espanto, diga-se, esporádico, pois que tais grupos não são vistos freqüentemente, e, sim, em aparições raras. Parte da resposta talvez esteja na citada “carta testamento” do jovem integralista Marcelo Mendez, escrita pouco antes do seu suicídio. Eis alguns trechos:

[...] não pensem que é uma fuga covarde! Não! É um supremo sacrifício que faço, como uma pessoa que conscientemente se sacrifica, se imola na defesa de sua Pátria, o nosso amado Brasil! [...] um bom integralista jamais se rende [...].
Termino aqui o meu testamento político! Meus inimigos deverão achar que com isso tiveram uma vitória completa, mas Deus e Nossa Senhora de Fátima, que é Padroeira do CEDI mostrarão a eles que foi “uma vitória de pirro”, momentânea! O CEDI É A FENIX INTEGRALISTA!
Pelo Bem do Brasil! Anauê!³⁸

O texto de Mendez (para não falar do gesto e de suas supostas motivações) soa como algo fora do ar, algo bastante estranho. Entretanto, ele encontra inteligibilidade no interior do grupo de militantes nacionalistas que se consideram militantes do movimento integralista. Seus destinatários estão num universo em que a doutrina integralista é a referência e o sacrifício em prol da pátria é uma grande virtude. Na doutrina de Plínio Salgado, o sacrifício e a dor são meios sublimes de “despertar a nação”. Foi, provavelmente, sob essa mesma perspectiva que, na “carta-testamento”, Mendez explica o seu gesto: “É um supremo sacrifício que faço, como uma pessoa que conscientemente se sacrifica, se imola na defesa de sua Pátria, o nosso amado Brasil!”.

A identidade integralista mantém-se por meio da memória. Ela é transmitida em histórias narradas dentro de grupos. São histórias que se “desdobram, como o jogo, num espaço excetuado e isolado das competições cotidianas, o do maravilhoso, do passado, das origens. Ali podem então expor-se, vestidos como deuses ou heróis, os modelos dos gestos bons ou maus utilizáveis a cada dia” (De Certeau, 2002, p. 84). Então, quando, antes do suicídio, Mendez menciona o “supremo sacrifício” e se reconhece “como uma pessoa que conscientemente se sacrifica, se imola na defesa de sua Pátria”, ele parece se situar no espaço do “maravilhoso, do passado, das origens”. Este espaço, transmitido pela memória, traz “repertórios de esquemas de ação” (*idem, ibidem*), repertórios que, no entanto, não são partilhados pela sociedade em geral, pois que pertencentes à memória a que chamamos de integralista.

Porém, conforme foi anteriormente demonstrado, na disputa entre memórias, a memória integralista não se impôs, embora tenha sobrevivido em alguns grupos. Isso equivale a dizer que a

organização da memória nacional (memória histórica) se fez com sucesso, ao menos no que concerne ao lugar do movimento integralista. Tanto assim que, nos “lugares de memória” da nação os símbolos integralistas não estão presentes sequer marginalmente. Quase que inexistem museus, monumentos à nação, praças, ruas e avenidas com os nomes dos “heróis” integralistas.

A tratar da questão da memória, Pierre Nora (1993, p. 08) afirma que “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história”. Mesmo diante de tal afirmação, quando se leva em consideração a espacialização do tempo, não há como negar que os *lugares* materializam e atualizam a memória. Neste sentido, é preciso discordar de Nora, para corroborar o estudo feito por Jacy Alves de Seixas, pois, segundo ela, “É porque habitamos ainda nossa memória – tão descontínua e fragmentada quanto o são as experiências da modernidade – e não porque estejamos dela exilados que lhe consagramos lugares, cada vez mais numerosos (...)” (Seixas, 2001, p. 44).

Os *lugares* contribuem para que a memória se perpetue – mesmo que não se trate de experiências vividas –, (re)atualizando o passado. Um exemplo sintomático de tal processo é dado por um ex-militante perrepista, Eduardo Martinelli, gaúcho, nascido em 1924. Durante uma entrevista cedida ao CD-AIB/PRP, em 1998, ele assim rememora a Intentona Comunista de 1935, da qual, efetivamente, não possui outra lembrança que não a oriunda de um monumento.³⁹

E aí? Aí veio a revolução de 35. A única lembrança que eu tenho da revolução de 35 é atual, que eu vou caminhar todos os dias lá no Parque Farroupilha, e tem um monumento aos mortos. Primeiro era só um, agora botaram mais dois. Um diz assim: religião “*nós batalhamos, morremos pela religião, pela Pátria...*”, quase é o nosso dístico, “*Deus, Pátria e Família*”, tem mais um, são quatro coisas, mas têm outra ordem. Então eu paro e elevo o meu pensamento, em nome dos 32 ou 35 que morreram ali, capitão e tudo. Tem um que o irmão dele era do Partido lá em Belo Horizonte, então eu, uma hora por semana eu paro ali e presto a minha homenagem.

Localizado fora do vivo, 1935 é lembrado porque está materializado. O tempo passado ganha o espaço público, e a sua representação – um monumento – indica os caminhos da memória. Aquele monumento erguido num parque possibilita que 1935 esteja na memória sem que tenha sido, no entanto, vivido.⁴⁰ Percebe-se, então, que a espacialização do tempo contribui para a definição de uma temporalidade, para a constituição de uma memória histórica. Trava-se, assim, uma luta pelo controle do passado na qual os integralistas serão derrotados e a memória crível será a memória histórica.

Ao falar dessa memória, Michael Pollak considerou que:

O problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização. Para que emerja nos discursos políticos um fundo

comum de referências que possam constituir uma memória nacional, um intenso trabalho de organização é indispensável [...] (Pollak, 1989, p. 9).

Esse “intenso trabalho” de que fala Pollak foi realizado e, embora com certa fragilidade, uma memória histórica se forjou. O Estado Novo propagou de forma acentuada esta memória oficial e, impondo a censura aos meios de comunicação, à cultura, “neutralizou” as divergências. Há, inclusive, um estudo de Maria Helena Capelato sobre a propaganda política no varguismo e no peronismo, em que a autora mostra a proximidade da propaganda política varguista com a dos regimes totalitários:

Os organizadores das propagandas varguista e peronista, atentos observadores da política de propaganda nazi-fascista, procuraram adotar os métodos de controle dos meios de comunicação e persuasão usados na Alemanha e na Itália, adaptando-os às realidades brasileira e Argentina (Capelato, 1998, p. 66).

Portanto, ao analisar o controle do Estado sobre os meios de comunicação nos regimes totalitários, Capelato constatou que esses regimes tentam suprimir “dos imaginários sociais, toda representação de passado, presente e futuro coletivos, distintos dos que atestam sua legitimidade e caucionam seu controle sobre o conjunto da vida coletiva” (*idem, ibidem*).

Em suma, o Estado foi capaz de definir, quanto aos anos 1930, os marcos importantes à nação, e esses marcos não são os relevantes para os integralistas – ao menos para os que não se aproximaram demasiadamente da memória histórica. Tanto assim que, no plano da materialização da memória e da espacialização do tempo, não se vê a memória integralista disponível a todos. Na disputa entre memórias, os integralistas não conseguiram dominar (ao menos não de forma substancial) a materialidade em que a memória se expressa, assim como a memória integralista não se constituiu parte integrante da memória histórica. E se os integralistas de hoje organizam atividades comemorativas como os aniversários de nascimento e de morte de Plínio Salgado, o aniversário da fundação da AIB, o aniversário do golpe de 1938, resta agora saber o que são essas comemorações para a nação.

Primeiramente, vale insistir: Plínio Salgado, o adorado Chefe Nacional dos integralistas, não ocupa os “lugares de memória” da nação. Apesar de ele ter sido o fundador e presidente do primeiro partido de massas e com caráter nacional do país e de ter estado presente de forma muito dinâmica na vida política e cultural brasileira por toda sua vida, não se encontra mais que uma praça e uma avenida com o nome Plínio Salgado, e mesmo assim em “regiões periféricas”.⁴¹ Enfim, a memória integralista não se impôs à nação, não conseguiu *lugares* onde seus heróis pudessem estar disponíveis a todos e onde ela fosse permanentemente atualizada. Mas em certos grupos, nos diminutos grupos de militantes nacionalistas, a Salgado prestam homenagens. Celebram-lhe o aniversário de nascimento e de morte – celebram, em suma, o que não é celebrado. Na memória histórica Plínio Salgado foi inicialmente o outro, o anti-herói, o fascista, e, em seguida, o esquecido ou, noutras palavras, o liquidado nas águas do *Lete*. Na construção da memória histórica,

opera-se a simplificação do passado, que se torna unitário e, neste processo, não só agentes são excluídos, mas também fatos.

Aqui se faz necessárias algumas considerações quanto a 1938. Em 2001, no mausoléu dos “mártires integralistas”, localizado no cemitério do Caju (Rio de Janeiro), os integralistas ligados ao CEDI comemoraram os 63 anos da tentativa de tomada do palácio Guanabara. Entretanto, quem se debruçar sobre o passado, verá que 1938 não está lá, não se constitui enquanto local a partir do qual se deva fazer reflexões em busca de compreensão da história nacional. Isso contrasta com a representação aceita de dois outros momentos: 1930, ano da revolução, e, 1937, ano do golpe desfechado por Vargas. Ambos podem ser considerados, na esteira de Carlos Alberto Vesentini (1989), uma espécie de fio ou corrente tomados *a priori* como decisivos daquele período. São, portanto, fatos históricos “possíveis de serem encontrados muito após como representações aceitas, assumidas, para uma multiplicidade de pessoas” (Vesentini, 1989, p. 34). Então, se o golpe integralista de 1938 não está presente na memória histórica é porque não se constituiu fato histórico⁴² na temporalidade dominante. O mesmo se pode dizer, obviamente, dos integralistas mortos naquele mesmo episódio de 1938: quem são eles? Quais seus nomes? Quantos anos tinham ao se engajar na conspiração golpista? Estas são perguntas que a memória histórica não pode – e nem tem interesse em responder.

Atualmente, os militantes comparecem às reuniões do CEDI com a camisa verde, as calças pretas e os sapatos também pretos, tal como acontecia nos anos trinta, com a diferença de que o sigma, agora, aparece de forma mais discreta (em prendedores de gravatas). As solenidades da entidade se iniciam com a execução do hino nacional, seguido pelo hino dos integralistas e pelo hino de Nossa Senhora de Fátima, padroeira do respectivo Centro. Seus integrantes se cumprimentam levantando o braço direito, espalmando a mão e bradando um *anauê*.⁴³ É “soltando o mesmo grito, pronunciando a mesma palavra ou executando o mesmo gesto em relação a algum objeto que eles (os indivíduos) ficam e se sentem em uníssono” (Durkheim, 1960, p. 231). Todos os símbolos utilizados por eles exprimem a continuidade com o passado, mas com um passado estigmatizado. Se, como expõe Montserrat Guibernau (1997, p. 93), “os símbolos são empregados, em geral, como elementos-chave em rituais comuns que reúnem os membros da nação a intervalos regulares”, os símbolos utilizados pelos atuais integralistas não são os compartilhados pela nação e, efetivamente, tornaram-se estereotipados.

Assim, é por celebrar o que não é celebrado, por homenagear quem não é homenageado, por empregar em seus rituais símbolos não compartilhados, que os atuais integralistas passam por fantasmagóricos. Mergulhados que estão na memória coletiva integralista, diante da memória histórica, os atuais integralistas não são vistos, ou, quando o são, a eles não é dada qualquer relevância. Porém, esses militantes alimentam a esperança de que um dia ocorrerá o “despertar da nação”, algo que começou – para eles – a acontecer nos anos 1930, mas que foi abruptamente interrompido. Acreditam que esse processo possa ser retomado, e que eles, como Plínio Salgado antes mesmo da fundação da AIB, possam ouvir os passos da

nação: “-Escutem...Há um rumor de passos...O Brasil está andando...São multidões que crescem de todos os lados. Não são barulhos do mar, nem das florestas, nem do vento. Ouço passos andando...” (Salgado, 1981, p. 241).

Essa idéia – a de que ainda continua a difícil porém inexorável marcha nacionalista – está muito presente entre os atuais militantes. É o que indica, por exemplo, o boletim *A Pátria* (2000, nº 5) em que se pode ler o seguinte texto de chamada de novos militantes: “**Nada detém a marcha nacionalista! Junte-se a nós!**”. Contudo, não obstante tão grande e duradoura esperança, de qualquer modo, o que se observa é que a memória integralista, em seu confronto com a memória histórica, não pôde vencê-la, mas sobrevive. Uma sobrevivência que se fez ao custo de ter ela permanecido à margem da memória dominante. Ao custo de qualquer um dos seus símbolos e rituais, seus personagens, acontecimentos e lugares não ter encontrado correspondência com os da memória histórica.

Tomando a identidade no sentido da imagem de si, para si e para os outros, e a memória, um aspecto fundamental da identidade, e, ao mesmo tempo, percebendo na disputa entre memórias a derrota da memória integralista, então é possível compreender a imagem de fantasmagórico e inverossímil que esses grupos integralistas atuais têm diante das majorias, isto é, dos indivíduos que se identificam com a memória histórica.

Tudo somado, espera-se já estar explicitado que a memória histórica não deixa margem para memórias rivais. Em razão disso é que os integralistas (que não se enquadraram na memória dominante) não têm a possibilidade de ser compreendidos pela sociedade em geral. Grande parte dos seus referenciais continua não disponível, ou melhor, são elementos ausentes na memória mais partilhada. Isso imprime certo ar fantasmagórico aos integralistas. E não só a eles. Também os eventos marcantes na leitura interna dos integralistas têm este ar fantasmagórico, pois também eles não estão presentes nas representações mais gerais do passado. Portanto, indivíduos e eventos, quando não indicados pela memória histórica, são condenados ao esquecimento e, se acaso são vistos, são considerados ‘estrambóticos’.

Em 6 de maio de 1998, Roberto Pompeu de Toledo, na revista *Veja*, publicou um artigo acerca do golpe integralista ocorrido praticamente 60 anos antes, intitulado *Noite do barulho no Palácio Guanabara*. Nele, Toledo tece as seguintes considerações: “O levante integralista está fazendo sessenta anos. Foi um dos mais estrambóticos da História brasileira (...)”. Diria ainda que “o ano de 1938, visto de hoje, parece ficção. Encoberto pela fumaça do tempo, soa inverossímil”. Ao mencionar, em seguida, os integralistas, o articulista da revista de maior circulação nacional desafia: “Convença-se o leitor incrédulo, no entanto, de que os camisas-verdes realmente existiram (...)”.

Esse texto de Toledo não deixa dúvidas: o que se relaciona ao integralismo é estrambótico, inverossímil, soa a ficção. O que não soaria de forma alguma a ficção seria o golpe que implantou o Estado Novo. Até mesmo no meio nacionalista, a vitória da memória histórica é visível. Marcelo Mendez, em entrevista a Rodrigo Moraes,⁴⁴ afirmou: “Queremos tirar o integralismo da lata de lixo da História, onde foi colocado, injustamente, por Getúlio (Vargas)”.

De qualquer modo, o integralismo foi um movimento de tamanha vitalidade que engendrou uma memória coletiva que, mesmo derrotada, vai sendo transmitida com grau mínimo de negociação junto aos grupos externos ao movimento nacionalista. Neste ponto, mais uma vez, é Pollak quem esclarece:

Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros (Pollak, 1992, p. 204).

Mas se, no entanto, Pollak diz apenas que: “ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros”, cabe aqui uma complementação: ninguém pode, a não ser sob o risco de se tornar um “ser inverossímil” com um “passado estrambótico”. Ainda que assim seja – e apesar de tantas outras violências sofridas pelos integralistas, de suas derrotas na vida política e também de suas derrotas nos embates pelo controle da memória da nação – a memória integralista sobrevive nos termos em que Marc Ferro (1994, p. 297)⁴⁵ proclamou: “sobrevive, autônoma e intacta, e permanece muito viva, apesar de todas as denegações da história oficial (...) Voltada para si mesma – não para o exterior –, (...) perece com o tempo, de pé, por assim dizer, e volve-se em poeira”.

NOTAS

- ¹ Ao falarmos em “ancorar a memória” estamos partindo da análise desenvolvida por Maurice Halbwachs (1990) acerca da memória coletiva. Aquele sociólogo francês afirma que “a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens (...)” (p. 53). E ainda, ao tratar da facilidade de nos lembrarmos de determinados fatos, afirma que: “é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los” (p. 49).
- ² A comemoração foi noticiada pelo jornal O Estado de São Paulo, edição de 8 de outubro de 2001, e no Jornal do Brasil, de 14 de outubro do mesmo ano.
- ³ O encontro iniciou-se com um almoço no restaurante “Amarelinho” na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro. Mais tarde, uma missa foi celebrada pelo padre integralista Afonso Crispim na Igreja de Santo André. Entre outros, compareceram ao evento: Arcy Lopes Estrella, Benedito de Aquino, Alfredo Pinto de Moraes, César Augusto da Silva (veteranos camisas-verdes), Paulo Henrique Cruz (veterano do PRP), o jovem Nilton Moreno de Oliveira (CEHP/SP) e os jovens do CEDI, Marcelo Mendez, Flávio Silva, Guilherme Rafael Alves e Breno Silva.
- ⁴ Tanto o texto explicando o gesto do suicídio quanto a carta-testamento foram enviados por Marcelo para algumas pessoas via internet. Entre estas, encontra-se a pesquisadora sobre o integralismo Dra. Lídia Maria Vianna Possas (Unesp – Bauru) a quem sou grato por tê-los colocado disponíveis a outros pesquisadores.
- ⁵ Carta datada de 18 de setembro de 2000, Rio de Janeiro. Arquivo pessoal de Cleiton Oliveira.
- ⁶ Informação disponível no site da entidade.
- ⁷ O site é: <http://www.integralismo.org>.
- ⁸ Essas outras cidades são: Foz do Iguaçu (PR), Matão (SP), Guarulhos (SP), Santos (SP), Santa Gertrudes (SP), Atibaia (SP), Ribeirão Preto (SP) e Barra do Piraí (RJ).
- ⁹ No local encontram-se enterrados os 11 integralistas mortos no levante de 1938.

- ¹⁰ O Congresso realizou-se na cidade de Goiânia (GO), no dia 20 de julho de 2002, nas dependências do Museu Zoroastro Artiaga.
- ¹¹ O discurso de Cleiton foi reproduzido na íntegra em circular geral da FPU do dia 15 de novembro de 2002.
- ¹² As cidades são: Santos (SP), São Paulo (SP), Guarulhos (SP), Ribeirão Preto (SP), São Bernardo do Campo (SP), Cubatão (SP), Lagoa da Prata (MG), Juiz de Fora (MG), Bento Gonçalves (RS), Goiânia (GO) e Manaus (AM).
- ¹³ Cleiton Oliveira é presidente do CEPH – Goiânia (GO) e também membro da FPU.
- ¹⁴ Boletim Informativo CEPH – A Pátria, ano III, nº 11, jan-fev de 2001.
- ¹⁵ Boletim Informativo CEPH – A Pátria, ano II, nº 4, jan-fev de 2000.
- ¹⁶ Gustavo Barroso foi uma das maiores expressões da AIB, era membro do Conselho Supremo e ainda Chefe do Departamento da Milícia. Barroso morreu em 3 de dezembro de 1959.
- ¹⁷ Boletim Informativo CEPH – A Pátria, ano II, nº 10, nov-dez de 2000.
- ¹⁸ Estrella nasceu em 1917 e entrou para a AIB aos 15 anos de idade, no primeiro ano de existência da organização. Participou da fundação do PRP e construiu em sua própria casa o Centro Cultural Plínio Salgado em São Gonçalo (RJ). Segundo a pesquisadora Márcia Carneiro (2002), Estrella teve toda a sua vida pautada pelos ideais doutrinários do integralismo e era o principal editor dos periódicos integralistas da atualidade. Estrella morreu no final de 2003. Em sua missa de 7º dia estavam presentes velhos militantes integralistas e, também, jovens, entre estes, o atual presidente do CEDI, Arnóbio Bezerra (que é seu conterrâneo de São Gonçalo).
- ¹⁹ Tristão de Athayde era o pseudônimo usado por Alceu Amoroso Lima.
- ²⁰ Em viagem pela Europa, em 1930 – ou seja, antes mesmo da fundação da AIB –, Plínio Salgado teve a oportunidade de conhecer o Duce. Na ocasião, não escondeu o fascínio que este, bem como o seu regime lhe provocaram.
- ²¹ Victor Pujol, na AIB, era membro da Câmara dos Quarenta e diretor de O Monitor Integralista, jornal oficial de divulgação da AIB.
- ²² KOSELECK, Reinhart. Futuro pasado – para una semántica de los tiempos históricos. Paidós: Barcelona, 1993.
- ²³ Quando Plínio Salgado partiu para o exílio, ele encarregou Raymundo Padilha de dirigir o integralismo durante sua ausência. Ao serem preteridos e vendo desrespeitada a ordem hierárquica do movimento, Miguel Reale e Gustavo Barroso consideraram-se desligados da AIB. Nem depois, com a fundação do PRP, retornariam ao movimento.
- ²⁴ O caso do enquadramento da memória de Reale é curioso, pois que a violência por ele sofrida foi por muitas vezes explícita – como quando reassumiu a cadeira de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, no dia 21 de julho de 1943. Em sua primeira aula, taquígrafada por um aluno, ele escutou, entre outras questões, a leitura de uma mensagem enviada aos estudantes de direito de São Paulo pelo 6º Congresso Nacional dos Estudantes reunido no Rio de Janeiro, da qual transcrevemos um pequeno trecho: “Os estudantes de todo o Brasil, reunidos em sessão plenária do 6º Congresso Nacional de Estudantes, enviam a seus colegas da tradicional Faculdade de Direito de São Paulo sua entusiástica solidariedade à patriótica reação que estão opondo à ignominiosa intromissão do fascista Miguel Reale no corpo docente dessa Escola. (...)” (Reale, 1987, p. 183).
- ²⁵ Rubem Nogueira filiou-se à AIB no início de 1934, quando era aluno da Faculdade de Direito da Bahia. Sua filiação ao PRP data de 1945. Em 1947, foi eleito deputado estadual na Bahia, único pela legenda. Em 1955, foi novamente eleito deputado estadual pelo PRP e, em 1958, foi candidato a deputado federal obtendo a segunda suplência da coligação. Assumiu a cadeira de deputado federal em 1961. De 1963 a 1967, ficou como primeiro suplente de deputado federal, tendo assumido o cargo por apenas quatro meses. De 1967 a 1971 foi deputado federal pela ARENA.
- ²⁶ Hélio Trindade (1974, p. 160) ao pesquisar as motivações individuais de adesão ao integralismo, constatou que “a motivação principal que ocasionou a adesão de cerca de dois terços dos integralistas foi o anticomunismo”. Trindade explica que a pergunta foi formulada da seguinte maneira: “Como explica sua adesão ao integralismo?”. As entrevistas com os militantes foram conduzidas pelo próprio Trindade.
- ²⁷ Essas reflexões nos foram possíveis a partir do estudo das análises realizadas por Carlos Alberto Vesentini, especialmente das contidas em A teia do fato – uma proposta de estudo sobre a memória histórica, sua tese de doutoramento, publicada pela HUCITEC.
- ²⁸ Trata-se de apresentação na orelha do livro.
- ²⁹ Jayme Ferreira da Silva foi militante da AIB e se elegeu vereador da cidade do Rio de Janeiro em 1946 pelo PRP. O livro A verdade sobre o integralismo, organizado pela Edições GDR, trata de discurso pronunciado na Câmara do Rio de Janeiro, durante a sessão de 9 de julho de 1947 pelo citado vereador. Nesse discurso, ele defende o integralismo dos ataques que vinha então sofrendo de outros vereadores, entre eles Agildo Barata e, especialmente, do jornalista Carlos Lacerda.

- ³⁰ Esta condição favorável é ambígua: o integralismo traz consigo representações extremamente negativas percebidas pela sociedade em geral, como a de ser o fascismo brasileiro. Entretanto, no momento em que o país se democratizava, era possível usar o golpe de 1938 como luta contra a ditadura.
- ³¹ “Neste episódio, foram mortos, após dominados e desarmados no Palácio Guanabara, os seguintes “camisas-verdes”:
Tte. Teófilo Otoni Jaccoud, Dionísio Pereira da Silva, Mário Salgueiro Viana, Waldemiro Petrone, José Rodrigues, Luiz Cândido, Manuel Gomes Vidal, Artur Pereira de Holanda e Cabo Juvêncio Henrique Pereira Dias”. (Melo, 1957, p. 128).
- ³² Marcel Proust utiliza muito essas metáforas geológicas em seu clássico. Em busca do tempo perdido.
- ³³ Estas expressões em particular, foram extraídas de uma entrevista concedida por Belmiro Valverde ao Correio da Manhã, jornal carioca, em edição de 12 de julho de 1959.
- ³⁴ A Marcha, data não identificada. Arquivo Municipal de Rio Claro.
- ³⁵ Salgado refere-se basicamente a Belmiro Valverde. Na versão de Salgado, Valverde não esperou as ordens do chefe militar do golpe, General Castro Júnior, precipitando a ação e colocando tudo a perder. Já em sua própria versão, Belmiro Valverde conta que possuía uma carta do Chefe Nacional autorizando-o a iniciar a ação quando assim achasse conveniente e, ainda, que a idéia, em caso de fracasso do golpe, seria exatamente a de poupar o Chefe, atribuindo o levante a uma “ala revolucionária” do integralismo. Valverde sustentou esta versão até 1945, quando mudou de posição.
- ³⁶ Márcio Seligmann-Silva apresenta interessante perspectiva sobre o tempo, focando sua análise no embate historiografia versus memória. In: SILVA, Márcio Seligmann-Silva (org.). História, memória e literatura – o testemunho na era da catástrofes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- ³⁷ Edição de 10 de novembro de 2002.
- ³⁸ A carta testamento de Marcelo Mendez, como já foi dito, foi enviada, por ele próprio, via internet para algumas pessoas. Tive acesso a esse documento graças à gentileza da Dr^a Lídia Possas.
- ³⁹ Depoimento de Eduardo Martinelli, 1998, p. 21. CD-AIB/PRP, Porto Alegre-RS.
- ⁴⁰ Obviamente, na memória oficial, 1935 é revivido como atentado e o monumento erguido em Porto Alegre homenageia aqueles que lutaram contra os comunistas.
- ⁴¹ Em 1977, foi inaugurada a praça Plínio Salgado, em Rio Claro (SP). E, em 1979, foi inaugurada a Avenida Plínio Salgado, em Varginha (MG).
- ⁴² Aqui entendemos fato histórico como um fato que cresce como idéia, como significação no a posteriori, portanto como um local onde se ancora a temporalidade.
- ⁴³ Anauê é uma palavra tupi. É traduzido mais correntemente como “você é meu irmão”.
- ⁴⁴ Parte desta entrevista circulou na Internet, em matéria redigida por Rodrigo Moraes e intitulada Ação Integralista ainda vive, com ajuda da Internet.
- ⁴⁵ O trabalho de Ferro trata de representações do passado que não se tornaram hegemônicas. Obviamente, ele não trabalha o integralismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento integralista vivenciou uma complexa trajetória política: de ascendente organização com chances reais de chegar ao poder à mais completa derrota, que vetou a sua presença no processo político brasileiro. Depois de derrotado politicamente, esse sofreu uma segunda derrota: no espaço da memória. Dessa forma, as experiências vividas pelo integralismo compõem hoje o debate acerca do embate entre as memórias: memória histórica, entendida como a memória do vencedor, e a memória integralista, entendida como memória coletiva nos termos desenvolvidos por Halbwachs (1990).

São bastante sinuosos os percursos da memória histórica quanto ao movimento integralista. Desvendá-los é, inclusive, recuperar, discursos performativos emitidos especialmente em 1938 e no período 1945-1947, algo que aqui se fez com o fim de compreender como se definiu o lugar do integralismo, um lugar que, diga-se, beira o esquecimento.

Esta investigação trata, portanto, do processo de construção da memória histórica e, mediante ela, foi possível constatar que o golpe de 1938 é fato central para a produção de uma leitura sobre o integralismo. Aquele foi um golpe desferido contra a ditadura recém-instaurada e, portanto, capaz de definir os camisas-verdes como inimigos do Estado. O papel de narrá-lo coube, inclusive à imprensa, que submetida, associou aos integralistas a idéia de desordem, de traição e de covardia. Realmente, não foram poucos os discursos lançados na grande imprensa com o poder de fixar, na memória histórica, as idéias-imagens concernentes aos integralistas.

Àquela primeira derrota do movimento integralista na produção da memória somou-se uma outra mais decisiva ainda, quando, durante o pós-Segunda Guerra, o integralismo foi associado ao nazi-fascismo, ou, mais precisamente, à percepção de nazi-fascismo construída após o fim da guerra. Naquele momento, as representações acerca do integralismo e do golpe de 1938 voltaram a ocupar espaço na mídia brasileira. Tanto nos grandes jornais quanto na revista *O Cruzeiro*, revista de grande circulação na época. Acrescentou-se a pecha de nazista e/ou fascista ao discurso produzido no final dos anos 1930 sobre o integralismo. Dali por diante, o movimento integralista foi sendo interdito, ao mesmo tempo em que, estrategicamente, deslocavam-se as críticas da época de Getúlio Vargas (que foi efetivamente ditador) para o movimento integralista (o “fascismo brasileiro”). Os caminhos da memória, estabelecidos durante o Estado Novo, continuaram sendo trilhados, e Vargas é o agente histórico decisivo do período. Os integralistas, por sua vez, são considerados desimportantes e identificáveis à semelhança do mal do pós-guerra – o nazismo –, devendo, portanto, ser banidos do espaço político e, mesmo, da memória.

Mas é nos livros didáticos de história que melhor se percebem os vestígios do processo de construção de uma percepção de passado compartilhada – a que se chama memória histórica. Cada qual contribui, à sua maneira, para a construção/perpetuação da memória do vencedor. Nos textos de didáticos foi

possível verificar a simplificação do passado, no qual o integralismo só é entrevisto como ator coadjuvante que ajuda na compreensão do fato representado como o mais decisivo do período: a implantação do Estado Novo.

Na realidade, nestes textos de “vulgarização da história”, é possível verificar não apenas como a equivalência simbólica integralismo igual a fascismo tem sido mantida e o veto ao integralismo, reiterado, mas também como Getúlio Vargas e o “seu” Estado Novo conseguiram se livrar de qualquer associação ao fascismo e como se abriu o caminho para a imposição da memória varguista. Aliás, na história contida nos livros didáticos de história, encontra-se um movimento integralista já previamente derrotado. As múltiplas possibilidades e expectativas existentes para os agentes integralistas no desenrolar do jogo político não podem ser neles percebidas, mesmo porque, quando seus autores os escreveram, não só já se conhecia o futuro no qual os integralistas foram derrotados como também já se havia imposto a memória histórica. Simplificava-se, assim, o passado, fazendo desaparecerem as nuances e possibilidades que estavam presentes no passado num momento em que o futuro ainda se encontrava aberto, num momento em que ainda não havia o “futuro passado”. Fazer a análise de cada um deles, sob essa perspectiva, é, portanto, ter a chance de ver o quanto que a memória histórica e a história nos didáticos estão imbricadas.

Também a memória integralista deixou seus rastros. Durante um período razoavelmente longo (dos anos 1930, período áureo do movimento, à década atual), ela foi se definindo, com várias nuances, numa complexa trajetória, que abrange desde o processo de seu enquadramento à memória histórica até a sua sobrevivência nos dias atuais. Apesar de tantos esforços, de qualquer forma, a memória integralista não motivou a rearticulação do movimento integralista, o que pôde ser demonstrado pela pouca representatividade do PRP. Nem mesmo durante a democratização iniciada em 1945, quando já se falava claramente sobre o integralismo com o objetivo de produzir uma nova interpretação do passado, foi possível desatar o nó que uniu fascismo e integralismo. Ainda que aqui não se tenha discutido tal identificação, mas seus usos e desdobramentos políticos, esta pesquisa permite concluir que, decorridos mais de sessenta anos, a comparação entre fascismo e integralismo resiste, tornando-se mesmo quase que natural.

Mesmo assim, a memória integralista regressou, ainda que tímida, ao debate político. Com o fim do Estado Novo e a retomada da ordem democrática em 1945-1946 criaram as condições para a emergência desta memória por meio de uma articulação política que permitiu a criação de um novo partido (PRP) vinculado às lideranças integralistas. Esse regresso foi mediado pelo partido, por intelectuais e por militantes que sentiram a necessidade de recompor suas próprias trajetórias políticas marcadas pelo integralismo. Sem dúvida, o enquadramento da memória integralista adveio dessa recomposição, mediante um processo marcado tanto pela violência simbólica exercida pela memória histórica quanto pelo esforço das lideranças e dos militantes integralistas para se adequarem ao mundo pós-1945.

Em síntese, pode-se dizer que o veto ao integralismo produziu a percepção do movimento do sigma como estigma e a transformação da mística dos camisas-verdes em motivo de chacota. Nesse contexto

adverso, gestou-se, então, uma identidade negativa que não foi capaz de agregar a comunidade política integralista em torno da defesa do movimento, atitude esta sem qualquer eficácia política perante a estrutura repressiva do Estado Novo. A visibilidade do movimento foi atingida a ponto de decretar-se o banimento do integralismo tanto do cenário político quanto da memória. Dessa forma, definiu-se uma certa gestão do esquecimento da experiência integralista. E a essa gestão vinculava-se a impossibilidade de atualização do passado integralista, uma vez que qualquer alusão que se fizesse ao integralismo passou a ser acompanhada pela sua identificação com o fascismo. O veto ao passado impedia a reflexão no presente e, obviamente, comprometia qualquer possibilidade futura de rearticulação do movimento.

Surpreendentemente, no entanto, constata-se a presença do ideário integralista no final do século XX. Aparentemente, trata-se de um movimento saudosista sem qualquer chance de constituir-se em opção política. Todavia, se se levar em conta a reorganização de setores conservadores, evidenciada durante as eleições de 2002 – quando Enéas Carneiro foi eleito como o mais votado deputado brasileiro –, talvez seja possível atribuir maior importância ao ressurgimento de movimentos dessa natureza.

Com certeza, o projeto político integralista não foi banido nem derrotado completamente: afastado do mundo político, permaneceu, como fantasma, a assombrar os homens, esperando alguma chance de reencarnação.

FONTES

1 DOCUMENTOS INTEGRALISTAS

Carta aberta à nação, 1945.

Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1938.

Circular Geral – FPU. Santos, 11 de novembro de 2002.

Depoimento de Eduardo Martinelli. In: CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana, BATISTA, Neusa. Porto Alegre: CD-AIB/PRP, 1998.

Estatutos da Ação Integralista Brasileira, aprovados no I Congresso Integralista (Vitória – ES, 1934). Arquivo Municipal de Rio Claro – SP.

Estatutos da Ação Integralista Brasileira, aprovados no II Congresso Integralista (Petrópolis – RJ, 1935).

Manifesto de Outubro, 1932.

2 JORNAIS INTEGRALISTAS

A Pátria. Boletim informativo CEHP. Ano II, nº 4, 5 e 10, 2000. Ano III, nº 11, 2001. Santos – SP.

Informativo CEDI. Nº 12. Rio de Janeiro: setembro de 2000.

Idade Nova, 25 de setembro de 1947.

Monitor Integralista, 6 de maio de 1934.

3 IMPRENSA¹

Correio Braziliense – Brasília. 12.7.1999.

Diário da Noite. São Paulo. 28.04.1945 – 30.04.1945.

Jornal do Brasil. 14.10.2001.

Jornal do Comércio – Rio de Janeiro. 12.5.1938.

O Correio da Manhã – Rio de Janeiro. 12.7.1959.

O Correio do Povo – Porto Alegre. 11.5.1938 – 12.5.1938 – 1.10.1950.

O Diário de Notícias – Porto Alegre. 11.5.1938 – 12.5.1938.

O Diário de S. Paulo. 19.1.1938 – 20.1.1938 – 2.12.1945.

O Estado de São Paulo. 8.10.2001.

O Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. 14.10.2001.

Revista Manchete. Edição de 12 de outubro de 1968.

Revista Veja. Edição de 6 de maio de 1998.

Zero Hora – Porto Alegre. 30.07.1999.

4 LIVROS DIDÁTICOS

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. *Toda a história – história geral e história do Brasil*. 12ª edição. São Paulo: Ática, 2003.

BANDECCHI, Brasil. *História do Brasil*. 3ª edição. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes, 1972.

Da MATTA, Ary. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1946.

DORIGO, Gianpaolo; VICENTINO, Cláudio. *História para o ensino médio – história geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2003.

HERMIDA, Antônio José Borges. *História do Brasil*. 69ª edição. São Paulo: Editora do Brasil, 1958.

LESSA, Barbosa. *Nova história do Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1967.

LOBO, R. Haddock. *História contemporânea e história do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1959.

MORAES, Ana Maria de; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *História fundamental do Brasil*. 3ª edição. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1974.

TAPAJÓS, Vicente. *História do Brasil*. 11ª edição. São Paulo: Companhia editora nacional, 1963.

NOTA

¹ Os jornais consultados foram muitos. Por exemplo, em relação ao Jornal do Comércio, procuramos matérias concernentes ao integralismo em exemplares diários compreendidos entre outubro de 1932 e maio de 1938. Portanto, optamos por citar como fonte apenas os jornais citados no corpo da dissertação.

BIBLIOGRAFIA

1 OBRAS INTEGRALISTAS

BARROSO, Gustavo. *A palavra e o pensamento integralista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001.

MELO, Olbiano de. *A marcha da revolução social no Brasil (ensaio histórico-sociológico do período 1922 a 1954)*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1957.

NOGUEIRA, Rubem. *O homem e o muro, memórias políticas e outras*. São Paulo: edições GRD, 1997.

PUJOL, Victor. *Rumo ao sigma*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1936.

REALE, Miguel. *Memórias*. Vol. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 1987.

_____. *Obras políticas: 1ª fase – 1931-1937*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983.

SALGADO, Plínio. *A doutrina do sigma*. São Paulo: Empresa Gráfica “Revista dos Tribunais”, 1935.

_____. *A quarta humanidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. *Discursos parlamentares (Perfis Parlamentares, 18)*. Sel. e int. de Gumercindo Rocha Dorea. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

_____. *Livro verde da minha campanha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira S.A., 1956.

_____. *O esperado*. 5. ed. São Paulo: Voz do Oeste; Brasília: INL, 1981.

_____. *O integralismo na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Clássica Brasileira, 1958.

_____. *O integralismo perante a nação*. Obras completas. v. 9. São Paulo: Editora das Américas, 1956.

_____. *O que é integralismo*. Obras completas. v. 9. São Paulo: Editora das Américas, 1956.

2 OBRAS GERAIS

ABREU, Alzira Alves de et alii (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

AZEVEDO, Ricardo de; MAUÉS, Flamarion (org.). *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

- BARBOSA, Francisco de Assis. In: LIMA, Alceu Amoroso. *Memorando dos 90: entrevistas e depoimentos / Alceu Amoroso Lima; textos coligidos e apresentados por Francisco de Assis Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 7. ed. Contexto, São Paulo: 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. *Ce que parler veut dire (l'économie des échanges linguistiques)*. Poitiers: Fayard, 1982.
- CALIL, Gilberto Grassi – SILVA, Carla Luciana (Orgs). *Velhos integralistas – a memória dos militantes do sigma*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra – a formação do PRP (1945-1950)*. (Coleção história). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- CARNEIRO, Márcia. *Memória e integralismo: um estudo da militância no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, UFF> Rio de Janeiro, 2002.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo: 1937-1945*. (Coleção corpo e alma do Brasil). São Paulo: Difel, 1976.
- CARVALHO, Anelise Maria Muller de et alli. Aprender quais histórias?. In: *Revista Brasileira de História: Cultura e linguagens*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 7, n. 13, pp. 153 – 164, setembro de 1986/fevereiro de 1987.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas: David Nasser e o Cruzeiro*. São Paulo: SENAC, 2001.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1982.
- CHAUÍ, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CURRAN, Mark. *História do Brasil em Cordel*. Ed. USP. São Paulo, 2001.

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13, n. 25/26, pp. 97-103, setembro 1992/agosto 1993.

D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2000.

_____. *A invenção do cotidiano*. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DURKHEIM, Emile. *Les formes élémentaire de la vie religieuse*. Paris: PUF, 1960.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'Histoire*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1992.

FERRO, Marc. *Comment on raconte l'histoire aux enfants*. Payot, 1994.

_____. *História da Segunda Guerra mundial*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Os tabus da história*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *História & ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Após Auschwitz. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Memória coletiva e história científica. In: *Revista Brasileira de História: Espaço Plural*. São Paulo: ANPUH: Marco Zero, 1994, v.14, n. 28, pp. 180-193.

GUIBERNAU, Maria Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JÚNIOR, Antônio Mendes de Almeida. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. 111: O Brasil Republicano. V. 3: Sociedade e Política 1930-1964. p. 225-256. 3. ed. São Paulo: Difel, 1986.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado – para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Piadós, 1993.

_____. *Histórica y hermenéutica*. Barcelona: Piadós, 1997.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

- _____. “História”; “Memória” e “Documento/Monumento”. In: Enciclopédia Einaudi Memória-história. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Unicamp, Papirus, 1986.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Memorando dos 90: entrevistas e depoimentos* (textos coligidos e apresentados por Francisco de Assis Barbosa). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. 45. ed., Rio de Janeiro: Record, 1998.
- MICELI, Paulo. Por outras histórias do Brasil. In: *O ensino de história e a criação do fato*. Jaime Pinsky (org.). São Paulo: Contexto, 2000.
- NADAI, Elza. O ensino de história e a “pedagogia do cidadão”. In: *O ensino de história e a criação do fato*. Jaime Pinsky (org.). São Paulo: Contexto, 2000.
- NASSER, David. *A revolução dos covardes*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1947.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Além do bem e do mal*. Ediouro, S/D.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. In: *Revista Projeto História*, dez. 1993.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, Campinas: Unicamp, 1999.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos* 1989/3. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989.
- _____. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, p. 200-212, Rio de Janeiro: 1992.
- PROUST, Marcel. *A la recherche du temps perdu*. Paris: Gallimard (collection bibliothèque de la pléiade), 1987.
- REINATO, Eduardo José. Estratégias discursivas e a construção da memória durante a independência da América meridional. In: *Revista Tempo Brasileiro* (História: memória e esquecimento), out-dez, n. 135, pp. 115/130, Rio de Janeiro, Ed. Trimestral, 1998.
- SANDES, Noé Freire. *A Invenção da Nação: entre a Monarquia e a República*. Goiânia: Editora da UFG/Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira, 2000.
- _____. *Nação, Políticas de Saúde e Identidade (1920 –1960)*. Goiânia: UFG, 2002.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella – NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento – indagações sobre uma questão sensível*. P. 37-58. Campinas: Unicamp, 2001.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- SILVA, Hélio. *1938 – Terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. (Coleção Documentos de História Contemporânea).

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, 1983.

THEODORO, Janice. Memória e esquecimento: nos limites da narrativa. In: *Revista Tempo Brasileiro*, out-dez. n. 135. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difel; Porto Alegre: UFRGS, 1974. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

_____. Integralismo: Teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T.111: O Brasil Republicano.V.3: Sociedade e Política 1930-1964. p. 297-336. 3ª edição. São Paulo: Difel, 1986.

VALERY, Paul. *Cahiers*. Paris: Gallimard (collection blanche), 1994.

VARGAS, Getúlio. A nova política do Brasil. Vol. VII. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1940.

_____. *Diário*. v. 2. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VESENTINI, Carlos Alberto. A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930. In: *Revista Tempo Brasileiro*, out-dez, n. 21. Ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1986.

_____. *A fulguração recorrente*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec, 1997.

WEINRICH, Harald. *LETE – arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.